Simão Robison Oliveira Jatene

Crescimento e Pobreza: a coexistência perversa no Estado do Pará

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Simão Robison Oliveira Jatene em 08/07/94 e orientada pelo Prof. Dr. Natermes Guimarães Teixeira.

CPG/IE, 08/07/94

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Natermes Texeira

Belém - Pará
1994

BIBLIOTECA CENTRAL

"A raiva dá pra parar, pra interromper
A fome não dá pra interromper
A raiva e a fome é coisa dos homens"

João Bosco e Aldir Blanc

SUMÁRIO

	Pág.
1. Introdução	01
2. O Desenvolvimento Desigual do Espaço Brasileiro: uma referência necessária	05
3. As "amazônias" da Amazônia	20
3.1. Integração Nacional e Diferenciação/Desintegração Regional	22
3.1.1 O Complexo Mínero-Metalúrgico e a Região de Carajás no "Eixo" Tocantins/Araguaia	33
3.1.2 O Complexo Eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus	36
3.1.3 O Complexo Agropecuário-Florestal em Rondônia	38
3.2 . Um triste saldo: cidadania pela metade	40
4. O Pará: Um Caso Exemplar	51
4.1. Breve Caracterização Física	51
4.2. Traços da Ocupação Recente	54
4.3. A Produção e Distribuição da Riqueza: Um Balanço Atual de uma Velha Questão	65
4.3.1. O Dinamismo Econômico	65
4.3.2. O "Raquitismo" Social	76
4.3.2.1. Mortalidade Infantil e Mortalidade Proporcional	77
4.3.2.2. Mercado de Trabalho	85
4.3.2.3. Habitação e Saneamento	87
4.3.2.4. Alimentação e Nutrição	90
5. Algumas Considerações Finais	102
6. Bibliografia	104

1. Introdução

A chamada "questão social", tem assumido no Brasil, especialmente nas últimas décadas, tamanha gravidade, que já não é mais possível desconsiderá-la ou mesmo escamotea-la, sob o tão velho quanto insubsistente discurso que tenta apontar as desigualdades sociais quase que como uma imposição natural, contra a qual só resta a resignação ou, no limite, a indignação contida.

Principalmente quando confrontados aos avanços experimentados pela estrutura produtiva do País, a fragilidade dos indicadores sociais refletem o caráter conservador da tão decantada modernização brasileira que, no último meio século, mais do que nunca, tem se fundado em um desenvolvimento acelerado e excludente, o qual procura garantir os privilégios de uns poucos às custas do sacrifício de muitos, num cenário onde crescimento e pobreza se misturam, demonstrando uma esdrúxula e irônica simbiose entre uma certa modernidade econômica e um grande atraso político.

Experimentando, periodicamente, vigorosos ciclos expansivos cujos resultados, entretanto, são apropriados por uma minoria, a Nação, em contrapartida, tem vivenciado não menos intensas crises, quando, sob as mais diversas formas de apelo e justificativas, até mesmo ridículas, as elites que, sem medir preço, sempre procuraram evitar uma maior participação popular na definição dos rumos do País, têm tentado fazer a grande massa da população exercitar um altruismo de mão única e se dispor a pagar, passivamente, desmandos para os quais não contribuiu.

Evidenciando e exemplificando o caráter arcaico de como se processa a relação capital/trabalho, só episodicamente e por momentos muito curtos, o salário mínimo neste País que não cansa de jactar-se como oitava economia do mundo, mal consegue se aproximar dos 100 dólares. E a esmagadora maioria do povo brasileiro sequer ganha 3 salários mínimos.

Num contraste onde os 10% mais ricos, a semelhança dos 90% mais pobres, se apropriam de metade do rendimentos nacionais, se amplia o número de "subcidadãos" que, sem ver realizado seu tempo presente, já quase perderam, definitivamente, a possibilidade e esperança de construir um futuro.

Espraiando por todo o País um cenário de pobreza, antes confinado às periferias das cidades ou bolsões rurais, estes brasileiros atestam com seus rostos e

corpos a insegurança e violência a que estão submetidos cotidianamente. São "lavadores", "flanelinhas", "saqueiros", "carregadores", "biscateiros", "pedintes", "pivetes". Enfim, são homens, mulheres e crianças, simples, pobres.

Essa paisagem que se generaliza pelas ruas brasileiras, assume, de acordo com as especificidades regionais, os tons mais sombrios. E inegavelemente, no Nordeste e Amazônia, revela contornos dramáticos. Nessa última, contrastando com uma enorme disponibilidade de recursos naturais, mas do que em qualquer circunstância desvenda o mistério da fome e pobreza no mundo moderno: "coisa dos homens".

É nesse cenário que se enquadra esse trabalho. E de certo modo dele decorre parte dos seus limites.

Fruto de pesquisas e discussões anteriores envolvendo pesquisadores, professores e técnicos de um modo geral, reflete a grande inquietação e mesmo inconformismo de alguém que tanto na vida acadêmica, quanto no exercício de cargos públicos, respeitando as diferenças, rejeita a desigualdade. Pretendia falar da gente da Amazônia, queria falar do povo Pará, teve que falar da riqueza de uns poucos e da pobreza de muitos.

Nesse sentido, agregou limitações. Por um lado, ao tentar falar de gente, se defrontou com a tradicional inadequação das estatísticas nacionais diante dos chamados indicadores sociais. Por outro, ao desejar tratar da Amazônia, especialmente, do Pará, esbarrou na insuficiência quantitativa e qualitativa das informações, a qual, entre outras coisas, evidencia o enorme descompasso entre os mecanismos formais de registro e acompanhamento da vida regional e a velocidade das ocorrências.

Os controles formais do estado, restringem-se quase sempre apenas as áreas urbanas e o registro de simples fatos vitais como, por exemplo, nascimento e óbitos são quase sempre marcados por enorme defasagem. Tal realidade, impõe que o tratamento de determinadas questões, não raramente, se faça com base em evidências ou estimativas, utilizando parâmetros nem sempre os mais adequados.

Essas limitações, que estão presentes em todo o trabalho, sugerem cautela quanto a precisão de números, e fazem com que certas afirmativas devam ser creditadas menos "a certezas", que ao inquietante desafio e permanente desejo de explicar/transformar a realidade.

É sob esse prisma que, mesmo sem a precisão científica desejada, e correndo riscos, optou-se por tratar de certas questões que, a rigor, pelo seu caráter e complexidade, exigiriam estudos específicos e mais aprofundados. Com a convicção de que toda produção é necessáriamente coletiva, fica o registro, na espectativa de que outros pesquisadores, inclusive pela crítica e negação, contribuam para a superação desses limites.

Excluídas a introdução e bibliografia, o trabalho esta dividido em quatro partes.

Na primeira, sob o título, "O Desenvolvimento Desigual do Espaço Brasileiro: Uma referência necessária", busca-se construir um breve cenário da formação regional do País sob a hegemônia paulista, destacando o caráter centrípeto desse desenvolvimento até os anos 70, quando se observa, através das estatísticas oficiais, um certo movimento de desconcentração e redução das desigualdades. Nesse aspecto, como sugerido pelo nome, o capítulo pretende ser um pano de fundo, componente subjascente, que recorrentemente será lembrado nos seguintes.

O Capítulo 2, "As amazônias da Amazônia", procura pontuar a Região como parte desse processo de desenvolvimento desigual, chamando atenção para como o movimento de "integração nacional", é também, ao mesmo tempo, de diferenciação e desintegração regional.

Nesse sentido, busca realçar como no espaço regional vão se instalar alguns "complexos produtivos", em torno dos quais se tecem determinadas "situações sócio-ambientais" que, não raramente, tem em comum apenas a triste condição de condensar numa pequena área geográfica uma profunda dicotomia entre realidades humanas, a qual se manifesta num saldo pouco positivo para a maioria da população.

O capítulo 3 trata do Pará, como um caso exemplar do processo recente de ocupação regional. Sintetisando bem a inaceitável combinação: crescimento e pobreza, o Estado apresenta um vigoroso dinamismo econômico que contrasta com um evidente "raquitismo" social.

Neste capítulo, após uma breve caracterização física, que pretende, exemplificativamente, indicar as potencialidades naturais, se avança no sentido de registrar "traços da ocupação recente" para, finalmente, tentar fazer um balanço dos resultados, lançando mão além de tradicionais indicadores macroeconômicos, de alguns elementos indicativos das condições de vida da população.

Sem querer ter efetivamente um caráter conclusivo, o capítulo intitulado "Algumas considerações finais", não pretende mais que ressaltar alguns pontos identificados como importantes no decorrer do trabalho.

Finalmente, caberia registrar, e não apenas como uma mera formalidade, que esse trabalho, verdadeiramente, de modo direto e indireto, compreende o esforço de muitos, que entretanto não têm qualquer responsabilidade sobre os erros ou omissões nele contido. À todos nossos sinceros agradecimentos.

2. O Desenvolvimento Desigual do Espaço Brasileiro: uma referência necessária

Ainda que sem pretender enveredar pelo complicado caminho de discutir o conceito de região, suas possibilidades e limites para análise da atual realidade brasileira, ou desejar fazer uma exaustiva reflexão sobre as disparidades regionais, é necessário resgatar alguns aspectos da forma como historicamente tem se processado espacialmente o desenvolvimento do País, evitando simplificações exageradas que tendem a concluir que o capitalismo brasileiro, com a constituição de uma matriz produtiva nacional, promoveu uma integração territorial e redução das desigualdades espaciais de tal ordem, que esvaziou a idéia de região e, consequentemente, a própria existência de uma "questão regional" no Brasil de hoje.

Nesse sentido, inicialmente, cabe recordar que ao contrário do espraiamento - tipo mancha de óleo - da ocupação norte-americana, a formação espacial brasileira, assumiu a conformação de um grande "arquipélago" (Castro, 1971), e ainda que se admita certa relação entre as "ilhas", estas estariam longe de configurar, entre si, uma unidade econômica. Mesmo em cada um dos seus territórios particulares, apresentavam graus de integração e complementaridade bastante diferenciada entre as atividades produtivas, o que é exemplificado pelo conceito de "complexo econômico" (Cano, 1977), para designar de forma diferenciada o processo mais abrangente ocorrido em torno da economia cafeeira em São Paulo.

Essa diferenciação e desintegração das várias regiões num país continental, imprimiu à industrialização tardia brasileira certas especificidades, - como a concentração espacial relativamente baixa em contraposição a precoce concentração a nível de empresas que caracterizou as instalações industriais até o final do século passado, e foi progressivamente revertida no primeiro quartel do atual -, tendo forte determinação no processo de concentração industrial na região de São Paulo, conforme amplamente demostrado por Cano (1978)[1].

A concentração econômica já existente no início do século, foi potencializada nas décadas seguintes, e São Paulo, sozinho, segundo o censo agropecuário de

---

[1] *Sobre as raízes da concentração industrial brasileira, é imprescindível ver a exaustiva pesquisa realizada por Cano, sob o título "Raízes da concentração industrial em São Paulo", a qual rompendo com certos "pré-conceitos", permite compreender melhor o padrão de desenvolvimento espacial brasileiro.*

1920, condensava em seu território aproximadamente 30% de toda a área de lavoura do país, o que era superior a área destinada a essa atividade tanto no Nordeste como na Região Sul[2].

Entretanto, se a concentração espacial das atividades econômicas tem suas origens anteriores a industrialização, tal constatação não pode esconder que o desenvolvimento espacial brasileiro neste século, é fortemente determinado pela história da industrialização nacional enquanto processo regionalmente concentrado e com decisivo suporte estatal. Assim, o entendimento do padrão de ocupação territorial do Brasil, deve ser buscado na própria dinâmica industrial do País e conseqüente divisão inter-regional do trabalho por ela determinada.

Nesse aspecto, ainda que de forma simplificada, é possível identificar na formação regional brasileira deste século, pelo menos três fases distintas que sugerem os processos de transformação/adaptação, enfim, os arranjos e rearranjos vividos pelas várias regiões sob a hegemonia da industrialização e desenvolvimento paulista[3].

A fase da "articulação comercial", que corresponde a chamada industrialização restringida, pós 30, caracterizada pela expansão da circulação inter-regional de mercadorias e formação de um mercado interno a nível nacional, paralelamente a um grande reforço na concentração industrial na região sudeste. Nesta etapa, as diversas regiões, de acordo com suas características e particularidades, passam a conformar um cenário nacional, se ajustando complementarmente a uma divisão inter-regional do trabalho que se define a partir do Sudeste, e especialmente São Paulo.

A fase da "integração produtiva", ocorrida a partir dos anos 60, a qual segue a chamada industrialização pesada, e desponta como exigência dessa nova etapa do desenvolvimento industrial brasileiro. Marcada pelo surgimento das grandes empresas privadas e estatais é, efetivamente, momento de consolidação em âmbito nacional, dos mercados de produtos, de trabalho e sobretudo de capitais. Dessa forma, além da circulação de mercadorias, e sob forte estímulo estatal, se amplia a circulação inter-regional de capitais, forjando um espaço de acumulação que se derrama para além dos limites da região sudeste.

---

[2] *Conforme "Evolução da Estrutura Agrária do Brasil", INCRA/MIRAD, Brasília 1987.*

[3] *Para maiores informações sobre as transformações experimentadas pelas regiões brasileiras, especialmente nas últimas décadas, ver particularmente os estudos de Cano (1977), Oliveira (1977), Guimarães e Galindo (1990).*

Finalmente, as relações inter-regionais vêm passando por novo rearranjo nas duas últimas décadas, a partir não apenas da maior "inserção do País na economia internacional", como, sobretudo, face ao esgotamento do padrão de acumulação vigente e grave crise na qual mergulhou a economia e, especialmente, o estado brasileiro. Essa nova fase, que carece ainda de maiores estudos, introduz como elemento novo, além de uma certa inversão na tendência histórica de concentração espacial da atividade econômica, a formação de canais diretos mais ou menos especializados e espacialmente definidos entre algumas sub-regiões com a economia mundial, refletindo e se refletindo na fragilização da União e do próprio pacto federativo.

Assim, ainda que não seja objeto deste trabalho uma análise detalhada dessas etapas da construção do espaço nacional, cabe examinar alguns indicadores que sugerem o caráter centrípeto, núcleado por São Paulo, que marca o desenvolvimento brasileiro até os anos 70, para posteriormente tratar da relativa desconcentração no período mais recente, no sentido de identificar algumas hipóteses sobre os movimentos futuros e seus reflexos para a Amazônia e, especialmente, o Pará.

No que se refere a produção industrial, deve-se recordar, inicialmente, que São Paulo, em 1919, já participava com 31% da produção brasileira, salta para 45%, em 1949, alcança 49% dez anos depois e supera 55% em 1970, numa franca demonstração que nesse período, se o País cresceu, aquele estado o fez de forma muito mais decisiva[4].

Por outro lado, tal concentração industrial, como não poderia deixar de ser, teve forte reflexo na distribuição espacial da população conforme mostra a Tabela 1.

Observa-se que mesmo considerando o crescimento demográfico bastante acentuado do País - 2,25% a.a. num período de 50 anos -, São Paulo aumenta permanentemente sua participação relativa na população nacional, evidenciando o dinamismo e atração exercida por este Estado, apesar do pequeno declínio relativo apontado pela região sudeste quando vista de forma globalizada.

Destaca-se ainda, o caráter estacionário da Amazônia após o "boom" da borracha no início do século, e a nítida perda relativa de população por parte do Nordeste, que por todo o período se apresenta como área de expulsão, em contraposição ao crescimento acelerado do Sul, especialmente após 50, e Centro Oeste, pós 60.

---

[4] *Sobre a concentração industrial em São Paulo e conformação espacial do desenvolvimento industrial brasileiro, é imprescindível a leitura dos trabalhos de Cano (1977) e (1978), dos quais se extraiu os números apresentados.*

Tabela 1
Participação Relativa das Regiões na Pop. do País e Taxa Média de Crescimento anual 1920/1940 a 1970

Brasil e Regiões	1920(%)	1940(%)	1950(%)	1960(%)	1970(%)	Cresc. anual 1920/70 %
Norte	4,69	3,55	3,55	3,66	3,87	1,85
Nordeste	36,73	35,01	34,64	31,66	30,18	1,85
Sudeste	44,55	44,48	43,41	43,71	42,79	2,16
S.Paulo	(14,99)	(17,41)	(17,58)	(18,28)	(19,08)	(2,74)
Sul	11,55	13,91	15,06	16,77	17,71	3,13
Paraná	(2,24)	(3,00)	(4,07)	(6,09)	(7,44)	(4,73)
C. Oeste	2,48	3,05	3,34	4,20	5,45	3,87
Brasil *	30.636	41.236	51.944	70.070	93.139	2,25

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1991.
Nota: *População em 1000 habitantes.

O corte regional, entretanto, tende a minimizar a concentração, que decorre do crescimento da "periferia imediata", mais próxima do polo dinâmico, o que é percebido quando se observa o adensamento das unidades federativas vizinhas de São Paulo, exemplarmente configurado no explosivo crescimento do Paraná, que apesar de não integrante da região sudeste, é a grande fronteira agrícola dos anos 50/60.

Conformando um pouco melhor a visão espacial do desenvolvimento brasileiro, a Tabela 2, alinhando alguns indicadores da agropecuária, ajuda a demonstrar o caráter concentrado e desigual do mesmo, permitindo algumas observações interessantes.

Antes de tudo, evidencia-se que já nos anos 20 o Sudeste detinha mais de 60% da área de lavoura do País, e apenas São Paulo destinava a essa atividade área bem superior a utilizada com esse fim em toda a região nordeste ou mesmo sul, reforçando a idéia de que a concentração econômica naquele estado antecede a chamada industrialização "substitutiva de importações", e que essa condição, se por um lado estimulou a própria localização da indústria, da mesma forma foi, inequivocamente, reforçada por ela.

É também francamente visível a progressiva diminuição relativa da área de lavoura do sudeste após o avanço da industrialização, e mesmo São Paulo, em 1970, proporcionalmente ao País, tem sua participação reduzida a menos da metade do início do século, enquanto o Centro Oeste e, especialmente, o Nordeste e Sul apresentam comportamento inverso, elevando significativamente suas contribuições para os números nacionais sugerindo, pelo menos no que diz respeito a produção agrícola, uma distribuição territorial mais homogênea.

Tabela 2
Distribuição Relativa da Área de Lavoura e Número de Tratores, e Índice do Valor da Produção por ha., por Região.
1920/1970

Brasil e Regiões	Participação Relativa na Área de Lavoura do País			Participação no Nº de Tratores do País		Índice do Valor da Produção P/ Ha.
	1920(%)	1950(%)	1970 (%)	1950 (%)	1970 (%)	1970
Norte	1,80	1,23	1,80	0,66	0,68	35
Nordeste	18,54	27,61	30,31	5,39	4,39	99
Sudeste	61,12	43,95	28,34	61,57	49,75	181
São Paulo	29,89	22,30	14,00	45,62	40,52	276
Sul	16,52	23,72	32,50	30,65	38,95	222
C. Oeste	2,00	3,18	7,05	1,66	6,20	57
Brasil	6.635	19.096	34.081	8.372	165.870	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Todavia, essa aparente tendência a homogeneização esconde enormes diferenças que merecem alguns comentários.

Inicialmente precisa ser ressaltado, que a brutal redução relativa na área de lavoura do Sudeste, e em particular de São Paulo, longe estão de representar uma diminuição do mesmo porte na importância econômica da agricultura deste Estado ou Região. Da própria Tabela 2, é possível inferir que o decréscimo relativo da área de lavouras, no caso do Sudeste, é acompanhado por um forte processo de mecanização da agricultura regional, o que é evidenciado pelo fato de em 1970, a Região e o estado de São Paulo responderem, respectivamente, por 49% e 40% do total de tratores utilizados na agricultura brasileira.

Comportamento inverso assistimos no Nordeste. No que se refere a área destinada a lavoura, esta Região registra um crescimento relativo extremamente vigoroso alcançando, em 1970, mais de 30% da área nacional, suplantando inclusive o Sudeste. Todavia, quanto a disponibilidade de tratores, continuava naquele ano apresentando a participação absolutamente inexpressiva de pouco mais de 4%.

Na Região Sul, nota-se além de uma grande ampliação relativa das áreas de lavoura, uma forte expansão proporcional também no número de tratores, que em 1970 representa mais de 38% da frota nacional, indicando não apenas o crescimento da agricultura regional, mas também a sua forte inserção e determinação no que tem sido denominada de "modernização conservadora" da agricultura brasileira[5].

Assim, em resumo, face a cada vez mais forte complementariedade intersetorial, após a "industrialização da indústria", a "industrialização da agricultura", em certo sentido, e de modo até natural, seguiu os passos da distribuição espacial da atividade econômica pré-existente. Ocorrendo de forma decisiva no próprio estado de São Paulo, e na região Sul, contribuiu decisivamente para a grande diferenciação entre os índices do valor da produção por ha. em 1970, que no Norte era de apenas 35% do valor médio nacional, no Nordeste mal atingia a média do País, enquanto no Sul era maior que o dobro, e em São Paulo alcançava quase o triplo.

Esse padrão espacialmente concentrado e concentrador do desenvolvimento econômico brasileiro, a partir dos anos 70, passa a indicar um certa reversão cujo estudo é fundamental para que se possa refletir sobre o futuro da chamada questão regional do País.

Entretanto, antes de qualquer análise específica, é necessário ter presente que o período 1970/90, ao envolver fases distintas do ciclo econômico recente, sugere uma certa periodização e atenção no sentido de identificar a existência ou não de conexões entre estas fases e o movimento de concentração/desconcentração. O que em outras palavras, significaria tentar responder o quanto dessa desejável desconcentração espacial da economia nas últimas décadas esta associada a um processo mais estrutural, ou reflete apenas um movimento da conjutura. Tal condição, porém, apesar de desejável e instigante, face inclusive a limitações de natureza estatística[6], remeteria esse trabalho para caminhos não pretendidos. Assim, o esforço a seguir deve ser visto nos seus verdadeiros limites, ou seja, ensaio preliminar, e referência necessária ao estudo do crescimento experimentado pela região Norte e particularmente o estado do Pará.

---

[5] *Sobre a modernização conservadora da agricultura brasileira ver, particularmente, os trabalhos de José Graziano da Silva, entre os quais destaca-se, "Progresso técnico e relações de Trabalho na Agricultura", publicado pela Hucitec em 1981.*

[6] *Lamentavelmente, além de não se dispor de informações anuais e desagregadas sobre as contas regionais, os últimos dados comparáveis se referem a 1985, o que torna quase impossível uma análise entre as fases do ciclo econômico e o processo de concentração/desconcentração espacial das atividades produtivas.*

Isto posto, nota-se que de forma globalizada, o período 1970/85 aponta um crescimento bastante significativo para a economia brasileira, conforme apresentado na Tabela 3. Todavia, essa amplitude temporal não revela o desempenho francamente diferenciado entre os sub-períodos, escondendo a profunda crise que marca o País nos anos 80.

No que diz respeito aos desempenhos regionais, o que interessa mais particularmente aos objetivos desse trabalho, observa-se, que foram as regiões menos desenvolvidas, particularmente, Norte e Centro Oeste, as que apresentaram maiores taxas de crescimento, destacando-se, porém, que mesmo o Nordeste registrou uma performance superior a média nacional, sugerindo o movimento de desconcentração econômica já mencionado.

A partir da observação das dinâmicas regionais nos sub-períodos, evidencia-se que apesar da correspondência existente entre os momentos de expansão e retração econômica que caracteriza todos os movimentos regionais, foram as regiões Norte e Centro Oeste - até pelo patamar baixo do qual partem -, as que revelaram sempre o melhor desempenho, crescendo mais aceleradamente que a economia nacional nas fases de expansão, e regredindo menos na fase recessiva. A rigor, pelo menos até 85, estas regiões mesmo no período mais crítico para a economia do País, registram um dinamismo bastante razoável.

Tabela 3
Taxa de Crescimento Média Anual do Produto Interno Bruto - PIB
Brasil e Grandes Regiões
1970/1985

Brasil e Regiões	1970/75	1975/80	1980/85	1970/85
Norte*	9,75	19,87	6,70	11,97
Nordeste	9,04	11,81	3,62	8,11
Sudeste	9,47	10,12	0,06	6,45
São Paulo	9,95	9,90	(-0,07)	6,21
Sul	11,47	9,42	1,90	7,51
Centro Oeste	13,15	14,17	5,89	11,01
Brasil	9,92	10,68	1,38	7,24

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1991
Nota: * Não inclui Estado do Tocantins

O Nordeste, tendo um desempenho inferior ao nacional, na fase final do "milagre", ou seja início dos anos 70, vai reverter essa tendência nos dois quinqüenios seguintes, registrando o dobro do crescimento brasileiro quando a economia nacional mergulha decisivamente na crise acusando uma redução do produto per capita.

A região Sul inicia o período analisado com um desempenho bastante vigoroso, superando a média nacional, para após meados da década de 70 apresentar os sinais da desaceleração que desembocou na crise da década de 80, quando sua taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto é inferior a 2%.

Finalmente, o Sudeste, dado a seu enorme peso na economia, e especialmente face a sua liderança no que se refere a produção industrial, apresenta um comportamento bastante similar ao nacional, crescendo no final dos anos 70, e sendo a Região que demonstra os sinais mais dramáticos da crise nos anos 80, quando São Paulo chega a registrar desempenho negativo.

Esse dinamismo regional de algum modo diferenciado, sugere a necessidade de se verificar, ainda que superficialmente, as bases sobre as quais se assenta, no sentido de se compreender um pouco melhor, um certo redesenho na distribuição espacial da atividade economica que pode ser percebido na Tabela 4, a qual apresenta a participação regional na formação do produto interno bruto no período.

Sobre a Região Norte, considerando que a mesma será objeto de análise específica no item seguinte, parece suficiente, por agora, registrar que o aumento da sua participação relativa no cenário produtivo nacional ocorre paralelamente a um explosivo crescimento da população. Fortemente ancorada em incentivos governamentais, os quais provocaram uma maior integração da região ao restante do País, tal crescimento da econômia decorreu de uma nítida mudança na composição setorial do produto, no qual ganha destaque a expansão da indústria eletro-eletrônica francamente concentrada na "zona franca" de Manaus, e a extrativa localizada no Pará.

Quanto ao Nordeste, observa-se que seu ganho relativo na composição do produto brasileiro ocorre na fase mais crítica da economia nacional. Como elementos mais ilustrativos do desempenho das últimas décadas, encontra-se uma forte redução da agropecuária na formação do PIB regional, a qual segundo dados do IBGE varia de 22% em 1970 para 14% em 1985. Em contraposição, o setor industrial - ainda que não seja possível uma comparação rigorosa, face a não homogeneidade das informações [7] -, explode de 18% para 36%, enquanto o terceário declina, mas, ao final da série, ainda respondia por aproximadamente metade da produção regional.

---

[7] *Dificultando as comparações temporais, as estimativas do produto industrial dos anos 1970 e 1975, ao contrário da década seguinte, limitaram-se aos dados da indústria de transformação, exigindo que se encare a variação ocorrida entre o início e fim da série, apenas como um indicativo do comportamento industrial. Todavia, a crescente participação da indústria nordestina na produção desse setor a nível nacional, reforça a hipótese do crescimento do setor a nível regional.*

Tabela 4
Produto Interno Bruto a custo de fatores e preços constantes
Brasil e Grandes Regiões
1970/1985

Brasil e Regiões	Valor Absoluto (Cr$)				Participação Relativa (%)			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
Norte	93.371	148.681	387.271	517.407	2,24	2,22	3,46	4,35
Nordeste	500.796	772.211	1.349.449	1.612.396	12,01	11,54	12,14	13,55
Sudeste	2.711.276	4.262.000	6.902.717	6.924.155	65,00	63,66	62,10	58,18
S.Paulo	1.641.942	2.613.954	4.189.788	4.053.628	39,36	39,05	37,70	34,06
Sul	710.630	1.222.851	1.917.873	2.104.856	17,04	18,27	17,26	17,69
C. Oeste	155.033	287.443	557.532	742.388	3,72	4,29	5,02	6,24
Brasil	4.171.106	6.693.185	11.114.842	11.901.202	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE , Anuário Estatístico do Brasil 1991.

Ratificando o acima exposto e refletindo também uma forte indução direta e indireta do setor público, a economia nordestina, conforme Tabela 5, apresenta um desempenho industrial mais firme que o nacional, fazendo com que a participação da Região na produção industrial brasileira praticamente duplique entre 1970/85. Esse crescimento é influenciado pela expansão da produção de bens intermediários, que ganha espaço frente a tradicional indústria textil e de alimentos.

O crescimento da produção intermediária, cuja participação no valor da transformação industrial da Região, segundo dados do IBGE[8], dispara de 34% para 48% no período 1970/85, tem no complexo petroquímico de Camaçari, na Bahia, o polo dinâmico e grande elemento de articulação econômica com o Sudeste, sugerindo a frágil complementariedade intra-regional da matriz insumo-produto nordestina, bem como a acentuação das diferenças entre as unidades federativas da região.

A Região apresenta ainda, por todo o período, uma relativa perda de população, a qual reflete uma tendência histórica desde a primeira metade do século, conforme já apresentado, e que face ao desempenho econômico esboçado, permitiu uma elevação da renda per capita regional. Esta, entretanto, mesmo em 1985, ainda não consegue alcançar a metade da média nacional, conforme mostrado posteriormente na Tabela 6.

[8] *Conforme Censos Industriais de 1970 e 1985.*

O Sudeste, apesar de continuar líder inconteste da economia brasileira, é a região que apresenta maior perda relativa no seu Produto Interno Bruto entre 1970/1985, o qual se reduz de 65% para aproximadamente 58% do PIB nacional. Entre os estados, Espírito Santo e, especialmente, Minas Gerais, elevam suas participações, as quais, nem de longe chegam a compensar o declínio do Rio de Janairo e São Paulo, que são efetivamente os grandes perdedores.

A condição de polo econômico e expressão maior do padrão de acumulação vigente, confere também ao sudeste a nada agradável condição de centro da crise, o que é agravado pelo fato de no período 1970/91, conforme Tabela 5, a Região continuar mantendo sua elevada participação relativa na população nacional, e São Paulo apresentar, proporcionalmente ao início da série, uma maior concentração de habitantes.

No que diz respeito a produção industrial, apresentada na Tabela 5, o Sudeste registra uma dramática redução relativa, com São Paulo apontando perdas que se aproximam de 13% no período de 15 anos. Ainda assim porém, este estado, isoladamente, continua mantendo em 1985 mais de 40% do produto industrial do País.

A estagnação da produção nos anos 80, se provocou a perda de importância relativa do Sudeste no cenário econômico brasileiro, face a dinâmica populacional, desembocou também numa brutal redução relativa da renda por habitante, especialmente em São Paulo, onde esta, entre 1980/85, se reduz em aproximadamente 20%[9].

A região Sul, que no período 1970/85, mantém sua participação na produção total do País variando em torno de 17% - a exceção do ano de 75 quando alcança pouco mais de 18% - (Tabela 4), registra um razoável incremento da sua produção industrial em relação a nacional (Tabela 5), ao mesmo tempo em que o produto agrícola que representara 33,42% do total brasileiro em 1970, chegando a alcançar mais de 36% em 75, se reduz para pouco mais de 27% em 1985.

---

[9] *Conforme anuário Estatístico de 1991, do IBGE, a renda per capita a preços constantes do estado de São Paulo, era de 0,1642 cruzeiros, em 1980, e se reduz para 0,1372 cruzeiros, em 1985.*

Tabela 5
Ditribuição Regional da População e Produto Industrial
1970/1985/1991

Região	Produção Industrial		População	
	1970	1985	1970	1991
Norte	1,1	4,0	3,9	6,9
Nordeste	7,0	12,1	30,2	28,9
Sul	12,0	15,7	17,7	15,1
Sudeste	79,0	65,8	42,8	42,7
S. Paulo	(56,5)	(44,0)	(19,1)	(21,5)
Cent.Oeste	0,9	2,4	5,4	6,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico 1992

Tomando-se os dois extremos da série, e vendo a participação relativa das unidades federadas da Região no PIB nacional, observa-se algum ganho por parte do Paraná (5,5% em 1970, 6,1% em 1985) e Santa Catarina (2,8% para 3,3%), enquanto a economia gaúcha, conforme dados do IBGE, registra sinais de perda de importância, reduzindo sua contribuição para o produto brasileiro de 8,7% para 7,7%, entre 1970/85.

Esse comportamento da economia, em contraponto com o crescimento da população fez com que, a nível regional, após um significativo crescimento per capta entre 1970/80, o produto por habitante em 1985, praticamente apenas se igualasse ao de 1980, conforme Tabela 6.

Tabela 6
Produto Interno Bruto Per Capita
Brasil e Grandes Regiões
1970/85

Brasil e Regiões	1970	1980	1985	1980/70	1985/80
Norte	0,0252	0,0574	0,0609	127%	6,1%
Nordeste	0,0173	0,0380	0,0413	120%	8,7%
Sudeste	0,0661	0,1309	0,1171	98%	(- 11%)
São Paulo	0,0898	0,1642	0,1372	82%	(- 20%)
Sul	0,0419	0,0989	0,1017	136%	2,8%
Centro Oeste	0,0297	0,0804	0,0901	171%	12%
Brasil	0,0435	0,0916	0,0878	110%	(-4,3%)

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico 1991

Analisando rapidamente os dados da região Centro Oeste, observa-se que essa Região, conforme Tabela 3, foi a que apresentou a segunda maior taxa de crescimento do PIB no período 1970/85. Crescendo sempre bem acima da média nacional em

todos os sub-períodos analisados, eleva sua contribuição relativa para a produção brasileira, embora continue sendo a segunda menor participação regional na formação do produto do País, conforme pode ser visto na Tabela 4.

Entre 1970/85, a região registra uma elevação na sua contribuição para a formação do produto industrial brasileiro, de acordo com a Tabela 5, o que corresponde a nível intra-regional um aumento vigoroso do setor industrial na formação da renda interna. Todavia, o Centro Oeste continua sendo a região menos industrializada do País, e todo seu dinamismo esta fortemente atrelado a expansão da fronteira agrícola na década de 70 e, nesse sentido, aos complexos agroindustriais, como elementos fundamentais ao espraiamento da modernização conservadora da agricultura brasileira.

A evolução da agroindústria, no período, indica além de um crescimento acelerado, ganhos de produtividade, no chamado grupo de produtos modernos, voltados para exportação e insumos fundamentais como o milho e a soja.(MUELLER, 1992)

Sob forte incentivo governamental, e inclusive na condição de palco privilegiado dos grandes projetos privados de colonização, a região registrou um crescimento populacional bastante significativo, porém, mesmo assim, o produto per capita dá um grande salto entre 70/80, a partir do que praticamente se estabiliza, e face a redução do valor médio brasileiro, em 1985, o número regional chega a superar ligeiramente a média nacional.

Finalizando, a Tabela 7, apresentando a evolução do Produto Interno Bruto per capita por grande região e estado da federação, permite complementar alguns pontos da análise até aqui realisada. Evidenciando que se a nível macro-regional e em termos médios, apenas a população do Sudeste sofreu uma perda de renda nas duas últimas décadas, os dados agregados mostram ainda que apesar das rendas por habitante apresentarem uma tendência a aproximação, em termos médios, a população do Norte, em 1985, ainda recebia menos de dois terços do que era auferido pela média dos brasileiros, enquanto a renda per capita do nordestino sequer alcançava 50% do número nacional.

Tabela 7
Índice de Evolução do Produto Interno Bruto per Capita
Grandes Regiões e Estados da Federação
1970,1975,1980,1985
Brasil = 100

Regiões e Estados	1970	1975	1980	1985	85-70
Norte	**58**	**51**	**62**	**64**	**6**
Rondônia	87	54	70	82	-5
Acre	58	35	48	54	-4
Amazonas	70	72	95	108	38
Roraima	78	65	66	85	7
Pará	49	43	57	63	14
Amapá	95	48	59	61	-34
Tocantins (1)	–	–	27	11	–
Nordeste	**40**	**39**	**41**	**47**	**7**
Maranhão	27	24	26	27	0
Piauí	21	21	21	26	5
Ceará	32	30	34	35	3
R. Gr. do Norte	33	38	40	57	24
Paraíba	29	30	28	32	3
Pernambuco	53	51	50	48	5
Alagoas	42	38	40	47	5
Sergipe	46	43	41	73	27
Bahia	48	49	55	64	16
Sudeste	**152**	**147**	**143**	**133**	**-19**
Minas Gerais	67	75	85	89	22
Espírito Santo	71	64	88	99	28
Rio de Janeiro	166	153	140	136	-30
São Paulo	206	193	174	156	-50
Sul	**96**	**108**	**108**	**115**	**19**
Paraná	74	95	91	104	30
Sta. Catarina	89	94	112	116	27
R. Gr. do Sul	122	128	122	126	4
Centro Oeste	**68**	**72**	**87**	**102**	**34**
M. Grosso do Sul	–	73	97	91	–
Mato Grosso	65	49	64	81	16
Goiás	50	56	66	79	29
Distrito Federal	179	162	155	188	9
Brasil	**100**	**100**	**100**	**100**	–
	0,0435	**0,0620**	**0,0916**	**0,0878**	–

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1991
(1) Não incluem os serviços de intermediação financeira.

Quando comparado os números extremos e desagregados, mesmo considerando que nos anos 70 a diferença era ainda mais gritante, constrange constatar

que, no último ano da série, a renda média de um piauiense era 7 vezes inferior a de um habitante de Brasília, ou 6 vezes menor que a de um morador de São Paulo, apesar da grande redução na renda per capita deste estado.

Em resumo, e para os objetivos deste trabalho, é possível concluir, mesmo preliminarmente que:

• As últimas décadas sinalizam um certo reordenamento espacial da economia nacional, sugerido pela redistribuição territorial do produto e da população do País.

• Quanto a população, o Nordeste, mantendo um comportamento já conhecido, registra perda relativa frente ao País. O Sul, revertendo uma tendência expansiva inaugurada com os anos 40, a partir de 1970 tem sua participação proporcional reduzida, enquanto as populações do Norte e Centro Oeste, passam a ter maior presença nos números nacionais. O Sudeste, visto de maneira global mantém uma relativa estabilidade que, entretanto, esconde o aumento da importância do estado do Espírito Santo e a concentração que ocorre no estado de São Paulo, mesmo na fase de crise.

• Não menos claro e importante que esse rearranjo espacial da população, é o processo de desconcentração da atividade econômica entre as várias regiões brasileiras, no qual, conforme foi visto, se destaca a redução da importância relativa do Sudeste, particularmente de São Paulo, e o crescimento do Norte e Centro Oeste, enquanto o Sul, após uma fase expansiva bastante expressiva, praticamente estabiliza sua participação para a economia nacional.

• Entretanto, a permanente concentração populacional em São Paulo, mesmo nos momentos mais críticos do ciclo econômico, indicam a grande força de atração exercida por este estado, não permitindo "a priori" grandes espectativas quanto a continuidade de um amplo processo de desconcentração econômica .

• Tanto a desconcentração populacional quanto a econômica se manifestaram de forma desigual, mesmo entre as unidades federativas de uma única região, - como bem exemplifica, no Sudeste, o crescimento econômico de Minas e Espírito Santo e o declínio do Rio e São Paulo -, aumentando a diferenciação intra-regional de alguns estados, conforme atestam os casos da Bahia, mais precisamente Salvador, no Nordeste e do Amazonas, leia-se Manaus, na região Norte, espaços privilegiados dessa "desconcentração concentrada".

• De forma direta ou indireta, por ação e até mesmo omissão, o estado teve um papel importante nesse rearranjo espacial, o que contribui para aumentar as incertezas quanto aos prognósticos, face ao crescimento, diga-se de passagem lamentável, do pensamento neo-liberal no seio das elites econômicas, políticas e intelectuias do País.

• Mesmo que os indicadores macroeconômicos e os dados de população apontem para uma certa redução das disparidades regionais, tal fato não permite negar que o País ainda mantém além de uma inegável diversidade/heterogeneidade, uma indesejável e insustentável desigualdade que tem uma manifestação espacial bastante nítida conforme se depreende da evolução do Produto Interno Bruto - PIB, per capita, das várias unidades da federação. Entre 70/85 a dispersão inter-regional se reduz do mesmo modo que entre os estados e a média nacional, entretanto aumenta a diferença entre os estados do Norte e Nordeste, o que pode ser atestado pelo cálculo do desvio padrão.

• Por outro lado, a desconcentração sugerida pelos números analisados, que reflete um crescimento mais acentuado das regiões mais pobres diante dos tradicionais polos dinâmicos, é mais perceptível num claro momento de desaceleração da economia nacional face a perda de vigor e crise que se abate de forma mais direta nas regiões mais desenvolvidas, não permitindo qualquer prognóstico sobre os efeitos de uma nova fase de expansão.

• A inegável integração do País, se não chegou a eliminar as desigualdades entre regiões, promoveu uma maior diferenciação intra-regional, forjando e ampliando interesses distintos entre unidades federativas, deixando antever para os anos 90, fortes possibilidades de tensão entre estados com a fragilização da unidade nacional e do pacto federativo.

Assim a "questão regional", no centro dos debates do desenvolvimento brasileiro nos anos 50, e aparentemente sepultada pela "integração nacional", parece estar por exigir cena nos tempos presentes, não como uma volta ao passado, ou negação das transformações ocorridas, mas como esforço de entender os novos contornos do desenvolvimento espacial brasileiro, nas suas conexões com o desenvolvimento social das populações e consequente construção de um projeto de nação. E neste sentido que se deve fazer um esforço de pensar o que tem ocorrido na Amazônia e Pará nas últimas décadas.

3. As "amazônias" da Amazônia

Embora, ao se falar da Amazônia, ou Região Norte, se pretenda estar tratando de um todo relativamente homogêneo, tal condição aparente, na realidade, nos reporta a um passado cada vez mais distante que, a rigor, só existe, e a cada dia mais, a um nível de superficialidade e abstração bastante elevado.

Mesmo admitindo que, provavelmente, apenas na Amazônia e Nordeste ainda seja possível perceber atualmente um "sentimento regional(ista)", tal fato se ancora, no caso do Norte, sobretudo, em construções que tem por base a velha ótica do "colonialismo", a qual, transposta para as relações interregionais, tem originado imagens e sustentado o discurso de não aceitação de uma condição subalterna frente ao "Sul", considerando não apenas as recentes descobertas de riquezas naturais da Região, mas também o período da exploração da borracha, quando, segundo a avaliação local, "excedentes regionais teriam contribuido para financiar a atual supremacia paulista".

Desse modo, é como se o que resta de unidade regional se definisse e garantisse menos pelas identidades internas, que pelo sentimento de oposição a "não região", vista como colonizador que pretende apenas saquear o grande "almoxarifado" e, caricatamente, é identificado com São Paulo.

Sob este prisma, parece necessário correr o risco e sugerir, ainda que como hipótese, que a Amazônia é, cada vez mais, apenas um complexo simbólico, que só a nível do imaginário vem sobrevivendo aos impactos da sua reconstrução histórica como categoria sócio-econômica-cultural, ocorrida sob a ideologia da "integração nacional" que, de fora para dentro lhe redezenhou, até geograficamente, como "Amazônia Legal".

Dito de outro modo, a Amazônia, enquanto unidade sócio-cultural estreitamente determinada pela combinação sol/chuva/rio/floresta, existe cada vez menos, a não ser no imaginário, frente as Amazonias construidas pela intensificação recente da ocupação.

A Região Norte[10], tratada aqui, eventualmente, também como Amazônia, englobando aproximadamente a metade do território brasileiro, tem experimentado, especialmente nas três últimas décadas, um acentuado e acelerado processo de transformações

[10] *Por questões operacionais,a não ser que se faça menção explicita, não se esta considerando o Estado do Tocantins.*

sócio-ambientais, que se manifesta na condensação no tempo e espaço de um grande conjunto de velhas e novas contradições, as quais tem mudado e tornado cada vez mais heterogênea a vida regional.

Tradicionalmente marcada por uma "cultura da água", "cultura da várzea" - onde, segundo o poeta, "o rio era a rua" e juntamente com o mato e o mito alimentava a vida - a região manteve, grosso modo, até a chamada fase da "articulação comercial" entre as regiões brasileiras, uma certa unidade na qual a fraca mercantilização das relações internas tinha como manifestações específicas uma noção de tempo e espaço, e um ritmo de vida, fortemente determinados pelos ciclos da natureza[11].

Baseada no extrativismo, que sem exigir maiores reinvestimentos, permitiu que a fração do excedente retida regionalmente se cristalizasse sobretudo em Belém e Manaus[12], a produção regional era voltada para exportação ou tipicamente de subsistência, o que conferia a terra um significado bem diverso do atual, uma vez que seu valor estava na razão direta do seu "conteúdo", mais propriamente da sua "cobertura": "estradas de seringa", "castanhais", etc[13].

Essa condição extrativista forjou uma ocupação territorial marcada por pequenos núcleos populacionais dispersos ao longo dos rios, vias naturais de penetração e escoamento dos produtos da floresta, originando um "sistema de cidades" no qual um grande número de pequenos povoados carente de qualquer infraestrutura, contrastava com Belém e Manaus, onde o excedente que ficava na Região se realizava em obras monumentais e garantia a umas poucas famílias um padrão de vida que, caricatamente, tentava imitar o europeu.

É pois essa Amazônia, que sob os designos do rodoviarismo, vê crescer nas últimas décadas uma "cultura da terra firme", que tende a se impor sobre as demais, e corresponde a expansão da mercantilização das relações e o progressivo avanço de formas mais avançadas de capital, que passam a assumir o papel dominante, invadindo a própria produção, refletindo a "integração produtiva" ao restante do País.

---

[11] *É interessante notar como a não compreensão desse fato levou a que se estereotipasse o homem amazônico como preguiçoso, idolente, improdutivo, etc, numa absoluta falta de percepção da realidade regional.*

[12] *É bom lembrar que mesmo em 1960, apenas 37% da população regional era considerada urbana pelo IBGE. Fato que deve ainda ser relativizado pelo sentido de "cidade", "urbano", na Amazônia de então.*

[13] *Esse caráter que a terra assume a nível regional se manifesta não apenas na imprecisão dos limites dos estabelecimentos rurais, mas sobretudo no abandono, e consequente redução das suas áreas recenseadas quando do declínio da borracha.*

Fortemente apoiada em incentivos governamentais[14], esse complexo processo de "integração à sociedade nacional" é, ao mesmo tempo, de desintegração/diferenciação interna, no qual: expansão pecuária, exploração madereira, colonização dirigida, extração mineral, zonas de livre comércio, especulação fundiária, etc, se confrontam e combinam forjando uma paisagem que, não raramente de modo até irônico, integra/contrapõe elementos das tradicionais formas de organização e vida regional à aspectos típicos das chamadas "sociedades modernas", tornando cada vez mais problemático falar da Amazônia sem considerar as várias "amazônias" contidas no seu interior.

3.1 Integração Nacional e Diferenciação / Desintegração Regional

A Amazônia, formada legalmente pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins, que constituem a Região Norte, e ainda por parte dos Estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás, tem sido base fértil para a produção de mitos, que tendem a dificultar a apreensão de suas características reais e contribuem para representações caricatas e/ou maniqueístas, tais como "inferno verde" e "celeiro do mundo".

Algumas vezes simplória e arbitrariamente tida como mero espaço vazio, amontoado de recursos naturais, a Região assistiu com os anos 60 e especialmente a década de 70, a progressiva e definitiva quebra de um secular isolamento, rompido, até então, de forma apenas episódica e circunstancial.

Sob o manto dos incentivos governamentais, que, pelas suas próprias características, privilegiam os grandes empreendimentos em detrimento dos pequenos produtores e marginalizam a maioria da população, a Amazônia vem vivenciando um complexo processo de "integração à sociedade nacional" em nome de um "desenvolvimento regional" não muito bem definido, cuja a única lógica parece ser o enriquecimento acelerado de uns poucos, freqüentemente, realizado com forte pressão sobre os recursos naturais e sob o signo da destruição e desperdício, onde os custos são socializados[15].

---

[14] *Afora incentivos fiscais e creditícios, o Estado, representado especialmente pelo Governo Federal, assumiu grandes investimentos produtivos e infra-estruturais, nos quais se destacam os setores rodoviários, de telecomunicações e hidrelétricos, os quais foram absolutamente fundamentais a viabilização dos demais projetos que se implantaram na Região. Além do mais, face a tradicional escassez de mão de obra, não pode também ser esquecido o papel assumidos pelo estado, no sentido de estimular um fluxo de trabalhadores para a Região.*

[15] *A "irracionalidade" que tem marcado a recente ocupação regional pode ser exemplificada pela destruição de "castanhais" seculares na região de Marabá no Pará, a submersão de milhões de metros cubicos de mareira pela barragem e lago da hidrelétrica de Tucuruí, substituição de milhões de hectares de florestas por pastos, bem como pelo baixo rendimento das serrarias locais e disperdício na extração madeireira.*

"Num quadro em que se mesclam crescimento e pobreza, o velho extrativismo vegetal voltado para exportação, a itinerante agricultura com forte caráter de subsistência, a pequena mais de algum modo diversificada indústria regional que se desenvolvera protegida pelo isolamento, vem dando lugar a outras atividades ou, simplesmente, sendo desorganizadas pelo "rodoviarismo", pelos incentivos fiscais, pela rápida privatização de grandes áreas de terra, pelos chamados "grandes projetos", colocando em confronto agentes sociais com interesses conflitantes." (UNICEF/UNAMAZ, *1992a).*

Este acelerado e diferenciado processo de transformações pode ser percebido nos mais diversos aspectos da vida regional.

Entre 1950 e 1991, enquanto a taxa média anual de crescimento da população brasileira se reduz de 2,99% para 1,89%, a população regional num comportamento inverso, apresentou um crescimento médio anual que avança de 3,34% para 4,18%, após ter inclusive registrado uma elevação de mais de cinco pontos percentuais ao ano, na década de 70, conforme pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8
Taxa média de crescimento anual da população, com base nos anos censitários (%)
Brasil/Região Norte* - 1950/1991

Anos	Brasil		Região Norte	
	Habitantes	Tx. anual	Habitantes	Tx. anual
1950	51.941.767		1.834.185	
1960	70.070.457	2,99	2.561.702	3,34
1970	93.139.037	2,89	3.603.860	3,47
1980	119.002.706	2,48	5.880.268	5,02
1991	146.154.502	1,89	9.226.085	4,18

Fonte: IBGE-Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991 - Tabelas e Graficos de Análise.
Nota: * Não inclui o estado do Tocantins

Tal crescimento médio, que apesar da desaceleração na última década, ainda supera em mais de duas vezes o nacional, sugere a atração que a Região tem exercido sobre as populações de outras áreas do País - as quais vêem na Amazônia uma alternativa de maiores ganhos e, em muitos casos, até mesmo única possibilidade de

sobrevivência - não permite, todavia, a percepção do caráter fortemente diferenciado e diferenciador que todo este processo de ocupação vem assumindo a nível regional[16].

Com uma população residente, segundo o Censo de 1991, de aproximadamente 10 milhões de habitantes, ou seja, em torno de 7% da população nacional, a Região Norte registrou no período 1980/91, taxas sub-regionais bastante diferenciadas como a do Acre, em torno 3,0%, e as de Rondônia e Roraima, que alcançaram 7,87% e 9,55%, respectivamente, como será visto a seguir nas Tabelas 9 e 10, nas quais se apresenta a população residente por Estado, conforme os levantamentos censitários realizados entre 1960 e 1991.

Tabela 9
População residente nos anos censitários
Estados da Região Norte* - 1960/1991

Unidades Federadas	População total			
	1960	1970	1980	1991
Rondonia	69.792	111.064	491.069	1.130.400
Acre	158.184	215.299	301.383	417.437
Amazonas	708.459	955.235	1.403.089	2.088.682
Roraima	28.304	40.885	79.159	215.790
Pará	1.529.293	2.167.018	3.403.391	5.084.726
Amapá	67.750	114.359	175.257	289.050
Reg.Norte	2.561.782	3.603.860	5.880.868	9.226.985

Fonte: IBGE Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991: Tabelas e Gráficos de Análise
Nota: *Não inclui o estado do Tocantins

A grande heterogeneidade na distribuição espacial da população, desponta de imediato quando se observa que o Pará ainda concentra mais de 55% dos residentes na Região Norte. Por outro lado, não menos marcante é o explosivo crescimento populacional de Rondônia. Com menos de 70 mil habitantes em 1960, o que correspondia a uma população semelhante a do Amapá, 10 vezes menos que a do Amazonas e 20 vezes menor que a do Estado do Pará, Rondônia, em 1991, supera 1 milhão de habitantes, e alcança o equivalente a mais da metade da população amazonense, pouco menos de 1/4 dos residentes no Pará e, aproximadamente, 4 vezes mais o número de habitantes do Amapá, numa indicação do caráter diferenciado que vem marcando as transformações regionais.

[16] *Embora o movimento populacional rumo ao norte não chegue a ter uma dimensão marcante quando comparado aos números nacionais, uma vez que só o Município de São Paulo registrou na década de 70, em termos absolutos, um incremento demográfico equivalente ao de toda a Região Norte (Martine, 1991), tal fato não reduz a importância que o mesmo vem tendo para a organização e vida da Região.*

Tabela 10
População residente nos anos censitários - Taxa média geométrica de crescimento anual
Região Norte - 1960/1991

Unidades Federadas	Taxa de crescimento (%)			
	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91
Rondonia	6,39	4,76	16,03	7,87
Acre	3,20	3,13	3,42	3,01
Amazonas	3,33	3,03	4,12	3,50
Roraima	4,65	3,75	6,03	9,55
Pará	3,11	3,55	4,62	3,72
Amapá	6,14	5,37	4,36	4,65
Reg. Norte	3,34	3,47	3,47	4,18

Fonte: IBGE Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991: Tabelas e Gráficos de Análise

Entretanto, mesmo esta nítida diferenciação, entre os Estados, é insuficiente para sugerir a profundidade das transformações que se manifestam também, de forma clara, no interior de cada unidade federada. Deste modo, a Tabela 11, comparando a participação das populações residentes nas capitais em relação à população total dos respectivos Estados, sugere alguns pontos que contribuem para uma melhor percepção da dinâmica regional.

Ratificando as profundas mudanças que se processam em Rondônia, sua capital Porto Velho, que em 1970 concentrava mais de 75% da população total do atual Estado, tem sua participação relativa substancialmente reduzida para pouco mais de 25%, em 1991, evidenciando a forte atração que o interior tem exercido na migração para aquele Estado. No sentido oposto, destaca-se Manaus, que agrupando pouco mais de 30% da população do Amazonas em 1970, concentra em 1991 aproximadamente metade de toda população estadual, indicando o relativo esvaziamento do interior amazonense, fortemente determinado pela Zona Franca de Manaus[17]. Transformações de tal ordem e natureza não deixaram, nem poderiam deixar, de ter fortes implicações sobre a produção e vida regional.

[17] *Ver a respeito o recente trabalho A criança e o adolescente sob os efeitos dos grandes projetos: uma estudo na Zona Franca de Manaus, coordenado por Edila Moura e produzido com financiamento do UNICEF/UNAMAZ.*

Tabela 11
População residente nas capitais, taxa de crescimento e participação relativa na população estadual Estados da Região Norte - 1970/1991

Municípios das capitais	População residente e % na população estadual			Tx de crescimento anual (%)	
	1970	1980	1991	1970/80	1980/91
Porto Velho	84.048 (75,67)	133.898 (27,27)	286.400 (25,34)	4,77	7,16
Rio Branco	83.977 (39,00)	117.103 (38,47)	196.923 (47,17)	3,38	4,84
Manaus	311.622 (32,62)	633.392 (44,29)	1.010.558 (48,38)	7,35	4,34
Boa Vista	36.464 (89,19)	67.047 (84,70)	142.813 (66,18)	6,28	7,12
Belém	633.374 (29,23)	933.287 (27,42)	1.246.435 (24,51)	3,95	2,67
Macapá	86.097 (75,29)	137.451 (78,43)	179.609 (62,14)	4,79	2,46

Fonte: IBGE Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991: Tabelas e Gráficos de Análise.

Refletindo e se refletindo sobre esse acentuado dinamismo populacional, o Produto Interno Bruto regional alcançou entre 1970 e 1985, conforme pode ser visto na Tabela 12, uma taxa média de crescimento da ordem de 12% a.a, bem superior, portanto, aos 7,2% registrados para o País.

Tabela 12
Evolução do Produto Interno Bruto (1)
Brasil/Região Norte (2) - 1970/1975/1980/1985Em Cr$ 1.000,00

Estados/Região	1970	1975	1980	1985	80/85	70/85
Rondônia	4.323	8.618	31.871	65.585	15,53	19,88
Acre	5.606	5.681	13.525	17.353	5,09	7,82
Amazonas	29.813	53.759	127.265	166.310	5,50	12,14
Roraima	1.422	2.419	4.806	7.726	9,96	11,94
Pará	47.355	73.857	180.914	240.428	5,85	11,44
Amapá	4.853	4.346	9.652	11.663	3,86	6,02
Região Norte	93.372	148.680	368.033	509.047	6,70	11,97
Brasil	4.171.106	6.693.185	11.114.842	11.901.202	1,38	7,24

Fonte: IBGE Anuário Estatísticos do Brasil - 1991
(1) A custo de fatores (preços de 1980).
(2) Não inclui o Estado do Tocantins, face à discrepância das informações.

Embora não se tenha disponível informações mais recentes, é nítida a desaceleração ocorrida na primeira metade da década de 80, tendência que, sem dúvida, deve ter se mantido nos últimos anos, à semelhança do que ocorreu com a economia brasileira. Por outro lado, é importante notar que se até 1985 a economia regional experimentou um crescimento mais intenso que o nacional na fase expansiva do ciclo econômico, e uma desaceleração mais amena na fase recessiva, nada permite deduzir que tal comportamento se mantenha atualmente, face a profunda crise e "encolhimento" do estado brasileiro, que tem desempenhado o papel de mola mestra na ocupação da Amazônia.

Esta participação decisiva do estado se deu não apenas por meio das políticas de incentivos fiscais, mas também através de um grande volume de investimentos em infra estrutura e atividades diretamente produtivas, o que em certo sentido se rebate na participação regional na formação bruta de capital fixo público do País, que indica não só o forte crescimento da região como, especialmente, a franca concentração no Pará, conforme Tabela 13[18].

Tabela 13
Formação Bruta de Capital Fixo Público
Participação Relativa dos Estados da Região Norte
1970/1985

Estados e Região	1970	1975	1980	1985
Região Norte	3,6	3,4	4,3	11,5
Rondonia	0,1	0,1	0,0	0,4
Acre	0,2	0,1	0,1	0,2
Amazonas	0,8	1,3	0,5	1,3
Roraima	0,1	0,1	0,0,	0,3
Pará	2,1	1,5	3,4	8,8
Amapá	0,2	0,2	0,0	0,3

Fonte: Centro de Estudos Fiscais /IBRE/FGV - Regionalização das Transações do Setor Público

A distribuição espacial da atividade econômica pode ser apreciada, de forma global, na Tabela 14, que apresenta a contribuição de cada unidade federada na formação do PIB regional.

Além do já mencionado crescimento de Rondônia, que salta do penúltimo lugar em 1970, para o terceiro posto, em 1985, destaca-se a importância que ainda

[18] *Apenas como indicação, em 5 projetos no Pará (hidrelétrica de Tucuruí; Carajás; complexo alumina/alumínio de Barcarena; mineração do Trombetas e Jarí) a valor histórico e sem incluir o pagamento de juros, foram investidos aproximadamente US$ 12 bilhões (Pinto, 1994).*

mantém o Estado do Pará, o qual apesar de uma certa redução da sua participação no produto regional, ainda respondia em 1985 por mais de 45% deste.

É marcante a fraca participação de Roraima, Acre e Amapá, sendo destoante o dinamismo registrado pelo Acre e especialmente Amapá, única unidade a apresentar, no período 70/85, taxa de crescimento do PIB inferior, inclusive, a média nacional. Tal fato, que se refletiu na perda de importância deste novo Estado no contexto econômico regional, deve servir de alerta sobre as possibilidades e limites do extrativismo mineral, tendo em vista que toda sua economia esteve fundada na exploração de manganês, ocorrida naquele ex-território federal desde meados de 50, pela Indústria e Comércio de Minérios S/A - ICOMI, associação do grupo CAEMI e da Bethlehem Steel[19].

Tabela 14
Produto Interno Bruto e participação relativa dos Estados da Região Norte - 1970/1985 (1)Em Cr$ 1.000,00

Estados e Região	1970		1985	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Rondônia	4.323	4,63	65.585	12,88
Acre	5.506	6,00	17.335	3,41
Amazonas	29.813	31,93	166.310	32,67
Roraima	1.422	1,52	7.726	1,52
Pará	47.355	50,72	240.428	47,23
Amapá	4.853	5,20	11.663	2,29
Região Norte	93.372	100,00	509.047	100,00

Fonte: IBGE Anuário Estatísticos do Brasil
(1) A custo de fatores (preços de 1980).
Nota: Não inclui o Estado do Tocantins, face à discrepância das informações.

As transformações que vêm ocorrendo na estrutura produtiva regional são vivamente percebidas com auxílio da Tabela 15 que apresenta o PIB regional segundo atividade econômica.

Entre 1970 e 1985, a atividade agropecuária reduziu significativamente sua participação no produto regional, de 23,6% para 16%, juntamente com o chamado "setor serviços" que diminui de 61% para 43%, em favor do crescimento relativo do setor

[19] *A extração de manganês no Amapá, foi responsável pela implantação da primeira mineração na Amazônia, cuja lavra, na Serra do Navio é iniciada em 1956. Tal atividade passou a ter forte peso na vida do então território cujo produto industrial representava aproximadamente 60% da produção total em 1970 e declina para 38% em 1985. Sobre a extração do manganês no Amapá, trabalho publicado em 1981, a respeito do potencial mineral da Amazônia comentava: " Das reservas iniciais - da ordem de 43 milhões de toneladas - foram extraídas, entre 1956 e 1979, quase 22 milhões de toneladas; o teor inicial da jazida deveria estar ao redor de 40% de manganês mas, em decorrência da exploração de minério de alto teor, particularmente nos primeiros anos de produção -para atender a exigências dos consumidores, que muitas vezes utilizaram o minério do Amapá para a formação de estoques estratégicos -, a maior parte da reserva atual de 21 milhões de toneladas corresponde a minério de baixo teor." (Santos, 1981).*

industrial que de pouco mais de 15% em 1970, passa a responder por mais de 41% em 1985, sugerindo uma verdadeira revolução na economia regional, o que merece considerações adicionais.

Tabela 15

Produto Interno Bruto, segundo atividade econômica(1)

Brasil/Região Norte (2) - 1970/1985

Atividade econômica	1970		1985	
	R.Norte (%)	Brasil (%)	R.Norte (%)	Brasil (%)
Agropecuária	23,55	12,54	16,03	9,61
Indústria	15,10	30,63	41,24	39,73
Serviços	61,35	56,83	42,73	50,59
Comércio	23,59	17,80	9,29	7,92
Transp/Comunic.(3)	4,57	4,42	3,48	4,63
Instit. Financ.(4)	4,06	6,54	3,86	12,79
Administr. Pública	13,61	10,02	8,61	6,67
Aluguéis	9,92	10,08	9,00	8,37
Outros serviços	5,60	7,97	8,49	10,21
Total (Cr$ 1.000,00) (5)	3.477	160.781	55.951	1.444.140

Fonte: IBGE Anuário Estatístico do Brasil - 1991
(1) Custo de fatores.
(2) Não inclui o Estado do Tocantins.
(3) Exclusive os departamentos das empresas de transportes.
(4) Inclusive a imputação dos serviços de intermediação financeira.
(5) Preços correntes.

Essa estrutura produtiva, cuja composição setorial, aparentemente, se assemelha à apresentada pelos manuais de economia como própria das chamadas regiões desenvolvidas, esconde uma realidade bem diferente, além de uma profunda diversidade de situações conforme pode ser observado na Tabela 16.

Tabela 16

Produto Interno Bruto, segundo atividade econômica (1)

Estados da Região Norte - 1985

Atividade econômica	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Agropecuária	18,19	16,69	7,82	14,48	21,29	11,99
Indústria	24,48	23,53	56,96	22,44	37,10	37,57
Serviços	57,33	59,78	35,22	63,08	41,61	50,44
Comércio	10,05	12,46	7,69	8,28	9,95	9,05
Transp/Comunic.(2)	5,31	3,07	2,06	13,91	3,65	3,36
Instit. Financ.(3)	3,49	6,46	3,67	4,79	4,02	2,39
Administr. Pública	15,70	21,43	7,09	17,69	6,11	15,81
Aluguéis	13,61	7,29	7,81	8,66	8,70	8,89
Outros serviços	9,17	9,07	6,90	9,75	9,18	10,94
Total (Cr$ 1000,00) (4)	7.206	1.917	18.189	891	26.447	1.301

Fonte: IBGE Anuário Estatístico do Brasil - 1991
(1) Custo de fatores
(2) Exclusive os departamentos das empresas de transportes
(3) Inclusive a imputação dos serviços de intermediação financeira.
(4) Preços correntes.

O explosivo crescimento da participação do setor industrial, com mais de 40% do produto regional em 1985, que pode sugerir a ruptura do velho limite da industrialização, e a implantação de uma base produtiva moderna, na verdade, está concentrado no Amazonas e no Pará. Longe de indicar uma efetiva industrialização integrada e integradora da produção regional, reflete, mais propriamente, a implantação de indústrias na Zona Franca de Manaus e a quase exclusiva exploração primária de recursos naturais, como o manganês no Amapá, e mais recentemente, a grande extração de minérios e madeiras, sobretudo, no Pará, num processo que mais se assemelha a um simples "extrativismo reciclado".

Uma maior aproximação da verdadeira estrutura produtiva regional é obtida quando se observa a importância do "estado", sugerida pela forte participação das "administrações públicas", do item "serviços", no PIB das unidades federadas. Destaca-se na Tabela 16, que a exceção do Pará e do Amazonas, nos demais Estados, este elemento chega a ser o mais importante componente da atividade "serviços", superando inclusive o item "comércio". Tal fato, merece destaque especialmente nos tempos atuais, por sugerir as conseqüências que pode vir a ter, particularmente a nível regional, a transformação em realidade do tão em moda, ainda que pouco convincente, discurso neo-liberal, assumido quase generalizadamente como panacéia para todas as mazelas nacionais.

Essa mudança na base produtiva, provocou alterações no perfil das relações comerciais da Região, que refletem as diferenças espaciais da produção regional, bem exemplificadas pelo contraste Amazonas X Pará.

No Amazonas, a Zona Franca de Manaus, conforme será analisado posteriormente, contando com incentivos fiscais especiais[20], com o objetivo de criar na Amazônia Ocidental um polo industrial, comercial e agropecuário, acabou por permitir um explosivo crescimento da capacidade instalada da indústria de transformação naquele Estado - independentemente de se discutir sua artificialidade ou não -, a qual muda também de perfil, com a perda de importância dos grupos de "não duráveis" e "Intermediários" e grande expansão dos "bens duráveis", em decorrência, sobretudo, do crescimento dos segmentos eletro-eletrônico e de material de transportes (motocicletas e bicicletas).

---

[20] *Além dos demais incentivos existentes no âmbito da Sudam, a Zona Franca, até as reformulações ocorridas já nos anos 90, contava ainda com: i) isenção de IPI e de Imposto de Importação para mercadorias nacionais e estrangeiras que a ela se destinassem; ii)redução na alíquota do IOF, de 25% para 10%, nas operações de cambio referentes as suas importações; iii) isenção de IPI na comercialização dos seus produtos; iv) redução, do Imposto de Importação em produtos que se destinassem ao mercado nacional, diretamente proporcional ao índice de nacionalização; as quais se somavam também incentivos decorrentes de tributos estaduais e municipais.*

Essa transformação - cujo resultado chegou a marcar os números regionais, conforme já demonstrado a nível de grandes agregados -, se evidencia no fato dos bens duráveis, praticamente inexistentes no censo de 60, alcançarem 48% do VTI (valor da transformação industrial) regional em 1980, e fez com que o Amazonas, face à política industrial e comercial da Zona Franca, apresentasse, sistematicamente, importações superiores as exportações.

Por outro lado, fundada, especialmente, no extrativismo mineral e florestal, a expansão da indústria no Pará, tem apresentado um forte perfil exportador, merecendo destaque na pauta de exportações, o alumínio, a bauxita não calcinada, a hematita não aglomerada, o ferro, a madeira e a celulose, que contribuiram decisivamente para que, as exportações regionais atingissem 6% do total das vendas externas do País, superior, portanto, a contribuição regional para o produto nacional.

Só como exemplo, tomando-se como referência o ano de 1990, enquanto o estado do Amazonas contribuiu com menos de 0,6% das exportações brasileiras e absorveu em torno de 6% das importações, o Pará, apesar de importar apenas 1% do total brasileiro, contribuiu com aproximadamente 5% das exportações do País[21], o que representou quase a totalidade das saídas externas regionais.

Com permanentes saldos positivos no comércio externo, o Pará, ao contrário do Amazonas, através da exploração de seus recursos naturais tem contribuído de modo decisivo para o equilíbrio das contas regionais, confrontando os déficits registrados pelo balanço de pagamentos daquele Estado, o que sugere bem a diferença de interesses.

Na relação com as demais regiões, "apesar da precariedade das informações disponíveis, pode-se constatar um significativo aumento das vendas e compras internas, resultante do maior grau de articulação da Região com o restante da economia nacional. Dada a forte dependência na aquisição dos insumos industriais utilizados pelo parque fabril local, a Região vem, também, apresentando significativos déficits no balanço comercial doméstico, apesar de dois terços de seu faturamento, em média, ser gerado por vendas para mercados extra-regionais." (Macrocenários 2010)

Também quanto a esse aspecto, não é difícil notar diferenças marcantes entre as duas mais importantes unidades federativas entre si, e frente as outras

---

[21] *Informações extraídas de "A Evolução e Perpectiva das Desigualdades Regionais - Região Norte" apresentada por Sergio Buarque, Fundap/Iesp. Setembro de 93.*

regiões. Enquanto a Zona Franca de Manaus, se tornou por toda década de 70 e início dos anos 80, espaço privilegiado para implantação ou transferência de uma parte da indústria já instalada no país, especialmente, eletro-eletrônica e, nesse sentido, acabou conflitando com interesses das empresas que permaneceram operando em outras áreas, as relações inter-regionais, no caso do Pará, têm significado absolutamente diverso, uma vez que a produção desse Estado não concorre com a do restante do país, já que se apoia fortemente na sua disponibilidade de recursos naturais, mais especificamente, madeiras, minérios e energia.

A diferença entre unidades federadas na Amazônia desponta também com clareza, quando se procura verificar as consequências e postura dos vários estados da região frente a "abertura econômica", que se inicia em 1990. Independentemente de qualquer juízo que se faça sobre a pertinência, ou forma de realização da mesma, o inegável é que, se para outras unidades federadas o processo significou acesso a determinados produtos, em especial, eletro-eletrônico, para a Zona Franca de Manaus, a redução de barreiras acabou por lhes retirar atrativos, o que, agravado pela crise vivida pelo país, promoveu uma queda significativa no seu nível de produção e emprego[22].

Evidentemente, a diversidade de interesses nem de longe se resume a uma diferença entre espaços, estados ou microrregiões, pelo contrário, tão ou mais importantes, são os desejos diferenciados entre atores, o que torna bem mais complexo falar em unidade regional.

A integração nacional é também diferenciação/desintegração regional.

Nesse processo, se reordena o espaço. Mantém-se áreas relativamente "vazias", ainda que já privatizadas, ao mesmo tempo que se organizam sub-espaços diferenciados e pouco articulados entre si, não raramente verdadeiros enclaves voltados para fora. Eixos dinâmicos mais ou menos estruturados se intercalam entre grandes áreas economicamente pouco expressivas e, principalmente, inexploradas.

Num cenário onde a velha dicotomia "inferno verde" X "celeiro do mundo" se revigora na também falsa polarização que aponta a região como "santuário" ou

---

[22] *Ainda que não se tenha ao certo, a dimensão da crise vivida pela Zona Franca, o andar pela área de comércio de Manaus, bem como o ouvir pessoas ligadas ao Estado, sugerem que os indicadores devem ser bastante preocupantes, chegando a ser apontado que o segmento de imagem e som, que sem dúvida era um dos mais fortes, sofreu uma redução para metade, quando comparado com os tempos áureos da década de 70.*

"almoxarifado", ganha espaço, ainda que nem sempre tratada de forma adequada, a tão importante questão ambiental, ampliando os determinantes de tensões e conflitos, e a diversificação de interesses.

Assim, resumindo, a aceleração da ocupação da Amazônia ocorrida nas últimas décadas, vem provocando uma maior complexidade e heterogeneidade nas relações e vida regional, que fragiliza a unidade regional e mesmo estadual. Isto torna cada vez mais difícil, a não ser em níveis bastante gerais, a identificação de interesses convergentes, que expressem uma "vontade" relativamente comum a nível espacial e, sobretudo, não seja apenas o desejo de pequenos grupos nas várias "situações sócio-ambientais" existentes em torno de alguns complexos produtivos sub-regionais, dentre os quais, exemplarmente, três cabe destacar.

3.1.1 O Complexo Minero-Metalúrgico e a Região de Carajás no "Eixo" Tocantins/Araguaia.

A exploração mineral tem hoje presença crescente em várias áreas da Amazônia, entretanto, nada se compara a dimensão e importância que essa atividade concentra no Pará e, particularmente, na chamada "Região de Carajás", no "eixo" Tocantins/Araguaia que, como se verá, apresenta relações e dinâmica específica.

Formada pelos municípios localizados ao longo dos rios Tocantins e Araguaia, no Pará, esse "eixo", que parcialmente coincide com o que o IBGE classifica como *Mesorregião Sudeste Paraense* é, sem dúvidas, uma das regiões do Estado, e da própria Amazônia, que tem apresentado maior dinamismo e sofrido grandes transformações nas últimas décadas, em função não apenas de incentivos fiscais, mas também de vultuosos investimentos diretos governamentais.

Não obstante as primeiras ocupações - baseadas na pecuária extensiva e na garimpagem - terem sido iniciadas no sec. XVIII, apenas na segunda metade do século atual esta área passou a ser objeto de uma ocupação mais permanente, baseada na coleta da castanha do Pará, tendo o município de Marabá como núcleo principal.

Identificada como fronteira de recursos, atraiu grandes contingentes migratórios e foi objeto de forte controle dos governos militares pós anos 60, se tornando, a partir de então, uma das áreas de maior crescimento populacional do Pará, e mesmo

da região Norte, apresentando ainda, segundo último Censo, vários municípios com taxas médias de crescimento demográfico que superam os 10% anuais[23].

Tendo sua ocupação recente com base nos chamados "grandes projetos", é cortada em toda sua extensão, no sentido norte/sul, pela rodovia PA-150, que juntamente com os rios Araguaia e Tocantins, se constitui no grande eixo viário de integração da sub-região, bem como da mesma com a capital do estado.

Na sua parte mais a sudeste, é caracterizada por uma atividade pecuária[24] e madereira em grandes propriedades de "sulistas", instaladas a partir da política de incentivos fiscais. Conhecida genericamente como "sul do Pará", essa região mantém estreita ligação com o antigo norte de Goiás, atual estado do Tocantins, e sudoeste do Maranhão, através dos quais se conecta com o restante do País. É a área onde a luta pela terra tem assumido seu caráter mais permanente e violento de toda a Amazônia e, pelas suas próprias características, tem como temas a despertar reações apaixonadas de adesão ou rejeição: a reforma agrária; a questão ambiental; a demarcação de terras indígenas; além da unanimidade dos reclamos por mais infra-estrutura (especialmente transporte) e pela criação de um novo Estado, que aproxime a "população" da sub-região de uma esfera efetiva de poder.

Na sua porção intermediária, o "eixo" apresenta uma "situação sócio-ambiental" mais diferenciada, em consequência, especialmente, do Projeto Grande Carajás e da hidrelétrica de Tucuruí.

Ainda que registrando uma atividade pecuária e de extração madereira, as quais se agregam a produção de carvão, a região é caracterizada sobretudo pelo extrativismo mineral comandado pelo Projeto Ferro Carajás, da Cia. Vale do Rio Doce, empresa que juntamente com a Eletronorte exerce grande influência na área[25].

---

[23] *Só como exemplo do grande crescimento populacional da área, a mesorregião sudeste paraense que em 1980 apresentava uma população de 392.234 habitantes, registrou aproximadamente 1 milhão, segundo os resultados preliminares do censo demográfico de 91.*

[24] *A Secretaria da Fazenda do Estado, estima que a microrregião do Araguaia Paraense detinha em 1988 aproximadamente 22% do rebanho do Pará, sendo ainda a que apresentava a maior taxa de crescimento do efetivo bovino, que tinha suas maiores concentrações nos municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e Xinguara.*

[25] *A rigor, essa região se constituiu durante o período autoritário e em especial quando da implantação da hidrelétrica de Tucuruí, um verdadeiro território federal dentro do espaço físico paraense.*

Esse eixo, através do segmento mineral já mantém forte relação com o mercado internacional a qual, mediada pela ferrovia de Carajás, se processa pelo porto do vizinho estado do Maranhão.

Em termos prospectivos, é possível antever que o pleno funcionamento dos atuais, e a instalação de novos projetos minerais como o "Projeto Cobre", em fase de implantação no município de Marabá e com investimentos previstos na ordem de 750 milhões de dólares, deverá reforçar as relações internacionais desse complexo, o que, entretanto, não trará maiores benefícios para as populações locais se não for revertido o caráter de enclave desses projetos.

Finalmente, na sua porção mais ao norte, esse eixo atravessa a microregião do Baixo Tocantins, que é uma das áreas de ocupação mais antiga do Estado, com cidades tipicamente ribeirinhas polarizadas por Belém. Essa "microregião", entretanto, merece uma diferenciação interna, com destaque para sua área mais a nordeste, onde se localiza o município de Barcarena.

Sediando o complexo industrial-portuário do alumínio, integrado pela Albrás/Alunorte e pelo porto de Vila do Conde - localizado a 8 Km. da área industrial e com capacidade para 60 mil toneladas -, Barcarena, exemplifica bem o caráter dos grandes projetos de exploração mineral. Processando a bauxita vinda do Trombetas em Oriximiná, e utilizando a energia da hidrelétrica de Tucuruí, esse "polo", que faz o Pará responder por 80% da produção brasileira de alumínio, tem sua produção voltada também para o exterior e, a semelhança de Carajás, uma franca independência frente a economia regional e mesmo nacional, com as quais não têm maior articulação ou complementariedade.

Esse apartamento do projeto extrativo mineral do restante da economia estadual, lembrando o que ocorreu com a exploração do manganês no Amapá[26], tem levado a que lideranças políticas do estado pleiteiem a instalação em Barcarena, face a disponibilidade de energia e existência do porto, de uma Zona de Processamento de Exportação - ZPE, já estando previsto para Amazônia dois empreendimentos dessa natureza: um em

---

[26] *Conforme já referido, a extração de manganês no Amapá, foi responsável pela primeira mineração na Amazônia. A lavra na Serra do Navio tem início em 1956, e fez crescer brutalmente o produto industrial do então território, entretanto face ao esgotamento do minério de alto teor, no período 1970/85, Amapá foi a unidade da região Norte que apresentou menor dinamismo econômico, reduzindo sua participação relativa na economia regional, alertando as elites locais para os limites do extrativismo mineral como base de crescimento.*

Barcarena no Pará, e outro em Itacoatiara no Amazonas[27]. O que, entretanto, longe está de ser a panacéia que pretendem alguns.

3.1.2 O Complexo Eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus

Definida pelo Decreto-lei nº 288 de 28/02/67, a Zona Franca de Manaus, implantada no período autoritário, pretendia criar no interior da Amazônia Ocidental um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições que atendessem aos objetivos da integração e segurança nacional.

A concessão de uma gama variada de incentivos fiscais estimulou num primeiro momento principalmente o setor comercial, fazendo de Manaus uma "grande feira" de produtos estrangeiros a atrair "turistas" de todo o país, além de provocar uma concentração populacional na capital do estado, iniciando o esvaziamento das regiões circunvizinhas, com o abandono da produção primária e consequências sobre o abastecimento alimentar, especialmente das populações mais pobres.

Todavia, a efetiva instalação da Zona Franca como importante polo industrial do País, só ira ocorrer com os anos 70, após a instalação do Distrito Industrial de Manaus (DIM) em 1972. No dizer de Spindel, citado por Moura: "As primeiras indústrias deslocam-se para Manaus por volta de 1971/72 de "forma precária, instalações provisórias e acanhadas, produção ineficiente, timidamente como a perscrutar as possibilidades reais de evolução desta proposta do governo colocada em ação" (Moura, 1993, p.18)[28].

Contrastando com o abandono e pobreza do "em torno", o Distrito Industrial foi instalado com grandes investimentos estatais em infra-estrutura, e a partir da segunda metade da década foram instituídos índices mínimos de nacionalização, e outras pressões governamentais para que os empresários construíssem suas plantas definitivas, afim de poderem continuar gozando dos privilégios fiscais.

---

[27] *Quanto a esse aspecto inclusive, vale ressaltar que a análise das emendas a constituição, apresentadas pelos parlamentares da Região, revelou proposta de que seja criado, nas Disposições Transitórias, artigo determinando que "o Poder Executivo implantará, no prazo de um ano, a partir da promulgação da revisão constitucional, todas as Zonas de Processamento de Exportação cuja a criação já tenha sido autorizada na data da referida promulgação".*

[28] *Moura, E. et al, in "Zona Franca de Manaus: os filhos da era eletroeletrônica". Belém: Unamaz, FUA, UFPa, apoio Unicef, 1993.*

"O Brasil já havia passado por um amplo processo de internacionalização de sua economia, em particular da sua produção industrial, sendo grande parte das indústrias instaladas no DIM originárias de um processo de transferência de plantas fabris, que já estavam no País, para a área de incentivos fiscais da Superintendência da Zona Franca de Manaus-Suframa. O chamado setor eletro-eletrônico migra para o DIM ocorrendo simultaneamente a fusão ou compra de fábricas nacionais do setor por empresas estrangeiras." (Moura, 1993, p.19)

O início dos anos 80 foi marcado pela tentativa de descaracterizar a Zona Franca como simples local de montagem de importados, e concorrente desleal e privilegiado da indústria localizada em outras regiões do País, através do incentivo a instalação de empresas produtoras de componentes e bens intermediários, e restrição a plantas destinadas a produzir bens finais já fabricados no território nacional. Entretanto, o decorrer da década veio se encarregar de demonstrar a ineficácia desses propósitos e, mesmo considerando as reiteradas críticas e pressões contra a existência de um polo industrial favorecido - particularmente diante da crise vivida pelo País -, o Decreto 92.560 de 16/04/86 estendeu a vigência da Zona Franca por mais dez anos, e a Constituição de 88 determinou sua existência até o ano 2.013.

O "governo Collor" veio abalar essa relativa estabilidade e garantia de privilégios definida constitucionalmente. A "abertura" comercial iniciada em 90 teve forte impacto nos investimentos, produção e emprego na Zona Franca, e a crise que se abate sobre ela é em certo sentido sugerida pelos dados de declaração de saída de mercadorias que, segundo Benchimol[29], enquanto entre janeiro e maio de 1989 alcançavam US$ 73,3 milhões, no mesmo período, em 90, sofrem uma drástica redução para US$ 43,7 milhões, atingindo em 1991, apenas 33 milhões de dólares, que representam 45% do valor de 1989.

Todavia, no final dos anos 80 e início da nova década, embora em crise, a Zona Franca de Manaus, contraditoriamente, constituiu-se modelo de reprodução para outras áreas da Região, e a partir do final de 89 são criadas as "Áreas de Livre Comércio" de Tabatinga (Am), Guajará-Mirim (RO), Bonfim (RR), e Macapá-Santana, o que contribuiu para que se intensificasse a disputa entre os empresários estabelecidos na Região e os de áreas não incentivadas, pretendendo reduzir as vantagens fiscais dos primeiros.

---

[29] *BENCHIMOL, Samuel. A Recessão na Zona Franca de Manaus: Africanização e Balcanização. Jornal "A Crítica", Manaus, 29 de setembro de 1991.*

Nessa arena, os empresários instalados na Zona Franca ganham mais uma luta em 92, com o aumento do IPI dos produtos similares aos produzidos na região, melhorando suas condições de competitividade com o restante do País, e acirrando a disputa sobretudo nos setores de utilitários, bicicletas, relógios e informática.

De forma mais ou menos aguda essas lutas estão postas permanentemente no jogo político e, conforme já mencionado, na perspectiva dos interesses regionais têm se dado no sentido de garantir posições, conforme exemplifica emenda apresentada por deputado do Amazonas, que propõe modificação na redação do parágrafo único do art. 40 das Disposições Constitucionais Transitórias.

A atual redação do referido parágrafo determina que: *"somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou venham disciplinar a aprovação dos projetos na Zona Franca de Manaus"*, enquanto a proposição feita pretende estender essa condição a todo e qualquer ato que possa modificar *"regras destinadas ao cumprimento dos objetivos contidos no caput do artigo"*, o qual define que: *"É mantida a Zona Franca de Manaus com suas características de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos a partir da promulgação da Constituição."* (art. 40)

3.1.3 O Complexo Agropecuário-Florestal em Rondônia

Esse "complexo", é sem dúvida o que tem maior presença e diversidade a nível regional, entretanto, o caso de Rondônia reveste-se de importância especial não apenas pelo explosivo crescimento demográfico e econômico vivenciado por aquele estado mas, inclusive, por sua condição de porta de entrada da "fronteira agrícola" na Amazônia Ocidental.

A exploração da cassiterita esta na origem da ocupação de Rondônia, ex-território que teve o acesso a suas terras facilitado pela construção da BR-364 (Cuiabá/Porto-Velho) em fins da década de 50. Do mesmo modo que ocorria em áreas na Amazônia Oriental, a migração foi marcada inicialmente por populações da própria Região e do Nordeste, semelhança que, entretanto, desaparecerá com a continuidade e intensificação do fluxo migratório, e os anos 70, quando se inicia uma nova etapa na vida do então território[30].

---

[30] *Sobre a ocupação de Rondônia ver "O Estado e a Reprodução Social", Jean Hébette.*

As conhecidas transformações vividas pela agricultura brasileira, particularmente no sul, - substituição de culturas, mecanização, etc -, enfim, a chamada "modernização conservadora da agricultura", empurrando pequenos produtores/proprietários, a vender suas terras e buscar áreas maiores na fronteira, encontrou nos melhoramentos e posterior pavimentação do grande eixo viário de ligação com o então território (BR-364), bem como na propaganda sobre a qualidade das suas terras, elementos de atração. Aliado a isso a instalação de vários projetos de colonização oficial pelo Incra, os famosos PIC (Projeto Integrado de Colonização) - dentre os quais, Ouro Preto, Ji-Paraná, Burareiro, Paulo de Assis Ribeiro, etc -, estimularam uma forte corrente migratória de "sulistas", provocando uma verdadeira explosão populacional e tornando Rondônia a grande "fronteira agrícola" da Amazônia Ocidental.

No dizer de Almeida (1992), "diferentes tipos de pequenos agricultores migrantes especializaram-se geograficamente na Amazônia. A frente oriental - Marabá, Conceição do Araguaia e Barra do Garças - recebeu um fluxo itinerante, pobre, com muita presença nordestina; a frente ocidental - Mato Grosso e Rondônia - recebeu inicialmente um fluxo semelhante, que foi depois substituído, em grande parte, por uma onda migratória sulista bem mais rica. Roraima, Acre e Aripuanã em Mato Grosso, representaram, posteriormente, prolongamentos da frente de Rondônia, quanto ao tipo de fluxo recebido" [31].

Originária especialmente do Paraná e Rio Grande do Sul essa frente de expansão, algumas vezes após passar e ocupar regiões de Mato Grosso, no decorrer dos anos 70 deslocou-se na direção de Rondônia, transformando o ex-território em caminho natural para o avanço rumo ao mundo rural do Acre, Amazonas, e Roraima, através particularmente das rodovias BR-319 (Porto Velho/Manaus) e BR-174(Manaus/Rio Branco), fazendo com que, apesar da distância, a chamada fronteira agrícola ocidental se caracterizasse como uma extensão da Paranaense.

Essa compreensão é da maior importância por indicar que apesar de suas identidades, o processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia apresenta especificidades importantes, que não se resumem a aspectos meramente físico-espaciais ou de localização. Na verdade, envolvem atores e relações diferenciadas, que tornam problemático, por exemplo, a simples homogeneização da colonização de Rondônia com o processo ocorrido no chamado "sul do Pará", como se as mesmas não respondessem a impulsos diferentes e envolvessem agentes com interesses provavelmente distintos.

---

[31] *Almeida, Ana L.O., "Colonização Dirigida Na Amazônia", p 147, IPEA, Série IPEA, 135. Rio de Janeiro, 1992.*

Assim, é necessário ressaltar que, se a nível dos agregados econômicos já é possível notar as transformações vividas pela Região, tais números globais não são capazes de revelar a diversidade de cada unidade federativa e, evidentemente, muito menos, o nada desprezível número de situações que não constam das estatísticas.

3.2. Um triste saldo: cidadania pela metade

Este rápido cenário estaria, francamente incompleto caso não se buscasse indicações de como o crescimento regional que, conforme apontado, vem se dando de forma bastante diferenciada espacialmente, está sendo apropriado. Dito de outro modo, como essas alterações da base econômica e no processo produtivo vêm se refletindo nas condições mais simples e gerais de vida da população mais sensível e vulnerável às condições sócio-ambientais.

De modo grosseiro, ou seja quando avaliado pelo comportamento da renda *per capita*, observa-se na Tabela 17, que apesar do acentuado crescimento demográfico experimentado pela Região, o produto por habitante apresentou, entre 1970 e 1985, uma taxa média de crescimento anual de mais de 6%, superando inclusive a média brasileira, que foi de 4,8% a.a, numa nítida indicação da acelerada expansão econômica que, sobrepondo-se ao rápido incremento populacional, permitiu que o produto médio por habitante se elevasse em aproximadamente 2,5 vezes.

Tabela 17
Produto Interno Bruto *per capita* (1) e taxa de crescimento anual
Brasil - Região Norte (2) - 1970/1975/1980/1985

Estados/ Região/ País	Produto Interno Bruto				Tx. de cresc. anual (%)		
	1970	1975	1980	1985	80/70	85/80	85/70
Rondônia	0,0378	0,0338	0,0637	0,0722	5,36	2,54	4,41
Acre	0,0253	0,0219	0,0440	0,0473	5,69	1,46	4,26
Amazonas	0,0303	0,0447	0,0873	0,0956	11,16	1,83	7,96
Roraima	0,0338	0,0403	0,0596	0,0754	5,84	4,82	5,49
Pará	0,0212	0,0266	0,0522	0,0557	9,43	1,31	6,65
Amapá	0,0412	0,0229	0,0540	0,0537	2,74	-0,11	1,78
Região Norte	0,0252	0,0316	0,0574	0,0609	8,58	1,19	6,06
Brasil	0,0435	0,0620	0,0916	0,0878	7,74	-0,84	4,79

Fonte: IBGE - Anuário Estatísticos do Brasil.
(1) A custo de fatores.
(2) Não inclui o Estado do Tocantins, face à discrepância das informações.

Todavia, mesmo apresentando um crescimento francamente mais intenso que o registrado a nível nacional - o que é particularmente claro no início dos anos 80, quando a economia brasileira experimentou uma variação negativa no produto por habitante -, conforme já foi visto genericamente, continuava extremamente marcante a diferença entre o produto *per capita* regional e o nacional, o qual, em 1985, ainda representava algo em torno de uma vez e meia o da Região Norte. Dentre os estados, só o Amazonas registrava valor superior a média brasileira; Rondônia e Roraima se aproximavam de 85%; Pará e Amapá, pouco mais de 60% e o Acre apenas 54% do PIB *per capita* do País.

Deste modo, apesar do crescimento regional vir superando o nacional, de forma geral e em média, a população da Região Norte ainda continua bem mais pobre que a brasileira, o que é agravado pela forte concentração da renda.

Embora não se tenha disponível informações recentes sobre a distribuição dos rendimentos na área rural da Região Norte, o que sem dúvida alguma esconde parcialmente a gravidade da questão e dificulta comparações, a análise da Tabela 18, mesmo considerando tal limitação, aponta um quadro extremamente desfavorável para essa Região.

Apresentando a distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade por classe de rendimento mensal real no Brasil e em algumas regiões, observa-se na referida tabela que, em 1990, enquanto no Sudeste, considerando tanto a zona urbana quanto a rural, o somatório das pessoas "sem rendimento" mais as que obtinham rendimento mensal até 1 salário mínimo, representava 56,3%; no Norte, considerando apenas a população urbana, sabidamente de maior renda, tal soma alcançava 61,6%, valor bem próximo a média brasileira de 63,5%, mesmo considerando que essa última reflete também a situação rural do País, e em especial a do Nordeste.

Assim, conquanto não se possa quantificar e comprovar, tudo leva a crer, que se a zona urbana da Região Norte apresenta um quadro quase tão crítico quanto ao registrado no Brasil incluindo a área rural, a real situação da Região, provavelmente, se aproximaria dos dramáticos números do Nordeste, caso fossem disponíveis não apenas informações sobre as cidades amazônicas. Hipótese que, lamentavelmente, é reforçada por outros indicadores e pelo próprio conhecimento factual da realidade agrária regional.

Tabela 18
Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento mensal
Brasil / Grandes Regiões - 1990

Classes de rendimento mensal (salário mínimo (setembro de 1990))*	Distribuição das pessoas de 10 anos e mais (%)			
	Brasil(1)	Norte(2)	Nordeste	Sudeste
Até 1	23,1	17,6	33,2	18,9
Mais de 1 a 2	12,6	12,2	10,1	13,4
Mais de 2 a 5	14,3	15,8	7,3	17,8
Mais de 5 a 10	5,5	6,3	2,3	7,2
Mais de 10 a 20	2,4	2,4	1,0	3,1
Mais de 20	1,2	1,4	0,5	1,6
Sem rendimento	40,4	44,0	45,2	37,4
Sem declaração	0,5	0,3	0,4	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio/PNAD - Síntese Indicadores de Pesquisa Básica
Nota: * Deflacionado pelo INPC
(1) Exclui a zona rural da Região Norte
(2) Exclui a zona rural.

Por outro lado, agravando mais ainda a situação, observa-se, através do índice de Gini do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais (Tabela 19), que a década de 80 foi marcada por um claro processo de concentração de renda, fenômeno que se manifesta em todas as regiões brasileiras, porém, é francamente mais intenso na Região Norte, na qual os dados para a zona urbana apontam um forte crescimento de 8 pontos percentuais no referido indicador que, entre 1981 e 1990, saltou de 0,53 para 0,61[32].

Tabela 19
Índice de Gini do rendimento mensal das pessoas de 10 anos e mais
Brasil e Grandes Regiões - 1981/1990

Ano	Índice de Gini					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.Oeste
1981	0,583	0,532	0,577	0,569	0,553	0,577
1983	0,600	0,555	0,595	0,586	0,568	0,589
1984	0,599	0,556	0,585	0,588	0,583	0,599
1985	0,606	0,570	0,605	0,594	0,588	0,606
1986	0,602	0,556	0,587	0,589	0,577	0,611
1987	0,611	0,574	0,622	0,591	0,591	0,615
1988	0,629	0,604	0,639	0,607	0,596	0,649
1989	0,647	0,629	0,653	0,628	0,616	0,660
1990	0,620	0,610	0,631	0,598	0,591	0,631

Fonte: IBGE Pesquina Nacional por Amostras de Domicílio, 1990.
Nota: Exclusive o rendimento da população rural da Região Norte

[32] *Como é sabido, o índice de Gini, que procura medir o grau de concentração de uma variável em uma certa população, tem uma amplitude que vai de "zero", para indicar uma perfeita distribuição, a "um", para indicar concentração absoluta.*

Reforçando o fato de que apenas uma pequena parcela da população regional tem se apropriado dos resultados do crescimento econômico, - apesar dos efeitos negativos das profundas transformações sócio-ambientais estarem penalizando toda a população e em especial os mais pobres -, a Tabela 20 aponta, que tanto os 10% da população urbana que auferiam os maiores ganhos, quanto os 90% restantes, que percebiam os menores rendimentos, se apropriavam, em 1990, de iguais parcelas da renda regional, ou seja, 50% do total.

É bem verdade que esta violenta concentração de renda não é uma característica particular da Região Norte, porém, não é possível desconsiderar que para as demais regiões, e conseqüentemente o Brasil, tais índices refletem também as distorções mais fortes que reconhecidamente caracterizam a zona rural, sugerindo , portanto, o quanto devem ser dramáticas as reais condições do Norte.

Quando analisada a condição da fração da população que detém os maiores rendimentos, ou seja o 1% "mais rico", observa-se que, enquanto na média brasileira ela se apropria de 14,6% do total de rendimentos, e no Sul, de 13%; no Norte urbano, tal percentual alcança 15,7%, o que só é superado pelos 18,2% do Nordeste que, entretanto, a semelhança das demais regiões, compreende também a situação, sabidamente mais crítica, da área rural.

Tabela 20
Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos e mais com rendimento, segundo as classes de freqüência
Brasil e Grandes Regiões - 1990

Classes de percentual em ordem crescente de rendimento	Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos e mais com rendimento					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.Oeste
Freq. simples (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 10	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,8
+ 10 a 20	1,6	1,7	1,8	1,8	1,9	1,6
+ 20 a 30	2,2	2,1	2,3	2,1	2,3	2,0
+ 30 a 40	2,7	3,0	3,2	3,1	3,2	2,8
+ 40 a 50	3,9	4,2	3,9	4,2	4,4	3,7
+ 50 a 60	5,2	5,6	4,6	5,7	5,8	5,0
+ 60 a 70	7,2	7,4	6,2	7,7	7,6	6,8
+ 70 a 80	10,3	10,3	8,9	10,7	10,5	9,7
+ 80 a 90	16,4	15,7	14,8	16,5	16,3	16,0
+ 90 a 100	49,7	49,2	53,4	47,3	47,1	51,6
+ 95 a 100	35,8	36,3	40,3	33,6	33,4	37,4
+ 99 a 100	14,6	15,7	18,2	13,3	13,0	15,1
Freq. acumulada (%)						
Até 10	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,8
Até 20	2,4	2,5	2,7	2,7	2,8	2,4
Até 30	4,6	4,6	5,0	4,8	5,1	4,4
Até 40	7,3	7,4	8,2	7,9	8,3	7,2
Até 50	11,2	11,8	12,1	12,1	12,7	10,9
Até 60	16,4	14,7	16,7	17,8	18,5	15,9
Até 70	23,5	24,8	22,9	25,5	26,1	22,7
Até 80	33,9	35,1	31,8	36,2	36,6	32,4
Até 90	50,4	50,8	46,6	52,7	52,9	48,4
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, 1990.
Nota: Exclusive rendimento da população rural da Região Norte

Refletindo como que uma espúria aliança entre crescimento econômico e atraso político, os chamados indicadores sociais, que se reconhece graves a nível do Brasil, assumem um caráter francamente inaceitável a nível regional.

Elementos básicos como saneamento e habitação só são disponíveis para a maioria da população em condições extremamente precárias, e não raro inexistem, colaborando para um quadro sócio-ambiental preocupante e que pode se agravar.

Na Amazônia, a intensa combinação do vasto território com o rio, a mata, a chuva, o sol, parece ter engendrado como que um sistema natural de saneamento básico que permitiu, até recentemente a sustentação de um determinado padrão demográfico de ocupação e uma certa base produtiva, sem dúvida insatisfatória, mas de algum modo em equilíbrio, sem exigir maiores gastos em serviços públicos com esgotamento sanitário e mesmo abastecimento d'água. Entretanto, as transformações ocorridas nas últimas décadas, estão por exigir uma mudança nesse tratamento, o que, lamentavelmente, longe está de ser concretizado.

Normalmente demandando grandes somas de recursos, os projetos de água e esgoto, particularmente após a grande febre "modernizante" que desembocou na desenfreada implantação de "empresas públicas" no período autoritário, tenderam, em última instância, a se orientar pela perspectiva de remunerar os investimentos, fazendo com que as aplicações nestas áreas perdessem seu conteúdo social. Na busca de responder ao requisito da rentabilidade, os investimentos nesses serviços básicos se deslocaram para as regiões de maior poder aquisitivo e, dentro delas, acabaram por priorizar as frações da população de mais alto nível de consumo, problematizando mais ainda a questão a nível regional.

Neste sentido, enquanto no Brasil, os municípios que dispunham de abastecimento de água, ainda que apenas na sede, representavam 66,8% do total de municípios em 1972 e alcançam mais de 95% em 1989; na Região Norte, segundo dados dos anuários estatísticos do IBGE[33], tais municípios avançam, no mesmo período, de 85% para apenas 87%, sugerindo o caráter não prioritário da região diante dos investimentos realizados[34].

No que se refere a esgoto sanitário, o cenário é mais desalentador, pois se em 1972 os municípios dotados deste serviço representavam a nível nacional 27,6% e atingem 47,3% em 1989, na Amazônia, mais propriamente Região Norte, tal participação era de apenas 4,2% e ainda hoje não atinge 9%, denotando algumas décadas de atraso mesmo frente ao precário quadro nacional.

Do mesmo modo, quanto aos serviços de limpeza pública e coleta de lixo, embora, em 1972, não se tenha tais informações desagregadas por atividade, sabe-se que a nível nacional e somadas, elas eram oferecidas em 90% dos municípios brasileiros e em 89%

---

[33] *As informações utilizadas foram extraídas dos Anuários Estatísticos do Brasil de 1976 e 1991, publicados pelo IBGE.*

[34] *A forte concentração espacial dos investimentos realizados em água e esgotamento sanitário, pode ser inferida pelo fato de que entre 1968 e 1986, o PLANASA aplicou 52,3% dos seus recursos destinados para abastecimento d'agua na região Sudeste, 27% no Nordeste, 10,1% no Sul, 6,9% no Centro-Oeste e apenas 3,7% no Norte (Deficits Sociais na Amazônia, trabalho realizado mediante convênio com o PNUD/SUDAM e coordenado por Hélio Moura, mimeo).*

nos da Região Norte. Em 1989, a limpeza pública estava disponível em 82,5% dos municípios regionais, e a coleta de lixo em apenas 72%, sugerindo que em alguns casos a expansão dos serviços sequer tem conseguido acompanhar a proliferação de novos municípios e, particularmente, de pequenos e médios aglomerados populacionais.

Complementarmente, a Tabela 21, apresentando a situação das várias regiões, em 1989, no que se refere ao atendimento destes serviços deixa antever que, a Região Norte, provavelmente supreendendo alguns, é a que apresenta os piores indicadores, mesmo quando comparada ao sempre exemplarmente citado Nordeste.

Tais informações que já se mostram bastante desvantajosas para a Região, ainda estão longe de expressar a realidade e assumem um maior significado e representação quando se constata que, dos municípios beneficiados, a esmagadora maioria só dispõe de algum grau de atendimento no distrito sede. Desse modo, a simples visão do número de unidades municipais dotadas dos serviços, por não levar em conta as localidades atendidas em cada município, não necessáriamente expressa o atendimento à população, e tende a sugerir um grau de prestação de serviço maior do que o real.

Tabela 21
Proporção dos municípios com serviços de saneamento básico (%)
Brasil/Grandes Regiões - 1989

Unidades Federadas	Rede de dist. de água	Rede coletora de esgoto	Limpeza pública	Coleta de lixo
Norte	87,25	8,39	82,55	73,49
Nordeste	92,81	26,15	99,25	92,61
Sudeste	99,31	90,98	99,16	98,25
Sul	97,32	39,09	93,93	94,40
Centro Oeste	92,88	12,93	96,31	95,51
Brasil	95,62	47,28	96,81	93,60

Fonte: IBGE Anuário Estatístico do Brasil - 1991

Quanto ao abastecimento d'agua, por exemplo, quando analisada a situação do País, só 27% dos municípios tinham rede de distribuição d'agua na sua sede e em outras localidades. Todavia, se grave era o quadro nacional, bem pior era a situação da Região Norte, na qual apenas 14% dos municípios tinham rede de distribuição de água na sede e em pelo menos mais uma localidade, conforme se depreende da Tabela 22.

A análise dessa tabela comparativamente à anterior, permite constatar que a Região Norte, além de ser a que apresenta, relativamente, o menor número de

municípios atendidos com esses serviços básicos, rivaliza com o Centro-Oeste na disputa pela triste condição de ser, também, a que registra o menor grau de atendimento fora do distrito sede.

Tabela 22
Municípios que dispõem de saneamento além da sede, segundo as Grandes Regiões
Participação relativa no total de municípios - 1989

Unidades Federadas	Rede de dist. de água	Rede coletora de esgoto	Limpeza pública	Coleta de lixo
Norte	13,46	8,00	15,04	4,63
Nordeste	15,71	9,69	27,24	20,18
Sudeste	39,82	27,90	33,71	31,81
Sul	33,21	7,46	23,48	19,90
Centro Oeste	17,61	4,08	10,96	10,50
Brasil	27,35	20,51	26,59	22,41

Fonte: IBGE Anuário Estatístico do Brasil - 1991

Entretanto, se essa distribuição espacial dos serviços básicos de água e saneamento, revela certas condições de atendimento e mostra a profunda carência regional, ainda esconde um aspecto extremamente importante na definição do real acesso a tais serviços, que se refere ao poder de compra dos mesmos por parte da população, face ao baixo nível e forte concentração de renda regional, cuja permanência, e frente a um estado debilitado, pode, inclusive, levar a recuos de certos indicadores sociais, particularmente, na área da saúde.

Reforçando este cenário, desponta o fato de que apesar da Região, em 1989, congregar apenas 6,7% dos municípios brasileiros, possuía 37% das unidades municipais que não dispunham de limpeza pública, e 30% das que não possuiam coleta de lixo, mostrando em definitivo a maior carência regional no que se refere a certos serviços absolutamente fundamentais a vida da população.

À questão do saneamento básico vem se agregar a insuficiência quantitativa e deficiência qualitativa das habitações. E a negação do direito de morar, se apresenta como mais um elemento que vem contribuir para que grande parcela da população regional seja na realidade "cidadã pela metade".

Segundo estimativas para 1990, enquanto o Brasil, com 35,6 milhões de habitações registraria um déficit de 6,7 milhões, o que equivaleria a 18,9% do número total de domicílios, na Região Norte, para 1,55 milhões de domicílios, o *deficit* alcançaria 596 mil unidades habitacionais, representando a assustadora cifra de 38%. Deste modo, com pouco mais

de 4% das habitações do País, a região responderia por aproximadamente 9% do *deficit* habitacional brasileiro[35].

Refletindo este cenário observa-se, na Tabela 23, apresentada a seguir, a maior densidade ocupacional das habitações na Região Norte o que não deixa de ser um indício de uma pior condição de vida.

Enquanto no Brasil urbano, segundo dados da PNAD 1990, o número de domicílios com até 1 morador por cômodo, representava quase 80% do total de domicílios e na Região Nordeste era superior a 70%, no Norte, não alcançava 60%. No mesmo sentido, aponta a densidade populacional por dormitório, uma vez que na Região Norte, em aproximadamente metade dos domicílios urbanos habitavam mais de 2 moradores por dormitório, e em quase 20% deles a ocupação superava 3 habitantes, condição que, ainda no Nordeste, só se verificava em apenas 11% dos domicílios urbanos.

Tabela 23
Densidade populacional por cômodo e dormitório nos domicílios urbanos
Brasil - Nordeste - Norte

Unidade	Tipo de domicílio (%)		
	Até 1 morador por cômodo	Mais de 2 moradores por dormitório	Mais de 3 moradores por dormitório
Brasil	79	34	11
Nordeste	71	39	11
Norte	59	49	19

Fonte: IBGE/PNAD 1990
Nota : Cálculos dos Autores

Alguns outros elementos interessantes sobre as condições gerais de vida da população regional comparativamente à nordestina bem como a média brasileira, podem ser extraídos da Tabela 24, na qual se apresenta a disponibilidade relativa de alguns bens e serviços, francamente incorporados ao cotidiano de qualquer sociedade que se pretende contemporânea.

Observa-se de imediato, que em todos os ítens as cidades nortistas experimentam uma condição bastante defasada diante das médias registradas para as cidades brasileiras, apresentando, em alguns casos, pior condição até mesmo que as áreas urbanas do Nordeste. Todavia, mais importante que tentar aquilatar essa condição relativa de

[35] *Tais estimativas foram extraídas do documento Deficits Sociais na Amazônia , produzido mediante convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil-PNUD/SUDAM e coordenado por Hélio Moura, mimeo.*

carência diante dos números nacionais, é verificar que as vésperas do século XXI, 35% da população que vive nas cidades amazônicas não dispunha sequer de rede interna de abastecimento d'água, para não falar na freqüência do atendimento, bem como da qualidade da água ofertada.

Tabela 24
Participação relativa da população atendida na zona urbana - 1990
Brasil - Nordeste - Norte

Unidade	Tipo de serviço (%)					
	Água no domicílio	Lixo coletado	Iluminação elétrica	Filtro	Geladeira	Televisão
Brasil	84	77	97	62	80	84
Nordeste	65	61	94	63	60	69
Norte	65	56	94	45	75	77

Fonte: IBGE/PNAD 1990

No mesmo sentido, chega a ser quase inacreditável que aproximadamente 45% das pessoas que moravam nas cidades amazônicas em 1990, não dispunham de um serviço urbano tão elementar como a coleta de lixo, e mais, embora 77% vivesse em domicílios que tinham televisão, menos de 50% da população urbana dispunha de filtro d'água no seu lugar de moradia, numa clara evidência do caráter irônicamente contraditório do processo de transformações pelo qual passa a região, no qual, "novo" e "velho" vêm se misturando numa combinação cujo saldo tem sido bastante desfavorável para a maioria da população.

Neste cenário de crescimento econômico acelerado, espacialmente desigual, setorialmente diferenciado e socialmente concentrado, cabem algumas conclusões.

• A aceleração recente da ocupação regional e as transformações por ela desencadeadas, fazem parte de um movimento mais geral de rearranjo do espaço brasileiro que se inicia com a chamada fase da integração produtiva sob a hegemonia da região Sudeste e mais propriamanete de São Paulo.

• Nesse processo, se estreitam os laços da Região com o restante do País, e a Amazônia eleva significativamente sua participação na População e Renda nacional, confirmando um certo processo de desconcentração.

• A dinâmica da economia regional se assentou em dois eixos, - os quais sejam, investimentos públicos em infra-estrutura e atividades diretamente produtivas, e incentivos fiscais à atividade privada -, que têm no estado, em especial no governo da união, um pilar fundamental.

• Espacialmente concentrado, este crescimento vem se dando fortemente apoiado em algumas unidades produtivas voltados para exportação, verdadeiros enclaves que tem recebido a denominação genérica de "grandes projetos" , e se constituem "quase-estados" dentro dos estados juridicamente constituidos, deixando perplexos os governos locais.

• Potencializando as diferenciações intra-regionais e mesmo intra estaduais, estes projetos são a expressão mais amarga da dicotomia crescimento e pobreza que marca a vida da Amazônia, ao colocar lado a lado, cidades modernas e infra-estruturas que servem de apoio as grandes empresas, a poucos metros de verdadeiros aglomerados de cortiços.

• Esse crescimento econômico, nem de longe se rebate numa melhora significativa na qualidade de vida da população regional. A renda *per capita* apesar de se aproximar da média nacional, reflete uma menor dispersão entre as unidades federadas da região e uma forte concentração nas camadas mais ricas da população.

• Nesse quadro alguns dos chamados indicadores sociais mantêm-se extremamente precários, e em um grande número de casos a insuficiência de determinados serviços públicos é mais grave inclusive, que no próprio nordeste, apontando um futuro bastante preocupante, face a região, ainda que de forma menos acelerada, continuar exibindo taxas bastante elevadas de crescimento populacional.

• Carente de infra-estrutura e serviços básicos e tendo nas ações do estado elemento fundamental, desponta desastroso para a região o crescimento do ideário neo-liberal, cuja implementação apenas agravará a luta pela sobrevivência de uma grande parcela da população que mal consegue ser "cidadã pela metade".

4. O Pará: Um Caso Exemplar

4.1. Uma Breve Caracterização Física

O Pará, com uma área terrestre de 1.246.833 Km2, é o segundo maior Estado brasileiro em extensão territorial. Tendo uma superfície que lhe permitiria ficar entre os 25 países mais extensos do mundo, contém uma área duas vezes maior que a da França, 3,5 vezes maior que a Alemanha unificada, mais que o dobro de toda a América Central, aproximadamente a metade da Argentina e praticamente igual ao Peru[36].

O Estado do Pará constitui 32,37% da Região Norte, 14,65% de todo território nacional, e registra grandes distâncias entre seus pontos extremos, que no sentido Norte/Sul chegam a alcançar 1.481 km e 1.450 km no sentido Leste/Oeste, refletindo as dimensões continentais do Estado e sugerindo as dificuldades e limitações de se fazer generalizações que tendam a representá-lo sob vários aspectos como um todo homogêneo[37].

Seu clima é quente e úmido, e as estações se demarcam, de forma genérica, em apenas dois grandes períodos caracterizados pelo volume e intensidade das chuvas. Em 1989, registrou-se, no Município de Belém, que é a capital do Estado, temperaturas que variaram em torno de 22,2^{o}C (média das mínimas) e 31,45^{o}C (média das máximas). Em 1988, a umidade relativa do ar teve média anual de 87%. No mesmo ano, Belém apontou um nível de precipitação pluviométrica no período de janeiro a dezembro, de 3.752,3 mm, o maior registrado dentre todas as capitais brasileiras. Neste ano, capitais como S. Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, apresentaram índices entre 1.225,8 mm (Porto Alegre) e 1.570,8 mm (S.Paulo), e nenhuma outra capital da Região Norte alcançou os 3 mil milímetros[38].

O Estado é considerado como de grande potencialidade em recursos naturais. Abriga em seu território, segundo dados de 1988 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 85,53% das reservas medidas de bauxita do País; 62,23% das reservas medidas e 94,53% das reservas indicadas de cobre; 20,95% das reservas medidas, 36,01% das indicadas e 40,23 das reservas inferidas de ferro no Brasil; 80,07% das reservas medidas de tungstênio; além de reservas de manganês, níquel, ouro, caulim, calcário, e outros minerais.

---

[36] *Informações extraídas do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) e do Atlas da Enciclopédia Delta Universal.*
[37] *IDESP. Anuário Estatístico do Pará, 1988/1989.*
[38] *IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1990.*

Um exemplo dessa riqueza é o potencial da Província Mineral de Carajás, conhecida não apenas por congregar uma grande diversidade de minérios - o que pode ser visualizado no quadro apresentado a seguir - como também pelos significativos teores neles registrados.

Potencial Mineral da Região do Carajás (Estado do Pará)

Minérios	Jazidas/Depósito	Descobridor/Ano	Reserva/Potencial (t)
FERRO	Serra Norte Serra Sul Serra Leste Serra S. Félix Pequenas jazidas	Meridional - 1967	18 bilhões
MANGANÊS	Azul Buritana Sereno	Amza (CVRD) - 1971 Meridional (USS) - 1967 Codim (U.Carbide) - 1966	70 milhões
COBRE	Salobo Pojuca	Docegeo (CVRD) - 1977 Amza (CVRD) - 1976	2 bilhões
ZINCO	Pojuca	Docegeo (CVRD)	8,5 milhões
ALUMÍNIO	Platô		48 milhões
NÍQUEL	Vermelho Puma-Onça	Amza (CVRD) - 1974 Grupo Inco - 1973	100 milhões
CASSETERITA	Antonio Vicente Mocambo Velho Guilherme	Docegeo (CVRD) - 1974 Promix - 1970 Idesp/Promix - 1970	100 mil
OURO	Andorinhas Serra Pelada Rio Branco Cumarú Salobo	Docegeo (CVRD) - 1976 Garimpeiros - 1980 Garimpeiros - 1978 Garimpeiros - 1980	100
TUNGSTÊNIO	Pedra Preta Bom Jardim (ocorrência) Cachoeirinha (ocorrência)		1 milhão
CROMO	Luanga (ocorrência) Quatipuru	Docegeo (CVRD) - 1982 Docegeo (CVRD) - 1971	

Fonte: Santos, Breno Augusto dos. Recursos Minerais *in* Carajás: *Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*. Brasília/CNPq 1986.

Concentrando em seu território aproximadamente 34% de toda extensão da bacia amazônica, o Pará abriga ainda um fantástico potencial hidroenergético, que alcança 62 milhões de quilowatts, que permitiu a construção da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, no Município de Tucuruí, com capacidade de 8 milhões de quilowatts.

O território paraense é, em grande parte, recoberto pela floresta tropical úmida, tão marcante na paisagem regional que, inclusive, deu origem aos conhecidos mitos que paradoxalmente apontam a Amazônia como "inferno verde" ou "celeiro do mundo".

O potencial florestal do Pará é estimado em 68 milhões de hectares de floresta densa, caracterizada pela grande variedade de espécies, o que por longo tempo foi peça fundamental à sobrevivência do homem na Região, que tinha na coleta de seus produtos, elemento básico à sua vida[39].

Este potencial florestal está sobre solos genericamente caracterizados como pobres, de baixa concentração de compostos minerais, com deficiências principalmente de fósforo, potássio e nitrogênio, e contém um volume de biomassa calculado em 11 bilhões de metros cúbicos. Tais solos vêm sendo, particularmente nas duas últimas décadas, predatoriamente utilizados, numa perspectiva imediatista que compromete as condições de vida das futuras gerações.

Não são poucos os casos de irracionalidade e irresponsabilidade que têm marcado o uso dos recursos naturais do Estado. A substituição de florestas por pastos improdutivos, o saque sobre as chamadas madeiras nobres, os "cemitérios de castanhais" do Tocantins, são exemplos aos quais vêm se somar muitos outros.

O relevo paraense é marcado por grandes superfícies planas ou pouco onduladas. Aproximadamente 85% do território está abaixo de 300m do nível do mar, o que favorece a exploração agrícola de suas terras.

Apesar de proporcionalmente pequena, a disponibilidade de solos férteis, face às dimensões continentais do Estado, chega a aproximadamente 75 mil quilômetros quadrados (Tabela 25), o que representa uma área maior que a de vários Estados brasileiros,

---

[39] *"Estudo preliminar realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, identificou 167 espécies vegetais brasileiras aproveitáveis para obtenção de uns 300 diferentes produtos químicos de rentabilidade econômica já comprovada internacionalmente, entre: ácidos, açúcares, alcalóides, corantes, inseticidas, vitaminas, etc. Um quarto das espécies ali relacionadas encontram-se na Amazônia e 10% lhe são restritos"* (apud *Hébette, 1988*).

como o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, ou, aproximadamente, 40% do Paraná e 60% de Santa Catarina.

Tabela 25
Estado do Pará
Aptidão das terras agrícolas do Pará (*)

Especificação	Área (Km2)	%
Solos de baixa fertilidade (distróficos)	1.143.225	93,13
Solos de alta fertilidade (eutróficos)	74.354	6,06
Afloramentos rochosos	5.318	0,43
Solos salinos (solonchak)	3.550	0,29
Mangues	1.083	0,09

Fonte: Brasil. M. A. Secretaria Geral. Suplan: Aptidão agrícola das terras do Pará. Brasília. Binagri, 1979. Citado no documento: Subsídios ao Plano Governamental CEPA/Pa. Belém, 1982.
Nota: * Excluídas áreas de reserva sob jurisdição estadual e federal.

4.2. Traços da Ocupação Recente

Na Amazônia, particularmente o Pará, tem vivenciado nas últimas décadas um acelerado e intenso processo de transformações que se manifesta em todos os aspectos da vida regional.

Até os anos 60, com sua economia secular e grandemente apoiada no extrativismo, o Estado, como de resto toda a Região, viveu momentos de depressão e prosperidade, dependendo das cotações de alguns poucos produtos de exportação, cuja coleta respondeu fortemente pelo perfil da ocupação e por todo um estilo de vida.

Habitando em pequenos aglomerados, especialmente ao longo dos rios, primeiros e naturais eixos de penetração da Região, vivia uma população que tinha na pesca, na coleta dos produtos da floresta e numa pequena agricultura de subsistência, a base de sua sobrevivência.

Nesse amplo território, desenvolveu-se uma economia e organização social cujo relacionamento com o mundo exterior ocorria de forma descontínua e, freqüentemente, pela troca direta, com baixa capacidade de retenção do excedente gerado, que

era drenado e parcialmente apropriado pela intrincada cadeia que controlava as trocas, e que ficou conhecida como "sistema de aviamento".

Belém, a capital do Estado, funcionava como grande entreposto comercial, porta de contato com o resto do mundo, e era também, conforme já referido, o local onde se cristalizava a maior parte do excedente retido regionalmente o que, se manifestava, sobretudo, em construções suntuosas, e comportamentos de umas poucas famílias que, em freqüentes contato com a Europa, pretendiam aqui viver como lá, num forte contraste com o restante da população local.

Como toda a Amazônia, o Pará vivia praticamente isolado do restante do País. Apenas episodicamente era objeto de preocupação nacional, que só lhes voltava os olhos na perspectiva de extrair algum resultado imediato, como ocorreu no típico período da chamada "Batalha da Borracha" durante a 2ª guerra mundial, quando o Governo Federal, intermediando interesses externos, sobretudo americanos, mobilizou cerca 1 milhão de brasileiros, especialmente nordestinos, levando-os para o interior, para aumentar a produção de borracha necessária ao esforço de guerra, deixando na Região, todavia, um saldo pouco significativo[40].

Desse modo, sob um discurso de valorização econômica da Região, assistiu-se, no período que vai da 2ª Grande Guerra até os anos 60, um permanente e claro descompasso entre o discurso e a ação governamental.

Um bom exemplo pode ser dado pelo fato de que a Constituição do Brasil de 1946 determinava expressamente que 3% das receitas tributárias da União seriam destinadas ao financiamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, mas só em 1953, ou seja, 7 anos depois, é que foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia-SPVEA, com objetivo de gerenciar o desenvolvimento regional e administrar os esperados recursos que, todavia, jamais chegaram à Região.

O avanço da industrialização nacional nos anos 50, bem como a reversão cíclica e a crise do início da década de 60, viriam exigir uma revisão da postura do Estado brasileiro no que conceme à questão regional no país. A nova fase de produção da indústria exigia mercados consumidores e fornecedores em escala nacional. O novo padrão de

---

[40] *Segundo Lúcio Flávio Pinto, "durante a fase da guerra, enquanto o Brasil fornecia borracha a 18 cruzeiros o quilo, os Estados Unidos pagavam de 80 a 160 cruzeiros pelo produto boliviano. Enquanto isso, o Banco de Crédito da Borracha, criado em julho de 1942, para fomentar a produção, tinha em seu quadro diretivo dois diretores americanos" (Pinto, 1987).*

acumulação demandava a crescente incorporação de novas áreas e a Amazônia não poderia ficar fora desse rearranjo dos papéis regionais. Ainda que com certo atrazo, ingressava a Região na chamada fase da "integração produtiva".

Desse modo, a retomada do crescimento e a eliminação das liberdades políticas, que marcam a segunda metade dos anos 60, vão inaugurar uma nova fase no desenvolvimento da Amazônia, na qual o discurso da "valorização" cede lugar para o projeto de "integração", explicitado pelos governos autoritários que se instalam em 64, que desse modo procuram responder também aos seus interesses geopolíticos mais imediatos.

O velho extrativismo vegetal, voltado para exportação, a itinerante agricultura com forte caráter de subsistência - favorecida pelo ainda fraco processo de mercantilização das terras, decorrente das dificuldades de acesso e herança da economia extrativista, que valorizava a cobertura vegetal e não a terra em si - e a pequena, mas, diversificada indústria local que se desenvolvera de certa forma protegida pelo isolamento do resto do País, foram fortemente impactados pelo rodoviarismo, pelos incentivos fiscais, enfim, pelo conjunto de ações que passaria a ser conhecido como "Operação Amazônia"[41].

Lançada em 1966, a "Operação Amazônia", se constituia num amplo conjunto de políticas de Estado e reformas institucionais, objetivando, em última instância, adequar a Região às necessidades do novo padrão de acumulação nacional, apoiado no tripé Estado, grande capital internacional, e capital nacional, ao qual caberia o papel de sócio menor.

O 1º Encontro de Investidores da Amazônia, realizado em Manaus e Belém em dezembro de 1966, com a presença do general Castelo Branco, então Presidente da República, e participação de grande número de empresários de outras áreas, marca formalmente a mudança do eixo econômico e político da ocupação regional.

A idéia de repetir a nível regional a experiência nacional de substituição de importações, com o favorecimento do empresariado local, presente nas ações da SPVEA, foi sendo sepultada pela premissa de que a integração nacional exige a transferência de

---

[41] *A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM, em substituição a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia-SPVEA (Lei 5173/66); a transformação do Banco de Crédito da Amazônia-BCA em Banco da Amazônia S/A-BASA (Lei 5172/66); a alteração da Política de Incentivos Fiscais (Lei 5174/66); a reorganização da Zona Franca de Manaus, ocorridas em 1966; além do Programa de Integração Nacional-PIN (Decreto-Lei 1106/70) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste-PROTERRA (Decreto-Lei 1179/70), institucionalizados em 1970; - dão uma boa idéia da parafernália de instituições e programas que marcaram essa investida rumo Norte, na qual o Estado teve papel fundamental.*

capital e mentalidade empresarial para a Região, o que impõe ao Estado criar condições favoráveis a esse deslocamento, oferecendo atrativos para os novos "pioneiros"[42].

Começava a se consolidar em nova perspectiva a velha ótica de encarar a Região como um grande vazio demográfico, inesgotável "fronteira de recursos naturais", carente de capital, mão-de-obra e capacidade empresarial.

Sob intensa propaganda e estímulo governamental, a tradicional "ocupação de novas áreas", a chamada "expansão da fronteira", caracterizada pelo clássico movimento da "frente de expansão" - ao qual, só após algum tempo, vem se sobrepor a "frente pioneira", - se transforma numa grande e desordenada investida rumo Norte[43].

Nessa investida, num curto espaço de tempo, a expectativa da "terra livre", por parte dos despossuídos expulsos de outras regiões, se choca com o acelerado processo de privatização de continentais áreas de terra sob patrocínio do Estado, condensando no tempo e no espaço interesses distintos e antagônicos, agudizando contradições e potencializando a violência[44].

Um indicador desse acelerado processo de privatização de grande áreas de terra que, cada vez mais, se transforma em mercadoria, é o fato de que, enquanto entre 1924 e 1958, o Governo do Pará expediu 840 títulos, vendendo pouco mais de 384 mil hectares, só entre 1959 e 1963, ou seja, em apenas 4 anos, estes números sobem para 1.575 títulos e mais de 5,6 milhões de hectares[45].

---

[42] *"...a SPVEA deu prioridade à aprovação de projetos industriais, incentivando a formação de um parque fabril em Belém, que concentrou 80 das novas indústrias, enquanto patrocinava os primeiros levantamentos sobre os recursos naturais da região. Porém, sempre se debateu com dois grandes problemas: a falta de recursos suficientes e a aplicação desordenada do que recebia. Além disso, estava mais ligada aos poderes locais, sofrendo de injunções políticas que comprometiam a visão de conjunto e a racionalidade" (Pinto; 1987, p.5).*

[43] *É importante notar que, já em fins dos anos 50 e início da década de 60, ou seja, mesmo antes da chamada "Operação Amazônia", as terras da região, especialmente do Pará, face à expectativa criada pela construção da estrada Belém/Brasília, começavam a despertar o interesse de grandes proprietários. Exemplos podem ser encontrados na Revista da Associação dos Empresários da Amazônia, que cita que, em 1957, João Lanari do Val, adquiriu 390 mil hectares no município de Conceição do Araguaia, no sul do Pará; em 1961, Hermínio Hometto adquiriu aproximadamente 600 mil hectares na Serra do Roncador, em Barra do Garça; enquanto Nicolau Lunardelli adquiria, em 1963, aproximadamente 450 mil hectares, também no Sul do Pará, isto só para citar alguns exemplos.*

[44] *Sobre o assunto ver Santos, Roberto - A economia do Estado do Pará. Belém, IDESP, 1978.*

[45] *Quanto às ações do poder estadual, merece referência especial a questão dos castanhais da região de Marabá. Os castanhais, objeto de exploração por parte de coletores desde os anos 30, mantinham ainda um caráter de "bem livre" até à década de 50, quando algumas famílias acabaram por arrendá-los do Estado, com o compromisso de garantir a reprodução dos mesmos e passando a exercer um controle sobre a coleta. Com a abertura da Belém/Brasília e o crescimento do interesse pelas terras regionais, sentindo-se ameaçadas em seus interesses, tais famílias, que em geral não cumpriram as cláusulas contratuais do arrendamento, mas detinham um certo poder local, conseguiram que o Governo do Estado lhes transferisse a posse de tais áreas, a título de "aforamento perpétuo", sujeito a algumas condições, inclusive a preservação dos mesmos. Por fim, essas terras, que se transformaram em grande foco de tensão social, acabaram por ser objeto de desapropriação nos anos 80, apesar de, novamente, seus beneficiários não terem jamais cumprido com os deveres que supostamente seriam a razão dos seus direitos.*

Todavia, é importante registrar que tais números, expressando apenas ações do poder estadual, longe estão de indicar a dimensão da verdadeira corrida que vai se processar a partir da segunda metade dos anos 60, sob o estímulo dos incentivos fiscais e sob a batuta dos governos militares que se instalam em 64.

Inicialmente destinados ao setor industrial, os incentivos fiscais, em fins dos anos 60, vão ser estendidos a outros setores, como o madeireiro e o agropecuário. Os incentivos tinham como exigência preliminar que a empresa beneficiária estivesse juridicamente constituída como sociedade anônima, o que, por princípio, já exclui os pequenos produtores, e acabam por beneficiar particularmente a atividade pecuária extensiva, baseada em grandes áreas. Deste modo, a terra, antes de mais nada, passou a servir como instrumento de captação de recursos públicos que, lamentável e vergonhosamente, não raras vezes foram desviados inclusive para fora da Região, sustentando o enriquecimento e, até mesmo, o desperdício, de um pequeno grupo de privilegiados, que, mais do que outra coisa, se tornou proprietário ou ampliou seu latifúndio.

O acelerado processo de privatização de terras no Estado pode ser percebido na Tabela 26, que apresenta a evolução do número e da área dos estabelecimentos rurais entre 1960 e 1985. Observa-se que é no período 60/75 que se registram as maiores taxas de crescimento tanto do número de estabelecimentos quanto da área dos mesmos, a qual apresenta sempre uma variação mais acentuada, que se manifesta no incremento da área média[46].

Tabela 26
Número e Área dos Estabelecimentos Rurais
Estado do Pará
1960/1985

ANOS	Nº Estabelec.	Área (Ha.)	Área Média	Tx. Cres. Estab.	Tx. Cresc. Área
1960	83.180	5.253.272	63,16	5,5	7,4
1970	141.442	10.754.828	76,04	5,7	8,5
1975	186.954	16.166.733	86,47	3,4	4,8
1980	223.762	20.448.422	91,38	2,5	3,9
1985	253.222	24.727.832	97,65	-	-

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1985

---

[46] *É importante notar que ao trabalhar com o conceito de estabelecimento, os dados censitários servem muito mais como indicadores da utilização, do que efetiva apropriação da terra, o que é melhor apreendido pelo conceito de Imovel rural adotado pelas estatísticas cadastrais do Incra. Todavia, considerando a necessidade de recuar ao início dos anos 60, e que o primeiro levantamento cadastral do Incra, remonta a 1966, optou-se por trabalhar com os estabelecimntos, sabendo que os dados de concentração são provavelmente mais críticos.*

Assim é que, segundo informações censitárias, enquanto em 1960, existiam, no Estado, 83.180 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de pouco mais de 5,2 milhões de hectares, em 1970, o número de estabelecimentos cresce para 141.442, apresentando um incremento de pouco mais de 70%, enquanto a área ocupada pelos mesmos salta para mais de 10,7 milhões de hectares, acusando um crescimento superior a 100%, numa nítida indicação do avanço da grande propriedade, conforme pode ser visto na Tabela 27.

Os número de estabelecimentos com mais de 10.000 hectares, que somava apenas 33 em 1960, alcançava 81 em 1970, e nos cinco anos seguintes salta para 142, a partir do que reduz seu ritmo de crescimento.

Tabela 27
Estado do Pará
Número e área dos estabelecimentos rurais

Grupos de Áreas (ha)	1960		1970		1975		1985	
	Nº Estab.	Área	Nº Estab.	Área	Nº Estab.	Área	Nº Estab.	Área
Até 100	73.810	1.346.353	132.023	2.346.648	167.236	3.173.417	213.654	4.866.060
100 a -1000	5.812	1.469.766	6.608	1.572.290	17.143	3.076.590	36.203	6.041.642
1000 a -10000	548	1.488.477	1.035	3.141.069	1.418	4.030.662	2.700	6.969.798
+ 10000	33	948.676	81	3.764.822	142	5.885.104	155	6.850.329
s/ declaração	2.977	-	1.765	-	15	-	510	-
Total	83.180	5.253.272	141.442	10.754.829	186.954	16.666.733	253.222	24.727.832

Fonte: Censo Agrícola 1960; Censo Agropecuário 1970. IBGE.

Todavia, bem mais importante que este incremento do número de grandes estabelecimentos, com mais de 10.000 ha, é o espetacular salto dado pela área por eles ocupada, que sofre, no período 60/85, um crescimento de mais de 7 vezes, passando a ocupar, já em 1970, a expressiva cifra de 35% da área total dos estabelecimentos rurais do Estado, enquanto os estabeleciementos menores que 100ha reduzem sua participação relativa de 26% em 1960, para menos de 20% em 1985.

A ocupação pela "pata do boi" vem se agregar à colonização dirigida, assumida diretamente pelo governo federal que, sob o discurso de promover a integração do "homem sem terra do Nordeste com a terra sem homem da Amazônia", lança a construção da rodovia Transamazônica e através do arbitrário Decreto-Lei 1.164 de 1971 e legislação complementar, numa acintosa demonstração da condição a que havia sido reduzida a Federação, retira dos Estados amazônicos o poder de jurisdição sobre as faixas de terras situadas nos 100

quilômetros às margens direita e esquerda das rodovias existentes, ou mesmo apenas projetadas, por considerá-las como "indispensáveis ao desenvolvimento e segurança nacional".

O Pará, tendo em seu território o maior número de rodovias construídas e projetadas, passou a ser o Estado mais atingido por essa insólita decisão federal que, na prática, acabou por reduzir a jurisdição da administração estadual a menos de 30% de sua área.

Com os fins dos anos 80, veio a revogação do Decreto-Lei 1.164/71, o que longe está de anular as mazelas que acompanharam sua edição, bem como os prejuízos de toda ordem causados ao Estado. Durante sua vigência, a União acabou por dispor de grandes fatias do território estadual, segundo seus interesses e conveniências, sem contudo manter um controle minimamente razoável sobre os reais efeitos dos seus atos. Assim, sem ter uma discriminação efetiva do que foi arrecadado, do que foi concedido, do que foi regularizado, etc., dificilmente se pode saber, hoje, o que foi inicialmente transferido para a União, o que foi devolvido ao Estado e, sobretudo, qual a situação jurídico-institucional dessas áreas, marcadas pelo açodamento e arbitrariedade do período autoritário, que acabou por contribuir para o caos fundiário vivido pela Região.

É bom lembrar que a federalização das terras no Pará tem sido reeditada na atualidade, através das chamadas "áreas reservadas" que, sob justificativas diversas, na prática, mantêm subtraídos da jurisdição estadual, quase 19 milhões de hectares do território paraense. Parte dessas terras foram declaradas reservadas como áreas de inundação ou adjacentes à Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a futuras hidrelétricas com implantação projetada no Estado, enquanto outras áreas são consideradas espaços de uso exclusivo das Forças Armadas. Mais recentemente, generosas extensões de terras têm sido subordinadas aos órgãos responsáveis pela política ambiental, servindo como cinturões de proteção aos empreendimentos de grande porte nas áreas de mineração. É o caso da Reserva Nacional de Tapirapé-Aquiri, Reserva Biológica de Tapirapé e Área de Proteção Ambiental do Gelado, que somam mais de 324 mil hectares circundantes à Companhia Vale do Rio Doce, e da Floresta Nacional de Saracá-taquera, com mais de 400 mil hectares, limítrofes às terras da Mineração Rio do Norte, no Trombetas[47].

---

[47] *IDESP. "Áreas reservadas pretendidas pelos Governo da União e do Estado"* in Pará Agrário -Ocupação do Solo e Sub-solo. *Suplemento da edição especial, Belém, 1989.*

O aumento do conhecimento sobre a Região revelou seu grande potencial em termos de recursos minerais, e a segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80 viriam inaugurar uma "nova fase" de ocupação que, se traz o velho, equivocado e inaceitável pressuposto de tratar a Região como um grande "vazio demográfico" - algo "sem cheiro, cor ou sabor" -, tem como elemento "novo" a explicitação de que a grandeza regional impõe o "grande projeto" como única alternativa para domá-la.

A exploração mineral foi sendo assumida como o grande filão para atrair recursos externos e melhorar as exportações do País[48] . O Governo Federal, para minimizar o chamado "custo amazônico", se encarregou de oferecer a infra-estrutura e outras formas de incentivos. O Pará, pelo próprio fato de contar com grandes reservas minerais passou a ser palco privilegiado dessas ações que têm no Programa Grande Carajás, no Projeto Trombetas, no Complexo Albrás/Alunorte, na Hidrelétrica de Tucuruí, seus exemplos mais marcantes.

Refletindo o interesse do governo brasileiro em melhorar suas contas externas, mas, também, a disponibilidade de recursos internacionais e o desejo dos chamados países desenvolvidos em transferir para o "terceiro mundo" a produção de semi-elaborados, produtos altamente consumidores de energia e outros recursos naturais, além das indústrias caracterizadas pelo seu conteúdo poluente, instalam-se os grandes projetos, particularmente de exploração mineral, bem como a infra-estrutura que lhes dá suporte, desorganizando definitivamente o antigo modo de vida do Estado, potencializando velhas e gerando novas e graves questões.

Estradas são abertas e asfaltadas, aumentando a especulação fundiária: Belém/Brasília (BR.-010), Santarém/Cuiabá (BR.-163), Transamazônica (BR.-230) e Belém/Maceió (BR.-316) são apenas exemplos de grandes rodovias que cortam o território estadual, para referenciar simplesmente aquelas de responsabilidade federal, construídas nas últimas décadas.

Garimpos são descobertos ou apenas anunciados, dando origem ao deslocamento de homens que, buscando o enriquecimento, não raramente perdem a vida, provocando um movimento populacional já conhecido como "frente garimpeira"[49] .

---

[48] *Guerreiro (1981/82), evidencia que foi na década de 60 e 70 que algumas empresas multinacionais e sobretudo estatais brasileiras como a CPRM (criada em 1969), DOCEGEO (subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce, criada em 1971), avançaram na pesquisa mineral.*

[49] *Não que não houvesse garimpos noutras épocas. Há 40 anos, eram já conhecidos e explorados os garimpos de ouro do Tapajós, no Pará e de diamantes nas serras do antigo território de Roraima, entre os mais importantes. Importa, contudo, considerar a transformação do garimpo numa atividade que assumiu, hoje, a característica de frente, que se desloca com*

Núcleos habitacionais surgem e se expandem, numa velocidade explosiva, originando novos municípios que, desequipados em todos os sentidos, enchem de perplexidade as administrações locais que lamentam suas mazelas. Só nos anos 80, foram criados 23 novos municípios no Estado, elevando de 82 para 105 o número total dessas unidades político-administrativas, indicando a intensidade do processo de transformações que vem sendo citado.

Nesse processo, antigos moradores são expulsos de suas terras, engrossando a massa de trabalhadores rurais que, "tocados" de seus Estados de origem, "sem espaço" em outras áreas e atraídos pelo sonho da "terra livre", vagam pela Região ou vão se alojar, de forma sub-humana, na periferia das cidades, vítimas de uma permanente violência que, ardilosamente, só muda de forma.

A Tabela 28, baseada em informações de 1989 dos arquivos da Comissão Pastoral da Terra - Regional Norte II; do INCRA; da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; além de outras publicados nos jornais *A Província do Pará, O Liberal, O Diário do Pará, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo*, coletadas pelo IDESP, é um indicador do grau de violência que tem marcado nas últimas décadas, a relação dos trabalhadores com a terra no Estado que, lamentavelmente, já é considerado o campeão dos conflitos agrários no País (IDESP, 1989).

Tabela 28
Estado do Pará
Conflitos agrários - 1989

Mesorregião	Conflitos	Vítimas				
		Mortos	Feridos	Famílias ameaçadas/ despejos	Famílias despejadas	Outros
Sudeste Pará	29	14	4	308	165	182
Sudoeste Pará	5	1	5	100	45	-
Nordeste Pará	5	1	1	158	120	-
Baixo Amazonas	3	1	-	-	-	-
Belém	3	-	-	158	-	-
Total	45	17	10	724	320	182

Fonte: IDESP: Pará Agrário nº 6/7, 1989.

fácil mobilidade e por todo o espaço amazônico, independentemente de fronteiras políticas ou jurídicas com relação a terra, em especial a indígena... Excetuando o controle militar havido em Serra Pelada, no Pará, ...a atividade garimpeira se articula precária e apenas ciclicamente com a estrutura institucional do Estado Brasileiro. Afora o caráter das campanhas ambientais e de saúde (combate a malária), as frentes garimpeiras permanecem fora dos quadros de trabalho governamental (Loureiro, 1990).

Apesar da gravidade da questão dos conflitos no campo revelada pela tabela apresentada, há indícios de que tais dados, ainda assim, subestimam a realidade, na medida em que estariam muito aquém da sua evolução nos anos anteriores, segundo mostra pesquisa efetivada por Lygia Sigaud, sobre os assassinatos de trabalhadores e lideranças rurais nas últimas décadas, cujos resultados registram a ocorrência de 247 crimes de morte no Estado, 174 dos quais, ou seja 70%, aconteceram entre 1985 e maio de 1986 (Sigaud, 1987).

Note-se que essas estatísticas, além de serem habitualmente incompletas por falta de registros oficiais sistemáticos, tiveram um comportamento atípico no período 1985/86 em relação aos anos anteriores e posteriores, devido à implantação da Coordenadoria de Conflitos Fundiários do então Ministério da Reforma Agrária, fonte principal dessas informações e, a seguir, ao seu progressivo esvaziamento e extinção. Os dados disponíveis, entretanto, são suficientes para revelar a inglória liderança do Pará em relação aos demais Estados brasileiros quanto ao número de baixas na luta pela posse da terra.

Refletindo uma completa despreocupação com o futuro, florestas vêm sendo desmatadas em decorrência das mais diversas motivações que incluem desde a especulação com a terra, a busca e justificativa de incentivos fiscais e tributários, a implantação de atividades agropecuárias e minerais voltadas para o mercado, bem como a infra-estrutura que lhes dá suporte e, sobretudo recentemente, a simples exploração da madeira, todas tendo em comum uma certa "lógica" e o imediatismo que, consciente ou não, é manifestação da privatização dos lucros e distribuição dos custos ambientais com o desmatamento por toda a sociedade[50].

Exemplos não faltam. Estudos recentes feitos na região de Tailândia, ao longo da rodovia PA-150, apontam aspectos que, embora resultantes de uma pesquisa pontual, são, sem sombra de dúvida, sugestivos para todo o Estado e mesmo para a Região (Veríssimo, 1989).

Indica o referido trabalho que 70% das serrarias existentes naquela área em 1989, datavam de 1985, ano em que foi asfaltada a PA-150. Por outro lado, após comentar sobre o baixo rendimento das serrarias estudadas, nas quais são necessários 2 a 3

---

[50] *Não apenas o interesse de captar ou justificar incentivos fiscais tem estimulado o desmatamento, como também a freqüente tentativa de alguns proprietários demonstrarem o caráter "produtivo" de suas terras como meio de evitar a Reforma Agrária, e estratégia para reduzir o seu pagamento do Imposto Territorial Rural, cuja incidência é maior nas terras improdutivas.*

metros cúbicos de madeira em tora para cada metro de madeira serrada, conclui, dramaticamente, que para cada metro cúbico de madeira extraído, 1,2 metro foi danificado.

Na mesma direção, pesquisa feita no Município de Paragominas, após indicar o acelerado crescimento do número de serrarias na área, especialmente após 1975, informa que: *"somente 3,4% das árvores com diâmetro maior do que 10 cm foi extraído ao longo de 700 metros de estrada de serviço que inventariamos. Das árvores remanescentes, 24% perderam suas copas, 22% foram arrancadas pelo trator (bulldozer) e 6% sofreram danos na casca o que, eventualmente, pode ser fatal. Enquanto 3% das árvores foram extraídas, 52% foram mortas ou danificadas"* (Uhl & Vieira, 1988).

Reforçando ainda este preocupante quadro, Philip Fearnside, pesquisador do Departamento de Ecologia do INPA, em recente artigo, conclui que "o manejo sustentado da floresta amazônica é inexistente em escala comercial e encontra-se na sua infância como frente de pesquisa. Sistemas estão sendo testados no Brasil, Suriname, Guiana Francesa e Peru para superar barreiras técnicas à produção sustentada. A baixa prioridade que tem sido dada ao desenvolvimento e implementação de sistemas sustentados é um reflexo da desimportância dada à relação custo/benefício nos cálculos econômicos atualmente em uso" (Fearnside, 1989).

Por fim, até mesmo a pequena produção para subsistência, embora em menor escala e por razões bem diversas, acaba por contribuir para a progressiva destruição das florestas estaduais.

Em benefício de uns poucos, áreas indígenas são devassadas, gerando um clima de permanente tensão e constantes conflitos, que destroem o pouco que resta da cultura e vida desses primeiros habitantes da Região, tudo diante de um poder público que, frente à gravidade e complexidade das questões que lhe são postas, pateticamente, admite sua impotência e, ainda que sem pretender, demonstra a todo momento sua parcialidade e/ou incompetência.

Quanto a este aspecto em particular, exemplifica bem o fato de que das terras indígenas existentes no território paraense, onde habitam 9.000 índios, numa área estimada de aproximadamente 145.000 km^2, apenas 4 estão homologadas, somente 5 foram demarcadas e 19 estão identificadas e interditadas, esperando ser delimitadas e duas não foram sequer objeto de proposta de delimitação (Lobato, 1988).

Em resumo, as ações desencadeadas na Região, e particularmente no Estado do Pará, tiveram o signo da destruição dos recursos naturais e da desestruturação da base socio-econômica existente, em nome de um crescimento econômico apropriado por poucos. Cabe, então, inquirir de que forma e em que magnitude este crescimento foi gerado e repartido na sociedade local pois, sem qualquer margem de dúvida, é aí que devem ser buscadas as determinações maiores para as atuais condições de vida da população estadual.

4.3. Produção e distribuição da riqueza: balanço atual de uma velha questão

4.3.1. O dinamismo econômico

O Pará é tradicionalmente marcado por uma concentração da riqueza e do poder, reflexo da economia extrativa e do sistema de "aviamento" que lhe dava suporte. Entretanto, em função da forma como tem se realizado a intensificação recente do processo de ocupação de seu território, vem experimentando transformações no perfil da produção, com mudanças quantitativas e qualitativas na velha questão da partição do produto social.

Na década de 40, a população do Estado cresceu a uma taxa inferior à média nacional, o que refletiu, de certa forma, o fraco dinamismo da economia local após o declínio da borracha. Entretanto, a partir dos anos 50, registram-se incrementos que, progressivamente, suplantam os números nacionais, indicando uma nova fase, que se inicia com o novo processo de ocupação da região, e que vai se intensificar nos anos 70 e, especialmente, 80, conforme pode ser visto na Tabela 29.

A população total do Estado, que representava 2,15% da população nacional em 1950, alcança 2,85% em 1980 e, 3,53% em 1991, enquanto sua participação regional se reduz de 60,89%, em 1950, para 55,49 ao final da série, face ao crescimento mais que proporcional vivido pela região como um todo.

A quantidade de não naturais em relação ao total da população residente no Estado praticamente dobrou na década de 70, fazendo com que a taxa de imigração líquida, que no ano de 1970 era de 7,90, saltasse para 15,29 em 1980, refletindo o forte poder de atração que o Estado vem exercendo sobre outras áreas do País.

Todavia, tão importante quanto o acelerado processo de crescimento populacional é o caráter e sentido deste movimento.

É interessante notar, particularmente para os objetivos deste trabalho, que a população rural do Pará, mas também da Amazônia, ainda tem crescido a taxas bastante elevadas nas duas últimas décadas, ao contrário do comportamento verificado para o País como um todo.

Tabela 29
População residente por situação de domicílio
Brasil/Região Norte/Pará - 1960/1991

Unidade	1960	1960	1970	1980	1991	1991/50
Pará (a)	1.123.273	1.529.293	2.167.018	3.403.341	5.181.570	4,61
Rural	734.262	914.320	1.145.052	1.736.036	2.571.793	3,50
Urbana	389.011	614.973	1.021.966	1.667.306	2.609.777	6,71
Região Norte (b)	1.754.655	2.561.782	3.603.860	5.880.268	9.337.150	5,32
Rural	1.253.788	1.604.064	1.977.260	2.843.118	3.936.378	3,14
Urbana	500.867	957.718	1.626.600	3.037.150	5.400.772	10,78
Brasil (c)	51.944.397	70.070.457	93.139.037	118.996.706	146.917.459	2,83
Rural	3.161.506	38.767.423	41.054.053	38.566.297	36.041.633	1,09
Urbano	18.782.891	31.303.034	52.084.984	80.430.409	110.875.826	5,90
a/c %	2,15	2,18	2,32	2,85	3,53	
a/b %	60,89	59,69	60,13	57,87	55,49	

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico 1976 e 1990. Censo Demográfico 1991 - Resultados Preliminares
Nota: a região Norte não inclui o Estado do Tocantins.

Desse modo, enquanto que para o Brasil, desde os anos 50, já se observa um franco declínio na taxa média anual de crescimento da população rural, que chega inclusive a apresentar redução absoluta entre 1970 e 1991, atestando um crescimento negativo, na Região Norte e, especialmente no Pará, apesar da redução no ritmo de crescimento entre a década de 70 e os anos 80, as taxas anuais ainda registram 3,00% a.a e 3,64% a.a respectivamente, maiores portanto, inclusive, do que a própria média de crescimento urbano brasileiro.

Face a esse crescimento que pode ser observado na Tabela 30, ao contrário de algumas previsões e estimativas, mesmo considerando a acelerada expansão urbana, o Pará, inicia a década de 90 com metade da sua população vivendo ainda na área rural, numa situação bastante diferenciada do quadro brasileiro, que desde os anos 70 já é preponderantemente, e cada vez mais, urbano.

Até em relação a própria Amazônia esse fato contêm certa especificidade, uma vez que a nível regional a relação entre população no campo e cidade é de, aproximadamente, 40% e 60%, respectivamente, o que sugere, que pelo menos quanto ao Pará,

ainda tem grande importância a migração rural.

Tabela 5
Estado do Pará
Taxa média de incremento anual da população residente por situação de domicílio - 1940/1980

Anos	Brasil			Região Norte			Pará		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
1940/1950	1,60	3,91	2,39	1,84	3,71	2,29	1,12	3,15	2,09
1950/1960	1,57	2,37	2,99	5,15	5,04	3,34	2,18	4,61	3,11
1960/1970	0,57	5,22	2,89	2,11	5,44	3,47	2,28	5,21	3,55
1970/1980	- 0,62	4,44	2,48	3,70	6,44	5,02	4,25	5,02	4,52
1980/1991	- 0,61	2,96	1,93	3,00	5,37	4,29	3,64	4,16	3,90

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1990. Censo Demográfico de 1991- Resultados Preliminares
Nota: Para o cálculo das taxas, no período 1940/50, foi utilizada a população presente e para o período 1950/60, a população presente de 1950 e residente de 1960.

Sob esse quadro, parece lícito supor, que o Pará, ainda esta por viver o momento mais intenso do clássico processo de transição campo/cidade, o que aponta um cenário extremamente preocupante quanto à qualidade de vida possível de ser experimentada pela população urbana do Estado num futuro próximo - visto que mazelas de toda ordem já refletem e agravam as precárias condições de vida da grande maioria da população nas cidades.

O acelerado crescimento populacional não se processou de forma homogênea por todo o território paraense e a Tabela 31 oferece uma visão da distribuição espacial da população. Nela se observa a franca concentração em torno de Belém, cuja microrregião congrega 28% da população estadual, porém já é também nítida a participação da região de Santarém, e do chamado eixo Tocantins - Araguaia - que engloba as microrregiões de Marabá, Conceição do Araguaia, Parauapebas, Tucuruí, e Redenção,- que tem sido uma das sub-regiões do Pará mais impactadas pelo recente processo de ocupação do Estado, conforme discutido no capítulo anterior.

Só como exemplo do acelerado crescimento populacional desta última área, dados do IBGE apontam que, entre 1980 e 1991 , o município de Marabá cresceu a uma taxa média geométrica de 11,24%; Parauapebas 18,00%, Tucumã 60,89%, revelando a explosão demográfica que se verificou no sul do Pará.

Tabela 31
Estado do Pará
População, área terrestre, densidade demográfica segundo Microrregiões 1991

Estado e Microrregiões	População	%	Área (km^2)(1)	Hab/km^2
Pará	5.181.570	100,00	1.227.530(2)	4,22
Almerim	48.637	0,93	86.974	0,56
Altamira	280.303	5,41	230.422	1,22
Arari	103.692	2,00	23.046	4,50
Belém	1.447.217	27,93	2.311	626,23
Bragantina	280.958	5,42	8.665	32,42
Cametá	300.724	5,80	16.161	18,61
Castanhal	173.000	3,34	3.857	44,85
Conceiç. do Arag.	78.050	1,51	30.054	2,60
Furos de Breves	136.426	2,63	26.560	5,14
Guamá	321.598	6,20	29.423	10,93
Itaituba	146.887	2,83	193.574	0,76
Marabá	153.910	2,97	19.828	7,76
Óbidos	120.168	2,32	160.144	0,75
Paragominas	206.582	3,98	44.315	4,66
Parauapebas	91.902	1,77	23.053	3,99
Portel	76.914	1,48	45.508	1,69
Redenção	168.946	3,26	19.792	8,54
Salgado	184.796	3,56	5.296	34,89
Santarém	391.163	7,55	85.934	4,55
São Felix do Xingú	84.969	1,64	116.577	0,73
Tomé Açú	187.681	3,62	26.805	7,00
Tucuruí	197.046	3,80	29.221	6,74

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991 - IBGE.
(1) Valores sujeitos a verificação em face de medições decorrentes de nova metodologia.
(2) Este valor representa o somatório das áreas municipais, em revisão, divergindo, portanto, daquele divulgado pelo IBGE em outras publicações.

Este dinamismo populacional estimulou e acompanhou um intenso crescimento econômico que, de acordo com a Tabela 32, apresentando informações qüinqüenais sobre o Produto Interno Bruto - PIB, entre 1970 e 1985, apesar de ligeiramente inferior ao crescimento regional, foi bem superior a média nacional.

Observa-se que, no período, enquanto o produto brasileiro cresceu 2,85 vezes, o regional sofreu um incremento de 5,45, e o do Estado experimentou uma elevação de 5,08 vezes, fazendo com que tanto a Região quanto o Estado praticamente duplicassem sua contribuição para a formação do produto nacional. Desse modo, enquanto em 1970 a participação regional era de 2,2% e a do Pará 1,1%, em 1985, tais números saltam para 4,2% e 2,0% respectivamente.

Tabela 32
Produto interno bruto (a custo dos fatores)
Brasil/Região Norte/Pará - 1970/1985

Anos	Brasil		Região Norte		Pará	
	Total	Per capita	Total	Per capita	Total	Per capita
1970	4.171.106	0,0435	93.371	0,0252	47.355	0,0212
1975	6.693.185	0,0620	148.681	0,0316	73.857	0,0266
1980	11.114.842	0,0916	368.033	0,0614	180.914	0,0522
1985	11.901.202	0,0878	509.048	0,0665	240.428	0,0557

Fonte: Contas Nacionais - IBGE 1991.
(preços constantes de 1980)

A análise da tabela permite também observar, que se durante todo o período, as taxas médias de crescimento anual foram bastante expressivas - uma vez que, enquanto a do país se situa em torno de 7,2% a.a., a do Estado atinge mais de 11% - tal comportamento sofre uma franca desaceleração no qüinqüênio 1980/85, quando o crescimento brasileiro, conforme já analisado, se processa a taxas inferiores ao crescimento da população, provocando inclusive uma redução do produto *per capita*, o qual, a nível do Estado, registra apenas uma pequena elevação. Nesse quadro, o produto por habitante, no Pará, que correspondia a 48,74% da média nacional em 1970, apesar do intenso crescimento populacional do Estado, aumenta esta participação para 63,44% em 1985.

Os investimentos governamentais, a política de incentivos fiscais, de forma direta e indireta, a par todas as limitações conhecidas, acabaram tendo um forte impacto sobre a frágil estrutura produtiva do Estado[51], o que sugere que tais números, apesar de bastante significativos, devam ser encarados dentro de certos limites, uma vez que não consideram a chamada economia informal, sabidamente importante a nível do País, e, provavelmente, mais expressiva na Amazônia e no Pará, não apenas pela diversidade de relações nas quais se realiza o processo produtivo, como pela fragilidade dos registros formais, que marca todos os aspectos da vida no Estado.

Assim, se as estimativas do produto global da Região, e especialmente do Estado, já se ressentem de um razoável grau de dificuldade na obtenção de

---

[51] *No período 1975/1989, a SUDAM comprometeu, no Pará, recursos de incentivos fiscais da ordem de 2,6 bilhões de dólares. Porém, no mesmo período, liberou pouco mais de 800 milhões. Sem pretender fazer uma avaliação desta política, e mesmo considerando uma certa defasagem natural entre o momento de comprometimento dos recursos e a sua liberação, o fato de que, em 15 anos, só foram liberados menos de 1/3 dos recursos aprovados, o que é ilustrativo do descompasso das políticas regionais.*

informações, e só mais recentemente vêm sendo objeto de um trabalho permanente e sistemático, o indicador per capita, enfrenta problemas adicionais, por trazer consigo cálculos de estimativa de população, tarefa sabidamente complexa e arriscada quando se trata de uma área em intensa transformação como o Estado, cujas tendências ainda não estão bem definidas.

Observados estes limites, informações mais recentes do IDESP apontam que o Estado, em 1989, apresentou um PIB da ordem de US$ 5.758,23 milhões, o que, considerando uma população total residente de 4.799,8 mil habitantes, segundo projeção do autor, baseadas em dados do IBGE[52], indicam um PIB *per capita* de aproximadamente US$ 1.200,00, enquanto o nacional se situaria em torno de US$ 1.800,00. Tais dados despontam importante por sugerir que a tendência do produto estadual ter um comportamento mais dinâmico que o do País, verificada na primeira metade dos anos 80, aparentemente, deve ter se mantido até o final da década passada, que conforme já demontrado, foi sabidamente crítica para a economia brasileira[53].

Entretanto, se a economia paraense cresceu mais que a brasileira na fase expansiva, e declinou menos na fase recessiva, a semelhança da Amazônia, nada garante que tal comportamento possa continuar se reproduzindo, considerando o papel fundamental que o Estado desempenhou nesse processo, o que se torna cada dia mais difícil, face à profunda crise na qual está mergulhado, e o pouco convincente, mas, nem por isso, menos alardeado, receituário neoliberal.

Os dados agregados, conquanto importantes para indicar o dinamismo e movimento geral vivido pela economia paraense nos últimos anos, são sem dúvida insuficientes para sugerir a natureza do crescimento, o que torna necessário proceder a uma certa desagregação setorial.

A composição setorial do produto aponta que, no período 1975/1987, a participação da agropecuária, apesar de ter apresentado uma certa oscilação, inicia e conclui a série com números que gravitam em torno de 20% (Tabela 33), sendo válido ressaltar que é no quinqüênio 1975/80 que se registram as taxas de crescimento mais elevadas do setor, conforme pode ser observado na Tabela 34.

---

[52] *IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1990; IBGE. Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.*

[53] *Sob o título "Estatísticas Especiais 1 - Produto Interno Bruto do Pará (1975 a 1987)", o IDESP publicou em 1990 informações sobre o Produto Interno Bruto do Estado, resultado do esforço e velho sonho de elaborar sistematicamente as Contas Estaduais. Todavia, face a certos problemas, particularmente no que se refere às estimativas da população, optou-se por utilizar apenas as informações globais e de forma pontual, inclusive para evitar desvios temporais também decorrentes de conversão de moedas. Assim, embora tal documento tenha sido fonte básica para algumas informações, certos resultados apresentam-se diferentes.*

Tabela 33
Estado do Pará
Produto Interno Bruto (Custo de Fatores) - Participação relativa - 1975/1987

Setores	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Produto Interno Bruto	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	19,24	17,88	17,07	15,40	17,06	17,63	17,26	15,05	15,22	15,61	18,94	20,12	20,26
Indústria	22,11	22,95	23,98	25,32	25,39	28,86	28,93	31,34	34,70	28,85	25,63	24,98	25,38
Extrativa mineral	0,13	0,30	0,46	0,50	1,02	5,84	4,86	7,60	14,57	7,22	5,43	6,41	6,95
Transformação	13,91	14,53	14,88	14,92	14,50	13,86	13,68	13,64	12,08	13,52	12,09	10,18	9,24
Construção Civil	5,36	5,98	6,87	7,34	8,26	8,06	8,59	8,18	6,55	6,81	6,59	6,94	7,18
Serv. Ind. Ut. Pub.	2,71	2,14	1,77	2,56	1,60	1,10	1,80	1,92	1,50	1,30	1,52	1,45	2,01
Serviços/Comércio	58,65	59,17	58,95	59,28	57,53	53,51	53,80	53,61	50,08	55,54	55,43	54,90	54,36
Comércio	17,50	17,38	17,58	16,93	17,36	17,30	17,84	17,08	16,37	17,61	18,67	18,31	17,14
Interm. Financ.	2,92	4,09	4,15	3,91	3,81	2,82	2,30	1,51	1,05	0,64	0,82	0,81	0,13
Transp. Comun.	4,03	3,45	2,95	2,76	2,84	3,56	3,12	3,21	3,04	2,66	1,73	0,85	1,54
Governo	11,23	10,77	10,87	10,40	8,92	6,52	6,85	7,34	6,67	6,97	8,07	8,02	7,01
Aluguéis	9,57	10,51	9,92	10,90	9,86	7,64	7,96	9,66	7,84	10,78	7,67	7,75	8,18
Outros Serviços	13,37	12,97	13,48	14,45	14,74	15,63	15,73	9,66	7,84	10,78	18,47	7,75	8,18

Fonte: IDESP. Estatísticas Especiais. Produto Interno Bruto do Pará - PIB (1975/87).

Todavia, é importante salientar que a relativa estabilidade na participação da agropecuária no produto global do Estado, longe está de indicar as transformações ocorridas no seu interior. No período em análise, registra-se a introdução de novos produtos, além de certo crescimento em algumas culturas já tradicionais no Estado, como, por exemplo, a mandioca, cuja área colhida se expande de 89 mil hectares (média do triênio 74/76), para 178 mil hectares no biênio 1988/89, e a quantidade produzida, de 916 mil toneladas para 2.258 mil; o arroz, cuja a quantidade produzida cresce de 103 mil toneladas (média 75/76), para 203 mil na média 88/89; a pimenta do reino, que, embora apresentando uma redução no rendimento por hectare, apresentou um crescimento na quantidade produzida de 27,5 mil toneladas (média de 1975 e 1976), para 60,0 mil (média de 1988 e 89)[54].

[54] *Todas as informações apresentadas, bem como as que serão utilizadas nos próximos parágrafos, a não ser que se faça menção específica, foram extraídas dos Anuários Estatísticos do Brasil de 1976, 1990 e 1991 do IBGE.*

Tabela 34
Estado do Pará
Taxas de crescimento real do Produto Interno Bruto por setores econômicos - 1975/1989

Período	Total	Setores econômicos		
		Agropecuária	Indústria	Serviços e Comércio
1975/76	20,88	17,67	21,91	21,02
1976/77	12,04	10,23	17,99	12,09
1977/78	18,04	15,18	23,18	18,14
1978/79	17,74	16,91	25,15	17,71
1979/80	19,81	23,16	32,30	19,20
1980/81	-0,68	5,27	-5,08	-0,70
1981/82	5,22	5,41	17,05	5,21
1982/83	-11,10	-11,81	13,77	-11,14
1983/84	3,86	5,51	-22,27	3,81
1984/85	3,55	1,07	4,83	3,29
1985/86	11,20	12,74	27,48	11,34
1986/87	1,40	2,32	19,59	1,48
1987/88	4,95	...	...	...
1988/89	2,90	...	...	...

Fonte: Condurú, Renato. Como Cresceu o Pará nos últimos 15 anos. *Pará Desenvolvimento*, n.6 jan/jun. Belém, IDESP, 1990.

Produtos que, nos anos 60, não tinham qualquer representatividade no cenário estadual, passam a ter significado até no quadro brasileiro, como é o caso da banana que, ocupando, em 1989, uma área de aproximadamente 28 mil hectares, com um rendimento por hectare bem acima da média nacional, e uma produção de cerca de 45 mil toneladas, faz do Pará o 3º produtor do País. Não muito diverso é o caso da cultura do maracujá que, sem tradição no Estado, atingiu em 1988 um rendimento de mais de 212 kg/ha, diante de uma média brasileira de 85 kg/ha, alcançando uma produção que faz do Estado o 1º produtor nacional. Isto, sem falar em culturas como a do mamão, cuja produção paraense ocupa o 3º lugar nacional, da laranja, do cacau, café, côco, e particularmente do dendê, que, sem qualquer expressão há alguns anos atrás, hoje começam a ter significado nas estatísticas do País, apresentando inclusive rendimentos superiores aos registrados em zonas produtoras tradicionais.

Ainda no que concerne ao setor agropecuário, merece destaque a expansão do rebanho bovino que, refletindo, em certo sentido, a discutível prioridade dada à pecuária de corte pela política de incentivos fiscais, registrou no período 1974-1988 um crescimento aproximado de 1,4 milhões de cabeças para 5,4 milhões, com uma taxa média anual em torno de 7%. Essa taxa, embora relativamente elevada, não permite, de per si, inferir se os custos dela decorrentes compensaram essa expansão que elevou a participação do Estado na constituição do rebanho nacional, de 1,5% para pouco mais de 3,5%, o que está por exigir

estudos mais aprofundados.

A avicultura apresenta, no período, um comportamento mais dinâmico que o registrado a nível nacional. O efetivo estadual cresce de 4,7 milhões de bicos, em 1974, para 13,6 milhões, em 1988, e a produção de ovos cresce em torno de 6 vezes. Nesse mesmo período, os números nacionais apontam variações positivas de apenas 1,85 e 2,84 vezes, respectivamente, sendo válido mencionar que, tanto a nível estadual como nacional, ambos os produtos, particularmente os ovos, sofrem uma retração na produção entre 1987 e 1988.

A produção de pescado cresce de 41,6 toneladas (média 1972/74), para 90,7 toneladas (média 1986/1988), apresentando uma variação de 118%, enquanto a produção nacional, no período, apresenta um crescimento de apenas 26%. Do mesmo modo, mais do que duplica também a produção estadual de peixe, que cresce de 34,6 toneladas para 73,1 toneladas, registrando uma taxa média anual de aproximadamente 5,5%, e que continua a responder por aproximadamente 80% da produção de pescado do Estado.

Por fim, para uma melhor visão do que vem acontecendo com o chamado setor primário do Pará, o que, sem dúvida, expressa e se manifesta na vida do mundo rural, restaria mencionar apenas duas breves informações sobre a produção madeireira derivada das espécies nativas.

Enquanto, em 1974, essa produção era da ordem de 2,88 milhões de metros cúbicos e representava apenas 9,3% da produção nacional, em 1987, alcança 21,0 milhões e mais de 45% da produção brasileira, registrando uma taxa média de crescimento anual de aproximadamente 12% - o que se torna extremamente preocupante, particularmente se recordarmos que, conforme foi mencionado anteriormente, pesquisas realizadas na região de Paragominas/Tailândia apontaram que, para cada metro cúbico de madeira extraída, 1,2 metro é de alguma forma danificado.

No que concerne ao setor industrial, considerado de forma globalizada, observa-se que é, também, nos primeiros anos da série que o setor aponta as taxas de crescimento mais elevadas (Tabela 34), apesar de ser no período 1980/84 que a indústria paraense vai registrar sua maior participação no produto estadual, chegando a alcançar 34,70% do PIB em 1983, em função não só do fraco desempenho dos demais setores, como também do comportamento atípico experimentado pela extração mineral, conforme será visto posteriormente. Assim, o setor, que inicia a série contribuindo com 22,11% do PIB paraense aponta, em 1987, um leve crescimento e passa a participar com 25,38% do produto estadual.

Mas, este pequeno incremento indicado pelos números agregados

esconde uma profunda transformação intra-setorial - que pode ser observada ainda através da Tabela 33, apresentada anteriormente -, a qual sugere para os próximos anos um forte crescimento nos números do setor.

Inicialmente, é de se notar que o crescimento industrial registrado no período é fortemente explicado pela expansão da indústria extrativa mineral que, refletindo a forma de ocupação relatada na parte anterior deste trabalho, saltou de inexpressivos 0,13% do PIB estadual, em 1975, para 6,95, em 1987, passando a responder, naquele ano, por mais de 25% de toda a produção industrial. Por outro lado, vale mencionar a excepcionalidade do ano de 1983, quando a indústria alcançou quase 35% do produto estadual e só a extração mineral contribuiu com aproximadamente 15%, em função principalmente da grande produção de ouro, que cresceu de 17,6 toneladas em 1982, para 31,8 toneladas em 1983, sob forte influência do comportamento verificado no garimpo de Serra Pelada.[55]

Em contraposição ao movimento expansivo do extrativismo mineral, cuja real dimensão provavelmente ainda não é completamente captada pelos números de 1987, observa-se uma significativa redução na indústria de transformação, reforçando a hipótese de que a ocupação regional, e em especial do Pará, tem se caracterizado por uma preocupante reciclagem do extrativismo, onde persiste a velha prática do simples saque à natureza, reproduzindo experiências já conhecidas e falidas, mesmo a nível regional, como a da exploração do manganês no Amapá.

A Tabela 35, registrando alguns indicadores sobre o setor industrial do Estado ajuda a melhor compreender as bases da sua evolução recente.

Tabela 35
Pará - Brasil
Indicadores gerais da indústria - 1960/1985

Indicadores	Pará					Brasil 1985/60
	1960(a)	1970	1980	1985(b)	b/a	
Nº de estabelecimentos	1.222	2.137	4.675	4.321	3,54	1,87
Pessoas ocupadas	12.180	25.080	71.963	63.302	5,20	3,67
Salário / V.T.I*	25,86	24,98	22,85	17,91	0,69	0,70

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico 1976 e 1990.
Nota: * Valor da Transformação Industrial.

Observa-se, por exemplo, que, apesar de ainda bastante reduzido

[55] *Dados sobre a produção oficial de ouro no Brasil apontam que, enquanto no período 80/88, o Estado contribuiu com 55% da produção nacional, em 1983, esta participação alcançava 70%. Por outro lado, ainda é nesse ano, que a exploração do Tapajós teve a sua menor participação relativa na produção estadual, revelando o desempenho excepcional de Serra Pelada.*

- e também por isso - o setor industrial no Estado registrou, no período, tanto no que se refere ao número de estabelecimentos, quanto ao pessoal ocupado, taxas de crescimento superiores às médias nacionais e, depois de dois grandes saltos, entre 1960/70 e 1970/80, apontou, em relação ao período 1980/85, uma expressiva redução, que é compatível com os dados agregados do PIB, e reflete, em certa medida, a crise vivida pelo País, que de forma mais ou menos intensa se abateu sobre as regiões, conforme estudado em capítulo anterior.

Entretanto, apesar de certas dessemelhanças, uma lamentável identidade aproxima os indicadores do Estado aos indicadores nacionais: a progressiva redução da participação dos salários no valor da transformação industrial. Essa participação, se já era baixa nos anos 60, diminui mais ainda ao longo desse período, representando, em 1985, algo em torno de 18% do valor da transformação industrial (VTI) - o que indica o baixo peso da remuneração do trabalho, particularmente quando se recorda que o VTI, segundo o IBGE, compreende "o valor da produção subtraído das importâncias despendidas com matérias-primas e componentes, material de embalagem e acondicionamento, utilidades industriais, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica consumida e com o pagamento dos serviços contratados"[56].

Enquanto isso, o setor Serviços/Comércio, apesar de registrar uma pequena redução, continua, em 1987, respondendo por aproximadamente 55% da geração do produto estadual.

Um rápido balanço dos Censos de 1960 a 1985, conforme é apresentado na Tabela 36, dá uma visão geral do comportamento do setor. Observa-se que, enquanto o sub-setor Serviços, tanto no que se refere ao número de estabelecimentos, quanto ao pessoal ocupado, registra nesse período um desempenho bem superior ao nacional, o mesmo não ocorre com o Comércio que, durante o mesmo período, apresentou um comportamento relativamente mais tímido que o da média nacional.

Tabela 36
Pará - Brasil
Indicadores do Setor Serviços e Comércio - 1960/1985

Indicadores	Pará					Brasil 1985/60 % a.a
	1960(a)	1970	1980	1985(b)	b/a(%a.a)	
Serviços						
Nº de estabelecimentos	2.245	3.721	4.835	6.950	5,59	3,29
Pessoas ocupadas	5.428	9.049	35.510	47.537	9,06	6,58
Comércio						
Nº de estabelecimentos	8.680	14.418	11.566	15.566	2,36	2,81
Pessoas ocupadas	19.635	33.470	51.333	71.658	5,31	5,54

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico 1976 e 1990.

[56] *IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1990.*

O declínio apontado do número de estabelecimentos comerciais na década de 70, contrasta com o crescimento observado do pessoal neles ocupado, o que, à primeira vista, parece estranho, mas pode ter explicação, em parte, na hipótese de que nesse período tenha se verificado uma substancial transformação na estrutura do setor, inclusive sob o aspecto da absorção de mão-de-obra, em decorrência do surgimento de grandes unidades monopsônicas no comércio varejista estadual, como supermercados e lojas de departamento, que acabaram por expulsar do mercado milhares de casas comerciais de pequeno porte.

Entretanto, a semelhança do que vem ocorrendo a nível regional e até mesmo exemplificando bem o contraste entre crescimento e pobreza, esse dinamismo econômico do Estado não tem se manifestado de forma positiva na chamada questão social. E são pistas sobre este comportamento que cabe a seguir identificar.

4.3.2. O "Raquitismo" Social

Antes de mais nada, embora se discorde e rejeite a forma autoritária e colonialista como têm sido implementados os chamados programas regionais, bem como o desperdício e elitismo que tem caracterizado a concepção de desenvolvimento que lhes dá suporte, é necessário reconhecer que, a nível dos clássicos indicadores macroeconômicos, o Pará apresentou, nas últimas décadas, um crescimento muito expressivo, o qual está em grande medida atrelado a "integração da Amazônia", e tem no estado um pilar fundamental.

Sob o comando do capital monopolista, e reflexo do imediatismo e da voracidade que têm caraterizado a exploração de seus recursos naturais - o que acabou por lhe negar o tempo de experimentar o papel de uma "clássica" fronteira - o Estado vive hoje um complexo e emaranhado quadro, no qual as questões urbana e agrária se misturam, para a perplexidade dos administradores e desgraça de milhões de brasileiros.

O crescimento e as mudanças verificadas não parecem, até aqui, ter se revertido em melhor condição social para a maioria da população residente no Estado. Como resultante disso, passaram a coexistir, no Pará, uma renda crescente e um conjunto extremamente negativo de indicadores sociais, numa clara evidência de que se passou a exportar riquezas e importar e produzir problemas traduzíveis em índices de má qualidade de vida.

O universo é pleno de contradições. O padrão de saúde da população e a situação educacional no Estado estão longe de competir com os índices registrados

pelos indicadores econômicos. Os baixos níveis de investimento frente as necessidades nas áreas onde se verificaram as mudanças mais intensas agravam esse quadro, ao mesmo tempo em que a marginalidade social e a violência, física e institucional, se alastram.

Nesse cenário, apesar da precariedade das informações disponíveis, alguns indicadores de qualidade de vida merecem comentário.

4.3.2.1 Mortalidade infantil e Mortalidade Proporcional

Freqüentemente utilizada como um dos melhores indicadores do padrão de vida de uma determinada população, a taxa de mortalidade infantil, ao identificar a relação entre o número de óbitos de crianças menores de 1 ano e o número de nascidos vivos, num determinado ano, traz consigo uma gama variada de determinações, que vão desde as condições sanitárias mais gerais, ao padrão alimentar e de higiene, até à dimensão e qualidade dos serviços específicos de saúde.

Neste sentido, seu valor, grau de redução, ou mesmo estabilização, refletem um conjunto bastante variado de fatores, o que torna seu estudo fundamental, e exige que sua avaliação seja contextualizada, no sentido de eliminar distorções que possam confundir os resultado como, por exemplo, a deficiência e qualidade das notificações e registros das variáveis que lhe dão origem, quais sejam, os nascimentos e óbitos.

Pelos dados oficiais, contidos na Tabela 37, a taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos), no período 1980/88, variou de forma aparentemente animadora. Todavia, esta graduação deve ser vista com reserva, dadas às limitações relativas à qualidade e representatividade das informações disponíveis - e que, no caso específico da mortalidade infantil, tem até, provavelmente, maiores razões e possibilidades de refletirem uma forte omissão, conforme demonstram algumas evidências que surgem a partir da análise das estatísticas de registro civil.

Tabela 37
Estado do Pará - 1980/1988
Coeficiente de mortalidade infantil e natalidade

Ano	Mortalidade Infantil		Natalidade	
	Óbitos	Coeficiente	N. vivos	Coeficientes
1980	4.887	67,30	72.593	21,70
1981	4.399	53,15	82.766	23,73
1982	4.306	48,98	87.911	24,32
1983	4.498	49,50	90.858	23,75
1984	4.780	54,86	87.125	21,98
1985	4.232	46,99	90.067	21,94
1986	4.592	51,92	88.451	20,88
1987	3.983	46,56	85.536	19,55
1988	3.346	41,55	80.536	17,84

Fonte: SESPA/NIS

A comparação do Pará com o Brasil, quanto à participação relativa dos nascidos vivos em vários anos, mas registrados apenas em 1989, apresentada na tabela a seguir ajuda a reflexão.

Tabela 38
Estado do Pará - Brasil
Participação dos registros de nascimento efetuados em 1989, segundo o ano de nascimento

Lugar de nascimento	Ano de nascimento				
	1989	1986/88	1983/85	1981/82	Antes de 1981
Brasil	71,0	16,7	3,8	1,8	6,9
Pará	33,5	35,0	11,6	6,8	19,0

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico 1976 e 1990.

Segundo tais estatísticas, foram registrados, no ano de 1989, em todo o Estado do Pará, 142.643 nascimentos, dos quais apenas 47.835, ou seja, 33,5%, ocorridos naquele ano. Os demais registros se referiam a nascimentos ocorridos em anos anteriores como: entre 1986 e 1988 (35%); entre 1981 e 1985 (18,4%); e, ainda que inacreditável, 19% decorrentes de nascimentos acontecidos antes de 1981, o que significa dizer que aproximadamente 1 em cada 5 registros de nascimento feitos em 1989 se referia a pessoa nascida pelo menos 8 anos antes.

Ora, se, no Pará, ocorrem períodos tão largos entre o nascimento e seu registro, é bem possível que, nesse espaço de tempo, um número extremamente

significativo de pessoas tenham nascido e morrido sem sequer terem sido objeto de qualquer registro estatístico.

A desagregação dos dados a nível microrregional evidencia a gravidade da situação, ajudando a compreender as grandes adversidades que enfrentam algumas populações, contribuindo para um melhor juízo a respeito de certos indicadores de saúde no quadro de diversidades que congrega o Estado.

Constata-se que, se no Brasil mais de 70% dos registros de nascimento feito em 1989 referiam-se a nascidos naquele mesmo ano, no Pará, este índice cai assustadoramente para apenas 33% e, em algumas microrregiões do Estado, como por exemplo, a do Tapajós (17,7%) e a dos Furos (18,2%), tal porcentagem não alcança sequer 20%, indicando que de cada 10 registros feitos, menos de 2 decorreram de nascimentos ocorridos no mesmo ano.

Complementarmente, quando analisamos as informações referentes às pessoas nascidas e registradas em 1989, depreende-se que, considerando-se os dados relativos a todo o Brasil, apenas 11% dos nascimentos se realizaram fora de hospitais, número este que mais que dobra no Pará, onde alcança 26,7%. Mesmo em alguns estados do Nordeste, como Pernambuco e Ceará, ainda que elevadas, essas porcentagens alcançavam, respectivamente, 14,5% e 16,8%, ou seja, valores bem inferiores ao índice paraense. Tal percentual revela que mais de uma em cada quatro crianças nascidas no Estado deixou de contar, ao nascer, com a assistência médico-hospitalar devida, o que, provavelmente, tem reflexo sobre os registros de nascimentos, e contribui duplamente para a subestimação da mortalidade infantil.

Entretanto, também quanto a esse aspecto as estatísticas microrregionais são bastante esclarecedoras sobre a situação do interior paraense, ao revelar que o índice geral para o Estado - que por si só já aponta uma situação pior que alguns estados do Nordeste - esconde sub-regiões nas quais menos da metade dos partos ocorreram em hospitais. Como exemplo, vale mencionar o caso da região dos Campos do Marajó, onde apenas 30% dos nascimentos em 1989 foram realizados nessa condição; ou do Baixo Amazonas e microrregião dos Furos, nais quais a proporção de partos hospitalares foi de 48% e 49% respectivamente.

Reforçando esse quadro de riscos que, aliado às precárias condições sócio-ambientais apontadas nos capítulos anteriores, tornam pouco provável a veracidade das taxas de mortalidade relativamente baixas e oficialmente apresentadas, constata-se que no Pará, ainda segundo as Estatísticas do Registro Civil de 1989, em 18,8% dos casos de nascidos vivos registrados naquele ano, a mãe tinha menos de 19 anos e em 48% dos casos encontrava-se na condição de solteira, proporções que, no Brasil, eram, respectivamente,

de 15,8% e 31,3%, indicando as maiores dificuldades vividas a nível regional.

Essas informações, ao demonstrarem o significativo peso relativo da gravidez precoce a nível do Estado, bem como o elevado número de mães que vivem esta condição sem o parceiro formal com quem possam dividir a cada dia mais difícil tarefa de criar seus filhos, se não permitem afirmações conclusivas sobre os níveis de mortalidade infantil e mesmo a relativa aos primeiros anos de vida, não deixam de ser evidências adicionais de que, no campo do real, os números devem ser bem mais chocantes que no âmbito das estatísticas oficiais. Por outro lado, a análise do registro de óbitos vem reforçar a hipótese anteriormente formulada.

Segundo ainda os dados do Registro Civil de 1989, a defasagem entre o ano de ocorrência e o de registro de óbito é bem menor que a encontrada quanto aos nascimentos, tanto a nível do Brasil, como no caso do Pará, que também quanto a este aspecto se assemelha aos estados nordestinos. Considerando, entretanto, que o grau de dificuldade do registro é o mesmo tanto para nascimentos quanto para óbitos, tal fato requer alguma explicação.

Uma hipótese é pensar que no caso dos nascimentos, cada cidadão, provavelmente, viverá um momento no qual o registro se torna indispensável, o que provavelmente responde pelo descompasso entre os dois eventos. O mesmo, todavia, não se dá quanto aos óbitos, cujo registro é necessário para o sepultamento, entretanto, se o registro não for exigido no momento mesmo da morte, mais tarde raramente o será - o que leva à suspeita de que, pelo menos na Amazônia, particularmente no interior, a menor defasagem dos registros de óbitos, em relação aos nascimentos, pode ser mais um reflexo de uma definitiva omissão. O que reforça a hipótese de uma maior taxa de mortalidade infantil a nível regional.

Somado a isso, quando se analisa os óbitos ocorridos e registros no ano, por local de ocorrência, segundo o lugar de residência do falecido, verifica-se que, considerando o Brasil todo, 60% destes óbitos ocorreram em hospitais - mas, no Pará, tal percentagem se inverte e cai brutalmente para 40%.

Este índice, que também se aproxima ao de alguns Estados do Nordeste, como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, por um lado sugere o baixo padrão de atendimento médico-hospitalar, mas, por outro, não deixa de ser um razoável indicador do quão elevado pode ser o sub-registro, que, conforme mencionado, neste aspecto pode significar não apenas uma defasagem temporal, como no caso dos nascimentos, mas uma provável perda definitiva do fato, que jamais fará parte das estatísticas oficiais.

A nível microrregional, o registro civil, também quanto a este aspecto, é esclarecedor, ao indicar como a média do Estado acomoda extremos bastante

dispersos: a situação de Belém, onde o número de óbitos ocorridos nos hospitais alcança 59% e se aproxima da média nacional (60%), contrasta fortemente com a de certas microrregiões como, por exemplo, a dos Campos do Marajó, na qual tal participação atinge apenas 12%, e o Baixo Tocantins, onde atinge 16,6%.

Feitas essas considerações, torna-se possível retomar a discussão inicial, no sentido de estimar uma taxa de mortalidade infantil que, mesmo de forma grosseira, levando em consideração a gama variada de fatores exposta anteriormente, permita minimizar os efeitos negativos dos sub-registros de nascimentos e óbitos, a nível do Estado, contribuindo para que se alcance uma maior aproximação com a realidade.

Segundo estudos recentes baseados nas PNADs[57] e Estatísticas de Registro Civil, o sub-registro de nascidos vivos na Região Norte estaria, em média, em torno de 53,3% no período 1980/1987 (Simões, 1989), sendo superior ao do Nordeste que, no período considerado, teria oscilado entre 43,5% e 53%, enquanto para o Brasil estaria entre 26% e 31%, na série analisada. Quanto ao sub-registro de óbitos infantis, estima o autor que seria de 30,4% na Região Norte, enquanto no Nordeste estaria por volta de 56% a 60% e no Brasil teria oscilado entre 33% e 40%.

É claro que, se quanto ao nascimento tais estimativas para o Estado parecem manter uma certa coerência com as informações até aqui apresentadas, no que se refere aos óbitos, face às evidências comentadas anteriormente, o sub-registro estimado parece estar muito aquém da realidade, refletindo fortemente o fato das PNADs, no caso da região Norte, não pesquisarem as zonas rurais.

Assim, se considerarmos, além do exposto, o significado que a população rural ainda tem em relação à população total na Região, e em especial no Pará, bem como as dificuldades (inclusive de locomoção), sobejamente conhecidas em que vive o povo do interior da Amazônia, o mais razoável seria admitir que o sub-registro de óbitos na região estaria pelo menos próximo ao do Nordeste. Tal hipótese, que ao que tudo indica melhor expressa a realidade, sem dúvida, tem forte implicação sobre as taxas de mortalidade infantil calculadas pelo autor anteriormente mencionado e apresentadas na Tabela 39, inclusive com a respectiva nota, tal qual no estudo original (Simões, 1989).

Desse modo, considerando os valores médios dos nascimentos e óbitos ocorridos no Pará no período 1987/89, segundo as Estatísticas do Registro Civil, e

---

[57] *Destaca-se o trabalho de Celso Simões (Op. Cit.) bem como o estudo realizado por Roberto Becker, intitulado "Brasil: Tendências Recentes das Causas de Mortalidade na Infância", publicado em Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil: Mortalidade Infantil e Saúde na Década de 80. IBGE/UNICEF,Rio de Janeiro, 1989.*

admitindo a defasagem de 54,13% no que se refere aos nascimentos, e 57,24% no que diz respeito aos óbitos, estima-se que a taxa de mortalidade infantil no Estado, em fins dos anos 80, seria de aproximadamente 67 por mil.

Tabela 39
Estimativas da mortalidade infantil
Brasil e Grandes Regiões - 1980 a 1987

Unidade	Tx. de mortalidade infantil (%)							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Brasil	75,0	68,4	64,5	66,7	58,1	53,2		51,0
Norte	60,9	56,7	57,7	59,5	59,1	56,8		56,4
Nordeste	115,7	103,4	97,4	107,2	88,3	79,3		76,6
Sudeste	53,4	49,5	46,8	47,2	40,7	37,2		35,2
Sul	45,7	41,1	36,8	36,1	34,4	32,6		31,3
Centro Oeste	58,5	54,3	50,1	51,7	42,8	41,7		41,5

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Estatísticas do Registro Civil.
Nota: Estes resultados devem ser encarados muito mais do ponto de vista de tendências observadas do que como estimativas pontuais. Isto porque as taxas encontradas refletem, de certa forma, o tipo de metodologia empregada para o cálculo dos níveis de sub-registro.

Essa taxa de 67,5 por mil é reforçada por alguns levantamentos de campo, realizados nos últimos anos, que apontam para um quadro inquietador e muito mais grave. A exemplo, estudo realizado em 1992 por Phillipe Lèna e Isolda Silveira no município de Uruará, na Transamazônica (LÈNA, 1993), registra para aquela localidade uma taxa de mortalidade infantil entre 90 e 100 por mil. No mesmo sentido, pesquisa feita no município de São Felix do Xingu, por Mariane e Wood, sugere que a probabilidade de uma criança morrer antes de alcançar os dois anos de idade era, na década de 70, de 133/1.000; e atinge, em 1984, 171/1.000.

O estudo da mortalidade proporcional nem reforçou essa linha de raciocínio. Qualidade de vida e boa saúde também se refletem na duração da vida. Por isso é que, quanto melhor o nível de vida e saúde da população a quantidade maior de óbitos se registra nas faixas da população com idade mais avançada. À medida em que uma região se desenvolve, muda a distribuição dos óbitos pelas diferentes faixas etárias e a morte ocorre cada vez menos entre os jovens e mais entre os idosos. E isso tem ocorrido na Região, no Pará, como também no Brasil.

É com base nessa lógica que se fundamenta a avaliação da mortalidade proporcional, baseada na distribuição relativa, para o conjunto total, dos óbitos ocorridos nas faixas de idade que compreendem: menores de 1 ano, de 1 a 4 anos, 5 a 19 anos, 20 a 49 anos e 50 anos e mais.

Inicialmente, é possível extrair dos dados revelados na Tabela 40

que, em 1988, e considerando o Estado como um todo, 30% dos óbitos ocorreram na faixa de 0 a 19 anos, enquanto segundo os dados do registro civil de 1989, na região Nordeste essa proporção era de 24,72%, no Centro oeste 19,48%, no Sudeste e Sul, 15,59% e 14,82%, respectivamente, e a média brasileira era de 18,64%.

É bem verdade que essa maior taxa no Estado, pode esta influenciada pelo fato da população regional, face inclusive ao grande surto migratório, ser relativamente mais jovem que a média nacional. Entretanto, a análise das informações pelas diversas regiões de saúde no Estado indicam que números bastante semelhantes e alarmantes são encontrados tanto nas regiões de fronteira como nas áreas de ocupação mais tradicional, relativizando um pouco a hipótese anterior.

Exemplos marcantes encontram-se na 8ª Região de Saúde, que envolve parte da chamada região do Marajó, área de ocupação tradicional, na qual mais de 40% dos óbitos ocorridos em 1988, foram na faixa de 0 e 19 anos. Do mesmo modo, na área da Transamazônica, francamente marcada pela colonização oficial dos anos 70 e que é abrangida pela 10ª Região de Saúde, que tem por sede Altamira, essa faixa etária contribuiu com 39% dos óbitos totais. Finalmente, também merece destaque a área da 11ª Região, que envolve Marabá e Carajás, caracterizada pela intensificação recente da ocupação com base nos chamados grandes projetos, onde tal índice também se situa em torno de 40%.

Tabela 40
Estado do Pará - 1988
Mortalidade proporcional, segundo Nelson de Moraes

Região de Saúde / Sede*	- 1 ano		1-4 anos		5-19 anos		20-49 anos		50 anos e mais		Idade ignorada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1ª - Belém	1.205	16,36	209	2,84	402	5,46	1.557	21,16	3900	53,01	84	1,14	7.357	100
2ª - S.Izabel do Pará	118	19,19	43	6,99	29	4,72	123	20,00	292	47,48	10	1,63	615	100
3ª - Castanhal	238	23,54	48	4,75	51	5,04	145	14,34	526	52,03	3	0,30	1.011	100
4ª - Capanema	162	18,82	63	7,32	36	4,18	143	16,61	451	52,38	6	0,70	861	100
5ª - S.Miguel do Guamá	179	20,62	57	6,57	45	5,18	203	23,39	380	43,78	4	0,46	868	100
6ª - Barcarena	287	20,30	112	7,92	79	5,59	208	14,71	713	50,42	15	1,06	1.414	100
7ª - Ponta de Pedras	69	17,88	22	5,70	23	5,96	56	14,51	211	54,66	5	1,30	386	100
8ª - Breves	128	24,76	54	10,44	33	6,38	71	13,73	214	41,39	17	3,29	517	100
9ª - Santarém	567	21,49	169	6,41	143	5,42	604	22,90	1109	42,04	46	1,74	2.638	100
10ª - Altamira	118	27,06	25	5,73	27	6,19	96	22,02	162	37,16	8	1.83	436	100
11ª - Marabá	313	24,28	102	7,91	99	7,68	322	24,98	440	34,13	13	1,01	1.289	100
12ª - Conc. do Araguaia	63	12,38	23	4,52	37	7,27	191	37,52	174	34,18	21	4,13	509	100
Total	3.447	19,26	927	5,18	1004	5,61	3.719	20,78	8572	47,89	232	1,30	17.901	100

Fonte: SESPA - Sistema de Mortalidade. Núcleo de Informação em Saúde.

É possível ainda notar que quando se seleciona o grupo de menos de 1 ano, como objeto de atenção específica, observa-se que são também as áreas anteriormente mencionadas as que apresentaram, em 1988, os piores números.

Reforçando mais ainda a hipótese da forte subestimação da taxa

de mortalidade infantil oficialmente divulgada, quando se compara os dados do registro civil, constata-se que se a nível do Brasil em 1989, a proporção dos óbitos de menores de 1 ano em relação ao total de óbitos era de pouco mais de 12%, no Pará, atingia mais de 16,5%, enquanto no Ceará era de 13,4%; na Bahia 14,4%; em Sergipe 13%; no Rio Grande do Norte, 11,7%; e só na Paraíba, Pernambuco e Alagoas, registravam-se proporções mais elevadas que no Estado.

Entretanto, é importante notar que, mesmo considerando que os dados oficiais inicialmente apresentados fossem a mais fiel expressão da realidade, nem por isso deixaria de ser preocupante a admissão que, em cada mil nascidos vivos em 1988, 41,5 não completassem o primeiro ano de vida, quando se sabe que esta relação, no período 1985/90, foi de 24 no Uruguai, 22 na Argentina, 18 no Chile e 13 em Cuba, para não falar que no Canadá, onde tal taxa não alcançou 10/1.000[58].

Em resumo, dessa breve reflexão parece possível extrair pelo menos duas conclusões, preliminares:

Primeiramente, ainda que seja freqüente, e até mesmo desejável, a utilização da taxa de mortalidade infantil como indicador/síntese que permite fazer, de forma rápida, comparações sobre as condições gerais de vida das crianças, e mesmo da população em geral, esse índice como qualquer outro indicador isolado, é incapaz de captar a grande diversidade de situações e desigualdades que existe no País e, neste sentido, sem ancoragem numa avaliação mais global, torna-se imprópria para servir de referência única e balizamento das políticas sociais.

Em segundo lugar, embora todos os estudos sobre o tema sejam praticamente unânimes em registrar uma tendência à queda da mortalidade infantil, ainda que com intensidades diversas a nível regional, poucos também discordariam que essa redução ocorrida se explica quase que exclusivamente por alguns poucos êxitos alcançados no curso de políticas sanitárias e campanhas de saúde, e pela ampliação da tecnologia médica, face à rigidez da estrutura social brasileira, que tem deixado a grande maioria da população à margem do usufruto do crescimento econômico, ainda que sobre ela recaiam os maiores custos dos momentos de crise.

Essa constatação, que destaca a importância que têm tido as políticas governamentais, é particularmente importante quando se considera não só a crise atual que abala, sobretudo, a estrutura do poder público, mas o tão em moda discurso neoliberal. Face ao caráter concentrador e excludente do padrão de desenvolvimento brasileiro, torna-se

---

[58] *Organizacion Panamericana de la Salud, Oficina Sanitária Panamericana, Oficina Regional de la Organizacion Mundial de la Salud. "Las Condiciones de la Salud en las Americas". Edición 1990. vol. I. Publicación científica n.524-Washignton, EUA, 1990.*

preocupante, especialmente para regiões como o Norte e Nordeste, as conseqüências de uma redução dos investimentos estatais nessas áreas, bem como o sucateamento de certos serviços que, mesmo precários, têm exercido algum papel no sentido de evitar a potencialização da questão social, com o agravamento dos indicadores de saúde da população - o que fatalmente poderá vir a ocorrer, em caso de se realizarem tais reduções e/ou omissões[59].

4.3.2.2 Mercado de Trabalho

A forma extremamente concentrada como vem sendo apropriada a riqueza no Estado se manifesta dos mais diversos modos na vida da maioria da população e tem na permanente insegurança um componente cotidiano.

O próprio mercado de trabalho exemplifica bem este fato, evidenciando uma incômoda situação, na qual a instabilidade típica da relação mercantil não é minimamente compensada, sequer pela seguridade social.

Não é nada desprezível o contingente de pessoas teoricamente integradas ao mercado de trabalho no Pará - ou seja, pessoas com 10 anos e mais, ocupadas ou desempregadas (População Economicamente Ativa). Em 1980, esse contingente era de 1.026.863 pessoas, tendo crescido em relação a 1970 em cerca de 65%, sendo muito mais acentuado seu crescimento na área urbana (90%) do que na rural. Em 1988, a PEA urbana já se constituía, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, num universo de 924.661 pessoas.

Este universo abrangia, aproximadamente, 38% da população urbana total - uma participação um pouco menor que a da PEA urbana brasileira, que atingia 43% do total da população urbana. Mas, essa participação mais reduzida deve ser relativizada, dadas as características do mercado de trabalho local, onde, por exemplo, as relações não-formalizadas de trabalho alcançam números assustadores.

Revelando este aspecto socialmente indesejável, o baixo índice de proteção legal, mesmo na área urbana, tem se mostrado extremamente elevado. Os indicadores para todo o Brasil apontam que, em 1988, do total de empregados urbanos e mesmo rurais - onde

---

[59] *Um indicador da importância do estado para o atendimento da população regional depreende-se dos dados que apresentam a distribuição entre público e privado, das consultas médicas e odontológicas, bem como os atendimento de urgência, emergência e elementar. Segundo as "Estatísticas de Saúde" de 1989, publicadas pelo IBGE, enquanto a nível nacional as consultas médicas privadas alcançavam aproximadamente 45% do total, na Região Norte não atingiam 30%. Quanto ao atendimento odontológico, o diferencial é ainda mais sugestivo, e a rede privada responde por 48% e menos de 20% quando se considera o País e a Região. Do mesmo modo, no que diz respeito a urgência e emergência, também a rede pública se mostra muito mais importante para a vida dos Amazônidas que para a média dos brasileiros, atendendo aproximadamente 70% dos casos regionais e pouco mais de 50%, no País.*

a formalização é sabidamente menor que nas cidades - 59% deles tinham alguma proteção legal, ou seja, possuíam carteira de trabalho assinada pelo empregador, número que, em si mesmo, já é inaceitavelmente baixo. Pois bem, no Pará, no mesmo ano, as informações que tratam estritamente dos trabalhadores da zona urbana mostram que, nesse grupo, somente 46% tinham carteira assinada. Isto significa que apenas 28% da PEA, ou 30% da população ocupada, tinha algum tipo de proteção legal no trabalho - numa indicação inconteste da precariedade do mercado de trabalho local, e, sobretudo, da gravidade que certamente assume a situação do trabalhador rural.

O perfil da distribuição dos rendimentos das pessoas economicamente ativas no Estado, considerando as informações disponíveis, que se referem também apenas à área urbana, aponta um quadro bastante preocupante, no qual se evidencia, nitidamente, a pior condição de vida da população local, quando comparada à média nacional.

Conforme pode ser observado na Tabela 41, enquanto no Brasil as pessoas que, em 1988, auferiam rendimento inferior ou igual a 1/2 salário mínimo mensal representava 14,4% da PEA urbana, no Pará, esta condição chegava a atingir 19,2% - ou seja, a proporção de uma em cada cinco pessoas economicamente ativas.

Quando tomado como base 1 (um) salário mínimo, constata-se que, enquanto no Brasil, 28% da PEA percebia, em 1988, valores iguais ou inferiores a esta remuneração, indiscutivelmente insuficiente, no Pará 36,5% vivia esta mesma condição.

Por outro lado, quando tomado o extremo superior, a comparação Pará/Brasil mostra um quadro inverso. Da PEA brasileira, 20% recebeu mais de 5 mínimos, enquanto no Pará apenas 13% se enquadrava nessa classe de rendimento, o que ratifica a condição de maior pobreza do Estado.

Tais evidências levam a crer que esse diferencial provavelmente seria até mais acentuado, caso fossem disponíveis para cálculo informações relativas à zona rural, uma vez que nessas áreas os níveis de rendimentos devem ser, no Estado, ainda mais baixos que os nacionais.

Tabela 41
Pará - Brasil
População economicamente ativa segundo classes de rendimento - 1988

Classe de rendimento (piso salarial)	Brasil		Pará	
	PEA urbana	%	PEA urbana	%
S/rend. e até 1/2	6.502.254	14,4	177.889	19,2
Mais de 1/2 a 1	6.148.024	13,6	159.801	17,3
Mais de 1 a 2	11.061.239	24,6	251.515	27,3
Mais de 2 a	36.273.187	13,9	112.701	12,2
Mais de 3 a 5	5.995.251	13,3	93.849	10,1
Mais de 5	8.690.967	19,3	124.172	13,4
s/declaração	396.600	0,9	4.734	0,5
Total	45.067.522	100,0	924.661	100,0

Fonte: IBGE/Anuário Estatístico do Brasil - 1990/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, 1986.

Assim, refletindo uma perversa complementariedade, baixa remuneração e falta de proteção legal ao trabalho se combinam e explicam num mercado de trabalho em que a maioria experimenta toda forma de privação e insegurança, expressa no fato de que, no Pará, 95% das pessoas que ganhavam até meio e 65% das que percebiam até um salário mínimo não possuíam carteira assinada.

4.3.2.3 Habitação e Saneamento

Outro aspecto revelador da qualidade de vida reside nas condições de habitação e saneamento. Estudo recente, já citado, objetivando levantar *deficits* sociais na Amazônia, estimou que, o Pará, em 1990, era o estado da Região Norte que apresentava o maior *deficit* habitacional, tanto a nível urbano quanto rural.

Estimando em 869 mil o total de domicílios no Estado, dos quais 453 mil na área urbana e 416 na zona rural, o referido trabalho aponta o *deficit* de mais de 240 mil domicílios urbanos e, aproximadamente, 140 mil na zona rural, que representariam 53% e 33%, respectivamente, e somariam uma insuficiência global de 380 mil domicílios[60].

Refletindo essa defasagem, a relação entre população e domicílios urbanos era de 5,7 pessoas no Pará, enquanto o coeficiente nacional era de 4,5, e enquanto 21% das moradias urbanas no Estado apresentavam uma densidade de mais de 3 pessoas por dormitório, em termos nacionais, se encontravam, em circunstância semelhante, cerca de 12%

[60] *"Deficits Sociais na Amazônia" op. cit.*

das habitações[61].

O alcance dos serviços de saneamento básico, tomados como pré-condição da saúde e vida da população, mostra-se também crítico no Pará.

Com auxílio da Tabela 42, observa-se que enquanto no Brasil urbano, 43 em cada 100 crianças e adolescente moravam em domicílios inadequados, segundo conceituação do IBGE, no Pará essa relação sobe para 62, mostrando o grande hiato entre o Estado e o País e indicando o quão crítico deve ser o quadro na zona rural paraense.

Tabela 42
Brasil - Pará
Crianças e adolescentes residentes em domicílios inadequados segundo as condições de saneamento - 1989.

Grupo de idade	Brasil			Pará		
	Total	Inadequados	%	Total	Inadequados	%
De 0 a 17	41.787.829	17.864.802	42,8	1.156.621	716.250	61,9
Menos de 1	2.163.121	999.096	46,2	57.834	38.716	66,9
De 1 a 4	9.013.207	4.003.575	44,4	248.962	164.228	66,0
De 5 a 6	4.880.612	2.072.078	42,5	138.922	85.324	61,4
De 7 a 17	25.730.889	10.790.053	41,9	710.903	427.982	60,2

Fonte: IBGE. Perfil Estatístico de Crianças e Mães do Brasil; IBGE. Sistema de Acompanhamento da Situação Sócio-Econômica de Crianças e Adolescentes - Tabulações Especiais.

Reproduzindo até de forma mais grave o cenário traçado a nível regional dos 105 municípios do Estado, segundo o Anuário Estatístico do IBGE, em 1989, 11 sequer possuíam rede de distribuição de água - o que representava 10,5%, enquanto a média nacional era de 4,4% e mesmo a do Nordeste somava 7,3%. Por outro lado, dos 94 municípios que possuíam esse serviço absolutamente primário diante da sofisticação da vida moderna, 66, ou seja, 70%, só dispunham do mesmo no distrito sede.

Ratificando este quadro, os dados da PNAD indicam que em 1988, no Brasil urbano, 89% dos domicílios particulares permanentes eram ligados à rede geral de abastecimento d'água, enquanto que no Pará este percentual era de apenas 77%, o que aproximava o Estado da média do Nordeste, que era de 76%.

Segundo a mesma fonte, na área urbana do Estado, os domicílios que não possuem canalização interna d'água, independentemente da forma de abastecimento, eram 39% do total, enquanto o Nordeste registrava 38% e a média brasileira era de 16%.

---

[61] *IBGE-PNAD. 1988.*

A Tabela 43 reproduz mais alguns indicadores sugestivas das condições em que vive a população paraense, apresentando algumas comparações entre: Pará, Nordeste e Brasil, sobre os municípios dotados de serviços de saneamento básico em 1989.

Tabela 43
Brasil - Nordeste - Pará
Atendimento de serviços de saneamento básico - 1989

Unidades	Total de Municípios	Atendimento por tipo de serviço (%)			
		Distr. d'água	Rede de esgoto	Limpeza pública	Coleta de lixo
Brasil	4.425	95,6	47,3	96,8	93,7
Nordeste	1.461	92,8	26,1	99,2	92,6
Pará	105	89,5	7,6	85,7	76,2

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1991.

Ainda que inaceitável, dos 141 municípios brasileiros que não tinham serviço de limpeza pública, 52 estão na Região Norte e 15, só no Pará. Por outro lado, no que se refere à coleta de lixo, o Pará apresentava a insólita proporção de 25 dos 105 municípios[62] sem este serviço elementar, mesmo nas suas sedes.

Quanto à rede de esgoto na área urbana, a situação não era mais satisfatória, considerando-se que em quanto quase a metade dos municípios brasileiros dispunham desses sistema no Pará menos de 8% dos municípios possuíam este serviço.

Tais condições de habitação e saneamento se refletem em doenças endêmicas, as quais também fornecem uma indicação aproximada das condições sanitárias sob as quais vive a população. Dados relativos a 1989 revelam que o Pará ocupava lamentavelmente posição destacada nas ocorrências destas enfermidades, figurando como o segundo estado brasileiro em número de casos novos de leishmaniose humana e de malária, e o quarto lugar em hanseníase, confirmando que a qualidade de vida da população local não pode ser inferida a partir dos índices registrados de crescimento econômico, na medida em que esta é, também, resultante da forma em que se dá a distribuição dos frutos materiais desse crescimento.

A integração do Estado ao mercado nacional de bens e serviços, especialmente na esfera do consumo, não se traduziu automaticamente em bem-estar social. Ao contrário, esse processo de integração à vida nacional tem se sustentado numa noção de modernidade que pressupõe a instauração de um universo ideológico em que os interesses do

---

[62] *Existem atualmente 128 municípios implantados no Estado do Pará.*

capital substituem inteiramente a tradição como árbitro dos valores sociais (Schama, 1989), definindo, assim também, o perfil do consumo da população.

Um bom indicador dessa forma de mudança nas condições sociais locais pode ser encontrado no contraste entre o número de domicílios urbanos que, em 1988, no Pará, eram dotados de iluminação elétrica (97%) e televisão (71%), por exemplo, e aqueles que dispunham de filtro de água (36%). Nos dois primeiros itens, a freqüência local aproximava-se bastante da registrada em termos nacionais (respectivamente 98% e 82%), mas se distanciava desta no que se refere ao uso de filtro de água (62%). Note-se que esses dados se referem apenas à zona urbana onde, como se sabe, as condições de habitação são, em geral, mais satisfatórias do que nas áreas rurais, onde tais indicadores, se disponíveis para o Estado, revelariam uma situação ainda mais grave.

Finalmente, tais informações fornecem uma demonstração razoável de que o perfil assumido pelo consumo na sociedade paraense, sob o atual modelo de desenvolvimento nacional, delineou-se estritamente a partir da oferta gerada no chamado centro dinâmico da economia, sequer minimamente voltado para o atendimento de suas necessidades básicas e, cada vez mais, distanciado de qualquer padrão aceitável de qualidade de vida.

4.3.2.4 Alimentação e Nutrição

Talvez por ser um fenômeno bastante antigo, a fome, bem como o temor de experimentá-la e a impotência de enfrentá-la, historicamente, tem se apresentado para a maioria dos homens como uma imposição natural, uma fatalidade contra qual só lhes restava implorar pelo "pão nosso de cada dia".

Profundamente ligada às incertezas decorrentes do próprio caráter extremamente primitivo que marcava as relações entre o homem e a natureza, nos primórdios da civilização, a insegurança quanto a obtenção de uma ração que permitisse o sustento, era um permanente fantasma a rondar os povos antigos. Escassez e fome eram irmãs gêmeas e inevitáveis, a semelhança da própria morte.

Neste aspecto, é lapidar a afirmativa de Adam Smith, na introdução à sua clássica obra *A Riqueza das Nações*, ao constatar que: *" Nas nações selvagens de caçadores e pescadores, todos os indivíduos capazes de trabalhar estão mais ou menos empregados em trabalho útil e procuram suprir o melhor que podem as suas necessidades, ou às daqueles membros da sua família ou tribo que são demasiado velhos, ou demasiado novos, ou se encontram doentes demais para irem caçar ou pescar. Tais nações são, contudo, tão*

miseravelmente pobres que, por mera carência, se veêm freqüentemente reduzidas, ou, pelo menos se julgam reduzidas, à necessidade de, por vezes eliminar directamente e, noutros casos, de abandonar as crianças, os velhos e os que sofrem de doenças prolongadas, para morrerem de fome ou serem devorados pelos animais ferozes."(Smith,1950).

Entretanto, o próprio Smith, na sua condição de pensador, já concluia que *"ao contrário das nações primitivas, nas nações civilizadas e prósperas, embora um grande número de pessoas não exerça qualquer actividade e muitas delas consumam o produto de dez vezes, freqüentemente de cem vezes, mais trabalho do que aquelas que as exercem, ainda assim o produto de todo o trabalho da sociedade é tão grande que, em geral, todas se encontram abundantemente providas, e um trabalhador, ainda que da classe mais baixa e mais pobre, se for frugal e industrioso, poderá usufruir de uma maior quota-parte de bens necessários à vida e ao conforto do que qualquer selvagem."* (Smith, 1950).

A rigor, Smith, com a sua erudição e perspicácia, e ainda que sem pretender, oferecia com esses depoimentos elementos da maior importância para compreensão de que a fome experimentada pelas chamadas sociedades modernas, só formalmente se assemelha daquela que refletia a escassez dos tempos iniciais da história da humanidade, apesar de aparentemente ser a mesma. A primeira, fruto da fraqueza dos homens, diante da natureza. A segunda, produto do próprio homem e da forma como vem se impondo sobre outros homens e sobre a natureza. A primeira, em certo sentido, "natural". A segunda, ineqüivocamente, produto social, fruto das relações entre os homens.

É, pois, tendo como referência essa distinção, a qual permite compreender o caráter social da fome nas sociedades modernas, que desponta interessante, ainda que tendo apenas certas informações parciais e indicativas, tentar verificar alguns elementos sugestivos do padrão alimentar da população paraense, para, posteriormente, buscar avançar na análise de aspectos ligados ao quadro nutricional das crianças e adolescentes da Região, que sem dúvida, são os grupos mais sensíveis, e as mais sérias vítimas de uma má alimentação, especialmente diante de agravos sócio-ambientais.

Conforme apresentado em capítulo anteriores, o processo de transformações sócio-ambientais experimentado pela Amazônia e, especialmente, o Pará, nas últimas décadas, não tem conseguido responder ao crescente aumento de necessidades decorrentes do fluxo e concentração populacional na Região e no Estado. Pelo contrário, o novo padrão de ocupação instaurado com os anos 60 e, mais especificamente, na década de 70, ao desorganizar a base produtiva existente, acabou por romper com um primitivo e precário equilíbrio, dando origem a um processo onde crescimento e pobreza se mesclam numa irônica

combinação que se manifesta em todos os aspectos da vida regional, e inclusive no perfil dos gastos e padrão alimentar da população.

Nesse sentido, embora não se tenha disponível um perfil alimentar do Estado, os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada em 1987/88, ainda que tratando apenas das regiões metropolitanas, e por isso incluindo Belém, não deixam de trazer evidencias interessantes sobre o nível e composição geral das despesas no Estado.

É claro que não é possível fazer uma simples generalização para o Estado dos resultados encontrados para Belém. Entretanto, por tudo o que foi analisado, não parece absurdo fazer algumas mediações necessárias, a partir do fato que, face as características da recente ocupação, o interior paraense sem superar as insuficiências e deficiências decorrentes da antiga forma de organização e vida regional, vive a quebra do seu tradicional, ainda que precário, equilíbrio.

Na Região Metropolitana de Belém, como se observa na Tabela 44, a composição da despesa familiar assemelha-se bastante à de Fortaleza, enquanto se diferencia razoavelmente das demais metropoles regionais.

Tabela 44
Composição da despesa mensal familiar
Algumas Regiões Metropolitanas/1988 (Em porcentagem)

Tipo de despesa	Capitais			
	Belém	Fortaleza	São Paulo	Curitiba
Alimentação	21,7	22,6	17,8	15,4
Habitação	14,1	14,1	16,6	14,8
Vestuário	10,6	9,3	9,0	10,8
Transporte	9,0	10,6	11,7	9,7
Higiene pessoal	2,3	1,8	1,2	1,3
Saúde	5,2	4,6	5,4	6,0
Educação	2,4	2,7	2,6	2,4
Recreação e cultura	4,2	2,8	3,2	3,1
Diversos	6,0	5,7	5,8	6,6
Impostos e contribuições	9,2	8,9	9,8	9,0
Empréstimos e carnês	1,1	1,3	1,2	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD 1987/88.

Considerando-se que a área produtiva ocupada pela agricultura cearense, em 1985, por exemplo, era de 11,1 milhões de hectares, enquanto que as terras produtivas paraenses somavam 24,8 milhões de hectares, parece justo deduzir que a superioridade da área agricultável do Pará não tem atendido ao consumo interno e, portanto, não chegou a se converter em benefícios concretos para o padrão de vida local, haja vista que o dispêndio familiar com alimentação das duas primeiras regiões metropolitanas praticamente se nivelam em torno de 22%. Em contrapartida, esse item participa dos orçamentos familiares das

regiões Metropolitanas de S. Paulo e de Curitiba, respectivamente com 17,8% e 15.4%.

Acrescente-se a isso o fato de que os gastos que implicavam em aumento dos ativos das famílias, dando uma pista sobre a capacidade de acumulaçao das mesmas, são significativamente maiores em Curitiba, por exemplo, sugerindo que na Região Metropolitana de Belém a qualidade de vida, em termos relativos, se situava mais próxima aos níveis da subsistência.

A despeito do elevado peso dos dispêndios efetuados com alimentação, o tipo de consumo alimentar observado na Região Metropolitana de Belém, segundo a mesma pesquisa, era, de modo geral, sensivelmente pior do que o registrado pela média do conjunto das regiões metropolitanas brasileiras e as cidades de Brasília e Goiânia.

Em termos de "cereais e leguminosas", o consumo médio *per capita* em Belém, era de 65% do consumo médio das demais regiões metropolitanas. Quanto às "frutas", este percentual se reduz para 57%. Mais crítica ainda é a comparação no consumo de "hortaliças" no qual Belém por pouco não consome menos que a metade da média brasileira.

Só praticamente nos ítens, "pescados" (4 vezes mais), "farinhas" (3 vezes) e "cocos" (14 vezes), o consumo local supera em muito a média nacional. O primeiro, por razões mais ou menos óbvias. O segundo, em função da "farinha de mandioca", cujo o consumo *per capita* é de 37,8 kg/ano, em Belém, enquanto nas demais áreas metropolitanas é de apenas 4,6kg, e o último, por incluir entre seus sub-ítens o "açaí"[63] .

Todavia, nada é mais sugestivo da precariedade do consumo regional em relação ao nacional do que a comparação no que se refere aos "laticínios". Neste ítem, causa estranheza que enquanto o consumo de carnes em Belém tenha sido 50% superior à média das Regiões Metropolitanas, o consumo local de laticínios foi de 7 vezes menos, não alcançando sequer 15% da média nacional.

A Tabela 45, a seguir, apresentando a comparação do consumo alimentar *per capita* dos principais produtos, aponta com maior riqueza um indicativo do perfil alimentar do Estado diante do padrão nacional, sugerido pela comparação entre Belém e a média das demais regiões metropolitanas.

Note-se que dos 28 ítens listados, em mais da metade o nível de consumo médio na região de Belém é quantitativamente menor que o padrão brasileiro. Por outro

---

[63] *Euterpe oleracea, palmeira de cujos frutos se faz uma espécie de refresco (Cf. Aurélio Buarque de Holanda, Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Nova Fronteira, Rio de Janeiro).*

lado, observa-se também que onde se verifica a supremacia de Belém sobre a média nacional esta, geralmente, se refere a produtos com teor nutricional discutível, à exceção dos pescados, sabidamente ricos em proteínas.

Conforme já foi mencionado, cereais, hortaliças e frutas figuravam entre os produtos de consumo mais restrito na Região Metropolitana de Belém, ou seja, consumidos em quantidades bem inferiores as médias nacionais. Chama atenção, entretanto, o baixíssimo consumo de frutas, mesmo aquelas de clima tropical, lacuna que é, em parte, suprida, quase exclusivamente, por um único produto local: o tradicional açaí.

Juntamente com este, os pescados e a farinha de mandioca constituem o grande suporte da alimentação das famílias da Região de Belém, o que, no que se refere aos dois últimos, de certo modo, poderia ser generalizado para a maioria da população do Estado e em certo sentido para a própria Região.

Com surpresa constata-se, também, um consumo mais elevado de carnes bovinas, sendo mais destacado, porém, o correspondente àquelas classificadas como "carnes de segunda". Todavia, é razoável admitir que esse nível de consumo reflete uma situação muito específica, sendo pouco provável sua generalização para o conjunto do Estado e da Região. Além do mais, ao tratar de médias, não pode ser esquecido que tais números podem estar refletindo situações bastante díspares, particularmente neste ítem, uma vez que a pouca diversidade alimentar, provavelmente, deve se refletir em um nível bastante elevado de consumo de carnes especialmente nas classes médias e mais abastadas.

Entretanto, de todos os ítens analisados, merece atenção especial, o consumo de leite, pela forte influência que este produto, via de regra, tem na composição alimentar sobretudo das crianças e adolescentes.

Inicialmente, cabe registrar que o consumo de leite em pó na Região de Belém, é bastante superior à média nacional e das demais áreas metropolitanas. Porém, não é possível esquecer que, para a Região, esse produto é inteiramente importado de outros centros, e tem seus preços, como se sabe, controlados por verdadeiros oligopólios. Em contrapartida, o consumo local de leite pasteurizado é absolutamente marginal e, até mesmo, ridículo se comparado a média das regiões metropolitanas.

No período 87/88, enquanto a média das regiões metropolitanas apresentava uma relação de 62,3 litros por habitante/ano, em Belém, não alcançava 3 litros, numa irônica demonstração do "modelo agroindustrial" implantado no Pará às custas de uma violenta concentração fundiária e de uma verdadeira guerra no campo, com repercussões dramática nas

periferias urbanas.

Tabela 45
Consumo alimentar *per capita* dos principais produtos
Região Metropolitana de Belém e demais Regiões Metropolitanas[1]

Produtos	Quantidade (kg/ano)		
	Média das Regiões	R. Metropolitana de Belém	Diferença RMB/média
Abóbora	1,190	0,714	- 0,476
Açúcar refinado	15,609	13,767	- 1,842
Alface	1,272	0,235	- 1,037
Arroz polido	29,913	17,784	-12,129
Aves	15,162	15,007	- 0,155
Batata inglesa	13,042	5,022	- 8,020
Carne bovina de 1ª	9,779	12,853	3,074
Carne bovina de 2ª	8,511	20,597	12,086
Carnes suínas	2,550	0,879	- 2,549
Chuchu	1,669	0,467	-1,202
Côco-açaí em pasta	0,265	10,411	10,146
Farinha mandioca	4,623	37,787	33,164
Farinha de trigo	4,066	1,030	-3,036
Feijão rajado	4,129	4,495	0,366
Frutas tropicais	43,875	26,411	-17.464
Leite em pó integral	0,846	3,223	2,377
Leite pasteurizado[2]	62,343	2,899	-59,444
Manteiga	0,448	0,464	0,016
Margarina vegetal	8,143	3,070	- 5,073
Óleos de soja	8,841	4,779	- 4,062
Ovos	7,010	4,391	- 2,619
Pão francês	19,936	21,943	2,007
Pescados de água doce	0,376	6,618	6,242
Pescados de água	3,176	7,436	4,260
salgada	2,298	0,656	-1,642
Queijo e requeijão	1,474	1,256	-0,128
Repolho	6,289	4,675	-1,164
Tomate	1,483	2,512	1,029
Vísceras bovinas			

Fonte: IBGE/Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987/88.
(1) Foram incluídas na categoria "Demais Regiões Metropolitanas" as cidades de Brasília e Goiânia.
(2) Consumo referente à unidade de medida litro.

A diferenciação entre leite pasteurizado e em pó, apesar de importante para análise, acaba por dificultar a comparação mais global sobre o consumo deste alimento tão importante, particularmente, para a população infantil. Desse modo, com o objetivo de facilitar a comparação, e mesmo tendo em conta as possíveis limitações de conversão, se considerarmos que 130 gramas de leite em pó correspondem a aproximadamente 1 litro de leite, veremos com mais clareza o baixo índice de consumo deste produto na zona de Belém, o que sugere o quão reduzido deve ser em outras zonas do Estado e da Amazônia, a não ser em algumas áreas bastante específicas.

Enquanto a média nacional das regiões metropolitanas apresentava, quando da pesquisa, um consumo de leite *per capita* da ordem de 68,81 litros/ano,

sendo 62,3 litros do produto pasteurizado e 6,5 litros derivados de leite em pó, a Região de Belém registrava um consumo médio por pessoa de apenas 27,69 litros ano, sendo 24,79 litros derivados de leite em pó e apenas 2,9 litros de leite pasteurizado.

Em outras palavras, sem pretender generalizações precipitadas, não é absurdo imaginar que, se na Região Metropolitana de Belém, que sem dúvida é a zona que concentra a maior parcela da renda do Estado do Pará, o consumo médio de leite é de quase 3 vezes menos que o das demais áreas metropolitanas do País, é bem provável que o cenário não seja muito melhor em outras áreas do Estado.

É evidente que o problema nutricional não se esgota numa simples questão de natureza estética, eugênica, de saúde, ou se reduz e reflete apenas um padrão alimentar.

O estado de nutriçao das populações resulta e expressa todo um quadro geral de realidade, em que condições sociais e ambientais imprimem no rosto e corpo de cada pessoa sua resultante. O quadro nutricional pode mostrar, por isso, a maior de todas as violências praticada socialmente contra o homem, que é negar-lhe, enquanto indivíduo, o natural direito de realizar completamente seu potencial genético e, conseqüentemente, cercear-lhe o direito fundamental à vida; e, enquanto parte da sociedade, o direito de crescer como cidadão participante, plenamente capaz, com seu povo.

Sob esse prisma, embora não se tenha disponível dados que permitam uma avaliação precisa das condições nutricionais das crianças e adolescentes no Estado, - uma vez que as estatísticas existentes, além de não compreenderem a realidade rural, freqüentemente, ou são muito agregadas, ou se referem a situações particulares que tornam difícil as extrapolações -, faz-se necessário um esforço no sentido de sistematizar e articular algumas informações que se constituam evidências da situação nutricional dessa parcela da população, cuja importância não é apenas resultante de sua expressão numérica, mas também do seu caráter estratégico na construção do futuro.

A Amazônia e o Pará, talvez pela exuberância de suas florestas, dimensão e caudalosidade dos seus rios, etc., entre as muitas impressões que freqüentemente não correspondem à realidade, sempre foi tida como sinônimo de abundância, como se a simples disponibilidade de recursos naturais, independentemente da forma como os homens se organizam, a controlam e a utilizam, por sí só garantisse uma boa condição de vida.

Marcada pela velha e sem dúvida convenientemente seletiva visão de que a fome ainda é um produto natural, poucos seriam capazes de dar maior atenção à

questão nutricional na Região até que a recente pesquisa sobre saúde e nutrição (PNSN), realizada em 1989 pelo Instituto Nacional de Alimentação-INAN, do Ministério da Saúde, viesse demonstrar, mesmo que de forma limitada, por tratar apenas das áreas urbanas, que no "celeiro do mundo", e por isso mesmo, não por determinação divina, mais de quatro em cada dez crianças menores de 5 anos apresentavam algum grau de desnutrição.

Desse modo, a análise da Tabela 46, baseada em informações da referida pesquisa, é um ponto de partida interessante para uma visão do quadro nutricional das crianças na Amazônia, o qual parece vir confirmar o cenário de crescimento e pobreza até aqui delineado.

Evidencia-se que apesar do Nordeste ser sempre tomado como referência, quando se trata de exemplificar a pobreza e desnutrição no Brasil, os dados da Região Norte, para surpresa de muitos, se apresentam hoje, lamentavelmente, bastante semelhantes aos daquela área, sobretudo quando se considera, que enquanto no Nordeste a pesquisa abrangeu tanto a zona urbana como a rural, no Norte, os dados disponíveis dizem respeito apenas as áreas urbanas que, de modo geral, apresentam indicadores menos críticos, como aponta a própria tabela.

Com estas referências, nota-se que enquanto a prevalência de desnutrição de todas as formas, em crianças menores de 5 anos, é de 46,1% no Nordeste, sendo que na zona urbana é de 39,3%. No Norte, conquanto não se tenha um índice geral que meça a resultante da interação urbano/rural, no que se refere apenas a zona urbana esta taxa é de 42,3%, ou seja superior a do nordeste, permitindo construir a hipótese de que a inclusão da zona rural poderia colocar o Norte em posição ainda mais desfavorável.

A gravidade desse dado se torna mais evidente quando se constata que, pelo menos no que se refere à zona urbana, única passível de comparação, a prevalência no Norte é superior em mais de duas vezes às taxas do Sul e Sudeste.

Por outro lado, quando tomamos o padrão de crescimento físico das crianças, hoje sabidamente um indicador extremamente sensível às condições gerais de vida da própria criança, verificamos alguns resultados que vale registrar.

Tabela 46
Prevalência de desnutrição em crianças menores de 5 anos, por região e situação - Classificação de Gomez (Peso/idade) - Brasil/1989

Região	Tipo de domicílio		
	Situação	Todas as formas	Formas moderadas e graves
Brasil	Rural	41,6	7,8
	Urbana	25,7	3,8
	Total	30,7	5,1
Norte	Rural	-	-
	Urbana	42,3	7,6
	Total	42,3	7,6
Nordeste	Rural	52,7	11,6
	Urbana	39,3	7,4
	Total	46,1	9,6
Sudeste	Rural	32,6	3,7
	Urbana	19,5	2,5
	Total	21,7	2,7
Sul	Rural	20,0	2,0
	Urbana	16,6	1,6
	Total	17,8	1,7
Centro Oeste	Rural	29,8	2,7
	Urbana	24,3	2,0
	Total	25,7	2,1

Fonte: Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição - Resultados Preliminares. INAN/FIBGE/IPEA, nov. 1990
Nota: O Norte rural não foi pesquisado por razões operacionais, quais sejam, sua grande extensão territorial e baixa densidade demográfica.

Na Tabela 47, que apresenta a altura mediana da população masculina com 1 e 7 anos, por região e condição de residência, é dramático observar que apesar das crianças da Região Norte alcançarem, com 1 (um) ano, altura muito próxima a média brasileira e inclusive superior a das crianças da mesma idade no Nordeste, aos 7 (sete) anos, o perfil apontado é inverso, e os meninos do Norte se apresentam como os menores do Brasil.

Tabela 47
Altura mediana da população masculina: 1 e 7 anos
Brasil e Grandes Regiões - 1989

Região	Altura Mediana (cm)			
	Com 1 ano		Com 7 anos	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Norte	-	73,8	-	115,0
Nordeste	72,8	72,3	113,5	117,0
Sul	74,7	75,9	117,5	120,0
Sudeste	74,0	75,5	116,5	120,1
Centro Oeste	74,4	75,0	117,1	119,5
Brasil	73,4	74,1	115,1	119,0

Fonte: INAN/Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição - 1989.

Esta condição de "baixinho" não atinge porém indiscriminadamente todas as crianças nortistas. A análise da altura correlacionada com o nível de renda, vem demonstrar para o incômodo das elites, e especialmente para aqueles mais diretamente responsáveis pela condução da economia do país, a forte determinação que a miséria tem na "fabricação" de nanicos.

Desponta para todas as idades apresentadas na Tabela 48, que as crianças e adolescentes das famílias mais pobres, ou seja, cuja renda familiar *per capita* é inferior a metade do salário mínimo (pouco mais de US$ 25.00), registram os menores padrões de crescimento, ficando com uma estatura bem abaixo da média nacional, numa inequívoca demonstração de mais uma cara da pobreza.

No extremo oposto, observa-se que as crianças e adolescentes de famílias cuja faixa de renda domiciliar *per capita* é superior a 2 (dois) salários mínimo, são as que registram maiores alturas em qualquer das três idades utilizadas como referência, apontando números que superam a própria média nacional, e reforçando a relação de dependência entre padrão de crescimento na infância e nível de atendimento das necessidades básicas.

Tabela 31
Altura mediana da população masculina, por idade e faixa de renda domiciliar *per capita* - Região Norte - 1989

Idade	Faixa de Renda		
	Inferior 0,5 s.m	0,5 a 2,2 s.m	+ de 2,2 s.m
1 ano	70,8	73,9	79,0
7 anos	114,3	115,9	120,4
15 anos	154,9	159,1	163,0

Fonte: INAM/Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição - 1989.

Os dados anteriores, se, por si só, já exigiriam uma atenção especial, assumem um caráter verdadeiramente crítico quando se recorda que mais da metade da população ocupada na zona urbana do Estado, em 1989, auferia uma renda média mensal inferior a 2 pisos salariais.

Desse modo é que estudo recente, baseado nas informações desagregadas da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, após apontar que enquanto no Brasil 15,9% das crianças menores de 5 anos apresentavam estatura muito baixa, registra que na Região Norte (urbano), tal porcentagem salta para 23,9%, lembrando que nas famílias com renda mensal *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo, a freqüência do retardo do crescimento alcança 34,2% (Monteiro, 1991).

É claro que estas análises feitas a partir de informações globalizadas para a Região, não deixam de ter certas limitações no que se refere à sua confirmação a nível do Estado isoladamente. Não seria absurdo imaginar que dessemelhanças mais ou menos fortes poderiam estar escondidas pelas médias regionais. Todavia, se considerarmos tais eventos dentro do contexto mais geral até aqui apresentado, e sobretudo analisarmos a Tabela 49, que registra a prevalência de retardo de crescimento na infância em alguns Estados, dentre os quais se inclui o Pará e o Amazonas, veremos que dificilmente a desejada desagregação das informações apontaria resultado favorável ao Pará.

Observa-se que nesse *ranking*, por pouco, o Estado mais populoso da Região, o Pará, não deixa de ter apenas o nada glorioso título de campeão nacional em conflitos e mortes no campo, para se transformar também, e não por acaso, no estado brasileiro onde se registram as maiores taxas de retardo de crescimento na infância, com 29,4%, ou seja, 6 vezes o índice de Santa Catarina, que apresentou o menor percentual entre os estados analisados.

Só como exemplo, este padrão registrado pelo Pará, é superior, até mesmo, a determinados países da África, sabidamente marcados pela grande pobreza. Assim, o provavelmente mais alardeado Estado da Amazônia, conhecido por suas riquezas hídrica e minerais, com uma renda *per capita* que embora baixa já supera 1.200 dólares, apresenta índices de retardo de crescimento infantil superiores ao de Cabo Verde - cujo índice é de 25%, para uma renda por habitante de 270 dólares -, supera inclusive o do Congo, que se situa em torno de 27%, e se equipare ao de Zimbaue e Gana, que registram, respectivamente, taxas de 29,0% e 30,5%, de prevalência de retardo de crescimento na infância.

Tabela 32
Prevalência de retardo de crescimento na infância em alguns Estados brasileiros - 1989

Estado	%
Santa Catarina	4,9
São Paulo	5,6
Mato Grosso do Sul	6,1
Rio Grande do Sul	8,2
Goiás	9,4
Rio de Janeiro/Espírito Santo	9,5
Minas Gerais	10,6
Mato Grosso	11,1
Paraná	11,6
Amazonas	16,7
Bahia	22,0
Rio Grande do Norte/Paraiba	22,7
Ceará	27,6
Pernambuco	28,6
Pará	29,4
Alagoas/Sergipe	31,6
Maranhão/Piauí	33,8

Fonte: INAN/PNSN. O mapa da pobreza no Brasil.

Agride qualquer sensibilidade que no mais importante Estado de uma região com tanto e tão festejados recursos naturais, com um crescimento de certo modo vibrante, aproximadamente 30 em cada 100 crianças herdarão dessas riquezas um provável atraso no seu desenvolvimento, inclusive físico, particularmente, por não terem sido atendidas, no momento conveniente, em determinadas necessidades básicas.

Ratificando tal avaliação, recente pesquisa realizada em 1991 pela Fundação Municipal de Assistência ao Estudante-FMAE, do Município de Belém, nas escolas atendidadas pelo Programa Mundial de Alimentação-PMA, na Capital do Estado, traz mais indícios de que a desnutrição no Pará é muito mais grave do que habitualmente se suspeita, ou mesmo julgam as autoridades, inclusive responsáveis pelo próprio PMA, que segundo informações da FMAE, foi suspenso no Pará, em 1992, por não ter sido o Estado considerado prioritário.

Examinando uma amostra de mais de 1.000 alunos em 32 escolas distribuídas pelos vários bairros de Belém, os pesquisadores chegaram ao assustador resultado que, quando avaliada a relação peso/idade (classificação de Gomez) 67,9% das crianças e adolescentes examinados apresentavam algum grau de desnutrição. Do mesmo modo, ao analisar a interação altura\peso\idade, segundo a tabela de Seone-Lathan, concluiram que 41% das crianças estudadas eram desnutridas.

Desse modo, vivendo em "meia casa", recebendo "meio salário" e comendo "meia comida", milhares de habitantes no Estado amplamente festejado como de maior disponibilidade de recursos naturais do País, lutam de todas as formas para continuar sobrevivendo, ainda que na condição de "cidadão pela metade".

5. Algums Considerações Finais

Sem pretender dar esse capítulo um caráter de conclusão, destaca-se a seguir alguns pontos extraídos das análises feita que parecem fundamentais, mesmo correndo o risco de parecer repetitivo:

O processo recente de ocupação da Amazônia e em especial do Pará, faz parte do movimento mais geral de reordenamento espacial do País, frente as necessidades do pradrão de acumulação cuja hegemonia está em São Paulo. Marcado, até os anos 70, por forças centrípetas nucleadas por esse Estado, observa-se nas últimos anos um certo movimento de desconcentração cuja continuidade, porém, não esta até agora efetivamente definida.

Esse movimento de "integração nacional", sob os desígnos do capital monopolista, é também de diferenciação e desintegração regional, e tem se processado fortemente apoiado em incentivos, e investimentos diretos em "grandes projetos" estatais.

Marcado por forte dinamismo econômico essa ocupação da Região, sob o manto de um desenvolvimento regional não bem definido, vem provocando forte pressão sobre os recursos naturais, potencializando velhas e gestando novas contradições, numa dramática e inaceitável simbiose entre crescimento e pobreza. Desse modo, enquanto os indicadores macroeconômicos atestam um forte crescimento, paralelamente, os índices sobre as condições de vida apontam valores que se aproximam e algumas vezes até superam os do Nordeste.

Apesar desse fato preocupante, a questão social na Amazônia, tende a ser minimizada pelos grandes números absolutos do Nordeste, desconsiderando a dimensão que a mesma pode assumir face a Região continuar sendo foco de atração de populações de outras regiões.

Ainda quanto a esse aspecto, o fato de grande parte das estatísticas sociais a nível regional referirem-se apenas as áreas urbanas, tem levado a que, não raramente sem a devida ressalva, se assista comparações entre os números urbanos da Amazônia e médias brasileiras e de outras regiões, o que tende a escamotear as reais e muitas vezes dramáticas condições de vida das populações nortistas.

Nesse cenário o Pará desponta como um caso exemplar.

Palco privilegiado na instalação de grandes "complexos produtivos", quase exclusivamente voltados para exportação, o Pará, assiste seu território ser retalhado por grandes empresas que mais parecem "estados" dentro do Estado.

Fundadas na exploração dos recursos naturais, esses verdadeiros enclaves praticam algo que se assemelha a um "extrativismo reciclado" que, diferentemente do tradicional, só apresenta a escala, e por isso mesmo os impactos ambientais, e o fato de marginalizar as populações locais na extração.

Como consequência, surpreendendo a muitos, o estado mais rico da região inclusive já apelidada de "celeiro do mundo", é também, hironicamente, apesar da grande abundância de terras o campeão em conflitos no campo e, ao mesmo tempo, o 16° entre 21 estados brasileiros em prevalência de retardo de crescimento na infância.

Retratando um quadro inaceitável, não apenas indicadores tradicionais, mas também "evidências" apontam a gravidade da situação no Pará, cuja real superação, entretanto, só será conseguida com o enfrentamento da "questão social" brasileira. E esse é, sem dúvida, o grande desafio de todos aqueles que como Hobsbawm, citando Weber, acreditam que "toda experiência histórica confirma que os homens podem não atingir o possível , se neste mundo êles não tiveram tempo, e novamente tentam alcançar o impossível"[64].

---

[64] *Extraído do artigo "Horizontes Perdidos", de Eric Hobsbawm, publicado na revista Novos Rumos, N° 20, da Editora Novos Rumos*

6. BIBLIOGRAFIA

ABLAS, L.A.Q. *Desequilíbrio no Desenvolvimento Brasileiro*. In: Brasil 1980: Os Desafios da Crise Econômica. São Paulo, IPE / USP, 1988.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Cadastro e Tributação. *Estatísticas cadastrais anuais*. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. *Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição: resultados preliminares*. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatística de mortalidade: Brasil, 1977*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatística de mortalidade: Brasil, 1978*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatística de mortalidade: Brasil, 1979*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1992.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatística de mortalidade: Brasil, 1980*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1983.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatística de mortalidade: Brasil, 1981*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatística de mortalidade: Brasil, 1982*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1985.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatística de mortalidade: Brasil, 1983*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatística de mortalidade: Brasil, 1984*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Divisão Nacional de Epidemiologia. *Estatística de mortalidade: Brasil, 1985*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1988.

_____. *Estatística de Mortalidade: Brasil, 1979*. Braslia: Centro de Documentação/MS, 1892.

_____. *Estatística de Mortalidade: Brasil, 1980*. Brasília: Centro de Documentação/MS, 1983.

_____. *Estatística de Mortalidade: Brasil, 1981*. Brasília: Centro de Documentação/MS, 1984.

_____. *Estatística de Mortalidade: Brasil, 1982*. Brasília: Centro de Documentação/MS, 1985.

_____. *Estatística de Mortalidade: Brasil, 1983*. Brasília: Centro de Documentação/MS, 1987.

_____. *Estatística de Mortalidade: Brasil, 1984*. Brasília: Centro de Documentação/MS, 1987.

_____. *Estatística de Mortalidade: Brasil, 1985*. Brasília: Centro de Documentação/MS, 1988.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1977.

_____. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930 - 1970*. Campinas, Global, 1985.

_____.*Reestruturação Internacional e Repercussões Interregionais*.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo Mundial 1990: La Pobreza*. Washington, E.U.A.

CASTRO, Antônio Barros de. *Sete Ensaios sobre a Economia Brasiloeira*. Rio de Janeiro, Forense, 1971. (Vol. 1 e 2).

COVRE, Maria de Lourdes M. (org.) *A Cidadania Que Não Temos*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo, Diefel, 1971.

DEANE, Phyllis. *A Revolução Industrial*. 2ª. ed., Rio de Janeiro, 1973.

ELIZAGA, Juan. *Metodos Demograficos para el Estudio de la Mortalidad*. Centro Latinoamericano de Demografia, CELADE; Chile, 1972.

FEARNSIDE, Philip. Manejo florestal na Amazônia: necessidades de novos critérios na avaliação de opções de desenvolvimento. *Pará Desenvolvimento* n.25, p. 49, jan/dez 1989. Belelé, Idesp.

FISHLOW, Albert. *Origens e Consequências de Substituição de Importações no Brasil*. Estudos Econômicos. IPE - USP, São Paulo, 2 (6) 1972.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1976*. Rio de Janeiro, 1977.

_____. *Anuário Estatistico do Brasil 1990*. Rio de Janeiro, 1990.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*. v.51. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Censo Demográfico 1980: dados distritais - Pará*. Rio de Janeiro, 1983. 1987.

_____. *Censo Demográfico 1991*; resultados preliminares. Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Censo Demográfico* - 1970: dados distritais - Pará. Rio de Janeiro, 1973.

_____. *Manual de classificação estatística internacional de doenças, lesões e causas de Óbitos*. São Paulo:

OMS/MS/USP/OPAS, 1978. 2v.

_____. *Contas Nacionais: contas nacionais consolidadas 1980-1989.* Rio de Janeiro, 1991.

_____. Educação. *Indicadores Sociais*, v.1. Rio de Janeiro, 1990

_____. *Estatísticas da saúde: assistência médico-sanitária.* v. 14. Rio de Janeiro, 1989.

_____. *Estatísticas do registro civil.* v. 16. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.* v.12/13, Rio de Janeiro, 1989.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988*: Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, 1990.

_____. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987/88*: número 1 e 2. Rio de Janeiro, 1991.

_____. Suplementação alimentar. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.* v.10, n.2. Rio de Janeiro, 1986. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE;

FUNDO DAS NAÇÕESES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes.* Rio de Janeiro: IBGE, 1981, 1983, 1986.

_____. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: mortalidade infantil e saúde na década de 80.* Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

_____. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: aspectos sócio-econômicos da mortalidade infantil em áreas urbanas.* Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDAÇÃO CONSELHO BRASILEIRO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes.* Rio de Janeiro, IBGE, 1987.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE -FMAE. *Relatório de Avaliação Nutricional.* Belém, 1991. (Em fase de publicação).

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Situação mundial da infância.* Brasília, 1992.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961 (A).

_____. *Formação Econômica da América Latina.* Rio de Janeiro, LIA, 1969.

_____. *Formação Econômica do Brasil.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

GRAZIANO, J. F. *Progresso Técnico e Relação de Trabalho na Agricultura Paulista.* São Paulo, HUCITEC, 1981.

_____(coord). *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.* São Paulo, HUCITEC, 1978.

GUERREIRO, Gabriel . Desenvolvimento e Perspectiva do Setor Mineral da Amazônia: Perigo Estratégico da Desnacionaliação. *A Amazônia Brasileira em Foco*, n.14. CNDDA, 1981/82.

GUIDICCI, Roberto. *A Cidade dos Cidadãos (1975)*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

GUIMARÃES, L. & GALINDO, O. et alli. *O Desenvolvimento Desigual da Economia no Espaço Territorial Brasileiro: Décadas de 70 e 80*. FUNDAJ / INPSO (Relatório de Pesquisa) 1990.

HADDAD, Paulo R. *Planejamento Regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA, 1972.

HÉBETTE, Jean. Natureza, tecnologia e sociedade: experiência brasileira do povoamento do Trópico Úmido. *Pará Desenvolvimento* n.23, jan/jun 1988. Belém, Idesp.

HELLER, Agnes. *O Quotidiano e a História*. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ - IDESP/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC. *Estatísticas Educacionais do Pará - Atendimento escolar*. Belém, 1989.

_____. Pará Agrário. n. 6/7. Belém, 1989.

_____. Pará Agrário. Edição Especial. Belém, 1989.

JATENE, Heliana. *Reabertura da Fronteira sob Controle: a colonização particular dirigida de Alta Floresta*. Dissertação apresentada no mestrado de Sociologia da UNICAMP.

JATENE, Simão et alli. *A Meia-vida da Criança na Amazônia*. Belém, Série Pobreza e Meio-Ambiente - UNICEF/UNAMAZ/UFPa., 1993.

_____. *Crianças no Pará: a explosão da pobreza*. Belém, Série Pobreza e Meio-Ambiente - UNICEF/UNAMAZ/UFPa., 1993.

_____. *Reforma Agrária e Agrícola. in* Comunidades Rurais, Conflitos Agrários e Pobreza. Belém, Ed. Universitária - UFPa, 1992.

LAVINAS, Lena et alli (org). *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo, HUCITEC / ANPUR, 1993.

LEMLE, M. & CARVALHO, M. Os mal entendidos da alfabetização. *Ciência Hoje*. v. 12 n. 72. 1991.

LÈNA, Philipe & SILVEIRA, Isolda M. *Uruará: O Futuro das Crianças numa Área de Colonização*. Belém, UNAMAZ / UFPa. 1993.

LEONARD, H. Jeffrey (org). *Meio Ambiente e Pobreza. Estratégias de Desenvolvimento para uma Agenda Comum*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

LOBATO, Crisomar et al. A importância do zoneamento ecológico-econômico para o Estado do Pará. *Pará Desenvolvimento*, n.23, jan/jun 1988. Belém, Idesp.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: história e perspectivas. Reflexões sobre a questão. *Pará Desenvolviento*, n.26, jan/jun 1990. Belém, Idesp.

LUSTOSA, Tânia Quiles de O. & FIGUEIREDO, José Bernado B. de. *Pobreza no Brasil: Métodos de Análise e Resultados*.In: Pesquisa e Planejamento Econômico. Revista Quadrimestral do IPEA, Vol. 20, Agosto 1990. nº 2.

MAGALHÃES, João P. de Almeida. *Controvérsia Brasileira sobre Desenvolvimento Econômico*. Desenvolvimento e Conjutura, Rio de Janeiro, 1961.

MARTINE, George (org). *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Verdades e Contradições*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993.

MARX, Karl. *Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (sd.).

_____. *O Capital*. 2ª. ed. , Rio de janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MONTEIRO, C. Augusto. *O Mapa da Pobreza no Brasil*. Texto para discussão n.1, realizado como parte do convênio INAN-NUPENS/USP. 1991. (Mimeo).

MOURA, Edila A. F. et alli. *Zona Franca de Manaus: os filhos da era eletroeletrônica*. Belém, UNAMAZ / UFPa. 1993.

MOURA, Hélio A. et alii. *Déficits sociais na Amazônia*; comunicação. PNUD. (Mimeo).

MUELLER, Charles Curt. *Dinâmica, Condicionantes e Impactos Sócio-Econômicos da Evolução da Fronteira Agrícola no Brasil*. Brasília, Instituto Sociedade. População e Natureza - ISPN, 1992 (mimeo).

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de & BIASOTO Jr., Geraldo (org). *A Política Econômica no Limiar da Hiperinflação*. São Paulo - Campinas, HUCITEC / FECAMP, 1990.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *A Economia Brasileira em Preto e Branco*. São Paulo - Campinas, HUCITEC / FECAMP, 1991.

ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. *Salud en las Americas*. Volumen I e II, edición 1990. Washington, E.U.A. 1990.

PELÁEZ, C. M. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.

PINTO, Lúcio Flávio. O Estado Nacional: padrasto da Amazônia. *Pará Desenvolvimento*, n.20/21, jun/dez de 1986; jan/jun 1987. Belém, Idesp.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 12ª. ed., São Paulo, Brasiliense, 1970.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Francisco Alves, 1979.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SESPA.*Mortalidade proporcional no Estado do Pará no período de 1980 a 1988*. Belém, 1991.

_____.*Indicadores de Natalidade e Mortalidade do Pará no período de 1981 a 1988*. Belém, 1990.

_____. *Doenças preveníveis por agentes imunizantes no Estado do Pará no período de 1981 a 1989*. Belém, 1991.

_____. Doenças preveníveis por controle de vetores no Estado do Pará no período * de 1991 a 1989. Belém, 1991.

_____. Doenças controláveis por atividades de saneamento no Estado do Pará no período de 1981 a 1989. Belém, 1991.

_____. Doenças controláveis por tratamento e acompanhamento no Estado do Pará no período de 1981 a 1989. Belém, 1991.

_____. Perfil do setor saúde no Estado do Pará. Belém, 1986.

SCHAMA, Simon. Cidadãos: Uma crônica da Revolução Francesa. Compahnia das Letras, 1989.

SIGAUD, Lígia. *Ciência Hoje - Suplemento*, vol 5 nº 28, 1987.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Nacional e EDUSP, 1968.

UHL, Christoher & VIEIRA, Ima Célia. Extração seletiva de madeiras: impactos ecológicos em Paragominas. *Pará Desenvolvimento* N.23, jan/jun., 1988. Belém, Idesp.

UNICAMP. *Economia e Sociedade*. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, nº 1, Agosto/92 e nº 2, Agosto/93. Scritta Oficina Editorial.

VERÍSSIMO, A. et al. Impactos sociais, econômicos e ecológicos da exploração seletiva de madeiras numa região de fronteira na Amazônia Oriental: o caso de Tailândia. *Pará Desenvolvimento*, n.25/1989. Belém, Idesp.

VILLELA, A. V. & SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889 - 1945*. Rio de Janeiro, IPEA, 1973.